



EDITAL CONCORRÊNCIA Nº 05/2026

EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº: 05/2026

PROCESSO Nº: 12/2026

DATA DA REALIZAÇÃO: 09/04/2026

HORÁRIO: 13h30min

LOCAL: Praça Deputado Arlindo A. dos Santos, nº 235, Centro. O Edital poderá ser consultado ou obtido no endereço acima, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h00 às 17h00, de segunda a sexta-feira, local onde poderão ser prestados os esclarecimentos julgados necessários, bem como pelo site www.macaubal.sp.gov.br, e-mail adm.macaubal@gmail.com e/ou através do telefone (17) 98224-0580.

O **MUNICÍPIO DE MACAUBAL/SP**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Deputado Arlindo A. dos Santos, nº 235, Centro, Macaúbal /SP, inscrito no CNPJ sob o nº 51.848.943/0001-00, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Acácio Tardoque Ferreira**, por meio da pregoeira Oficial e Equipe de Apoio, torna público que na data, horário e local abaixo assinalado fará realizar licitação na modalidade de **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e regulamentações editadas pelo Município, Decreto Municipal nº 481 de 16 de maio de 2023, (https://macaubal.sp.gov.br/publicos/decreto_n_481_12085615.pdf), Decreto Municipal nº 482 de 16 de maio de 2023, (https://macaubal.sp.gov.br/publicos/decreto_n_482_12085830.pdf), do Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e nos seus respectivos anexos.

DA SESSÃO DA CONCORRÊNCIA:

HORÁRIO/ DATA	ETAPA
16:00HS / 11/02/2026	INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS NO SITE (www.gov.br/compras)
13:00HS/ 06/04/2026	FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS (www.gov.br/compras)
13:31HS/ 09/04/2026	ABERTURA E DISPUTA DE LANCES (www.gov.br/compras)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: TÉCNICA E PREÇO.

REGIME: CONTRATAÇÃO INTEGRADA, (Art. 46, V da Lei N. 14133/2021).

MODO DE DISPUTA: FECHADO



1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é Contratação de empresa especializada no ramo da construção civil para a execução de obra, visando à Produção de 25 Unidades Habitacionais - Minha Casa Minha Vida, conforme Termo de Compromisso nº 974521/2025/Ministério das Cidades/Caixa Federal.

A licitação será realizada em único item.

1.1. valor máximo total objeto desta licitação é de **R\$3.965.619,29 (três milhões, novecentos e sessenta e cinco mil, seiscentos e dezenove reais e vinte e nove centavos).**

1.2. O critério de julgamento adotado será **TÉCNICA E PREÇO**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.3. Havendo divergências entre o descritivo do objeto constante no sistema portal de www.gov.br/compras e o descritivo do objeto do Projeto Básico (Anexo II) deste Edital, prevalecerá as especificações constantes no Projeto Básico (Anexo II).

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar da presente licitação as empresas (pessoas jurídicas) legalmente constituídas e estabelecidas anteriormente à data de abertura do presente certame, com objeto social pertinente e compatível com o certame, e que atenderem às exigências deste edital e seus Anexos.

2.2. Os interessados que estiverem previamente credenciados Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.1.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar desta Concorrência deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao Sistema de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico www.gov.br/compras, onde também deverão informar – se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

2.1.3. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Prefeitura Municipal de Macaúbal responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.2. Admite-se a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio de empresas, observadas as disposições deste edital (e de suas partes integrantes) e da Lei, notadamente no tocante às regras do art.15 da Lei N. 14.133, de 1º de abril de 2021).

2.3. A participação na licitação implica, automaticamente, na aceitação integral dos termos deste Edital, seus Anexos e leis aplicáveis.

2.4. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos da Lei Complementar N. 123, de 2006.

2.5. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na



licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei N. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição. No caso de profissionais organizados sob a forma de Cooperativa poderão participar de licitação, desde que atendam às exigências conforme Art. 16 da Lei N. 14.133, de 2021;

2.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei N. 14.133, de 2021.

2.6. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.9. O disposto nos itens 2.6.4 e 2.6.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei N. 14.133/2021.

2.11. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA, COM GARANTIA DE PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação antecederá as fases de propostas e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, as propostas de técnica e as propostas de preço até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecido no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação, a proposta de técnica e a proposta de preço, observado o disposto neste Edital.

3.4. **Os participantes deverão apresentar garantia de proposta não superior a 1% (um por cento),** do valor estimado para esta contratação. Entende-se que o momento oportuno para realização da garantia é no ato da proposta cadastrada no sistema, comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação.

3.5. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.



3.6. Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

3.7. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I - Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - No caso de opção pela "caução em dinheiro", esta deverá ser efetuada através de transferência/depósito na Conta do MUNICÍPIO DE MACAÚBAL, **em CONTA CORRENTE: 8115-9, AGÊNCIA: 3682-X, BANCO DO BRASIL.**

II - Seguro-garantia;

III - Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

IV - Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

3.8. No cadastramento da proposta de técnica e da proposta de preço, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.8.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta de técnica e da proposta de preço apresentadas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.8.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.8.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.8.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.9. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei N. 14.133, de 2021.

3.10. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar N. 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.10.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item **(se houver)**;

3.10.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar N. 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa **(se houver)**.

3.11. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.8 ou 3.10 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei N. 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.12. Os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas de técnica e as propostas de preço ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.13. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados, após a fase de apresentação de proposta.

3.14. Os documentos complementares à proposta de técnica, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital de licitação e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante mais bem classificado, após o encerramento da etapa competitiva, observado o prazo de que trata o item.

3.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.



3.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta de preços mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor unitário e total do item;

4.2. O proponente deverá cotar os preços na ordem constante da Planilha anexa, contendo preços unitários e totais por item, todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Em licitações cujo objeto será prestado com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, configurando cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006, não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional as Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4.12. Será adotado o modo de disputa fechado, em que os licitantes apresentarão propostas que permanecerão em sigilo até o início da sessão pública, sendo vedada a apresentação de lances.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA FASE DE JULGAMENTO

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Será realizada a inversão de fases, onde a fase de habilitação antecederá a fase de propostas.

5.2.1. Serão analisados os documentos de habilitação de todos os participantes e serão de início inabilitado, aquelas que apresentarem propostas, valores ou qualquer forma que antecipe o valor



cadastrado na proposta e que frustre o caráter competitivo do certame. Dentre os documentos enviados antecipadamente, fica restrito aos documentos de habilitação, presentes no item 7 deste Edital.

5.3. Iniciada a sessão pública, o Agente de Contratação/Comissão deverá informar no sistema o prazo para a atribuição de notas à proposta de técnica e de preço, e a data e o horário para manifestação da intenção de recorrer do resultado do julgamento, nos termos previsto neste Edital.

5.3.1. Eventual postergação do prazo a que se refere o item 5.3 deve ser comunicada tempestivamente pelo Agente de Contratação/Comissão, via sistema.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

5.5. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.6. O Agente de Contratação/Comissão verificará as condições de participação no certame de todos os licitantes, conforme previsto no art. 14 da Lei N. 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.1 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

5.6.1. APENADOS TCESP – (<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apanados>)

5.6.2. Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON – Lista de Inidôneos do Tribunal de Contas da União: <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0>:

5.7. A consulta aos cadastros será realizada em nome e CNPJ da empresa licitante e também em nome e CPF de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

5.8. Constatada a existência de sanção, o Agente de Contratação reputará o licitante como inabilitado, por falta de condição de participação, respeitando o preceituado na Súmula 51 do TCE/SP.

5.9. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

5.10. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação/Comissão verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o estabelecido neste edital.

5.11. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão realizará, em conjunto com a banca designada, a verificação da conformidade das propostas.

5.12. Serão desclassificadas as propostas que:

5.12.1. contiverem vícios insanáveis;

5.12.2. não obedecerem às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

5.12.3. apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.12.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.12.5. apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

5.13. Na avaliação de conformidade das propostas de técnica e de preço deverão ser indicadas as razões de eventuais desclassificações.

5.14. A análise e avaliação da conformidade das propostas será iniciada pelo exame de conformidade das propostas de técnica, observadas as regras e as condições previstas **no Anexo I deste edital** (art. 27, da IN SEGES/MGI N. 2/2023).

5.15. A análise dos quesitos de natureza qualitativa será realizada pela banca designada (art. 26, da IN SEGES/MGI N. 2/2023).

5.16. No julgamento das propostas técnicas, será atribuída ao licitante uma Nota da Proposta Técnica (NT), de acordo com o seguinte parâmetro matemático:



$$NT = 100 * T1/T2$$

NT = Nota da proposta técnica do licitante;

T1 = Pontuação técnica atribuída ao licitante;

T2 = Máxima pontuação técnica atribuída entre todos os licitantes.

- 5.17. Concluída a avaliação e ponderação das propostas técnicas o Agente de Contratação/Comissão realizará a verificação da conformidade das propostas de preço.
- 5.18. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 5.18.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Agente de Contratação/Comissão, que comprove:
- 5.18.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 5.18.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 5.19. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 5.19.1. Nos regimes de execução por tarefa, Contratação Integrada ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 5.19.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
- 5.19.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexecuíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 5.19.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 5.20. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 5.21. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 5.21.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de Contratação Integrada, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 5.21.2. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade.
- 5.21.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.



5.21.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

5.22. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

5.22.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

5.22.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.23. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.24. Será atribuída ao licitante uma Nota da Proposta de Preço (NP), de acordo com o seguinte parâmetro matemático:

$$NP = 100 \times (X1 / X2)$$

NP - Nota da proposta de preço do licitante;

X1 - Menor valor global proposto entre os licitantes classificados; e

X2 - Valor global proposto pelo licitante classificado.

5.25. Após análise das propostas de técnica e de preço, será estabelecida a pontuação final das licitantes, de acordo com a média ponderada das valorações de acordo com a seguinte fórmula:

$$NF = (70 * NT + 30 * NP) / 100$$

onde:

NF = Nota Final;

NT = Nota da Proposta Técnica;

NP = Nota da Proposta de Preços.

5.26. Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 5.3 e 5.3.1, o sistema ordenará e divulgará as notas ponderadas das propostas de técnica e de preço em ordem decrescente, considerando a maior pontuação obtida, bem como informará as notas de cada proposta por licitante. (art. 21, §2º, da IN SEGES/MGI N. 2/2023).

5.27. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de análise das propostas de técnica e de preço, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com a Nota Final da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar N. 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto N. 8.538, de 2015.

6.26.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da maior Nota Final serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.26.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em preço que corresponda a Nota Final superior à da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.26.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.26.4. No caso de equivalência das Notas Finais atribuídas às microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta para desempate.

6.27. Havendo eventual empate entre Notas Finais, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei N. 14.133, de 2021.



6.28. Encerrada a etapa de análise das propostas, na hipótese de a proposta de preço do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definida a melhor Nota Final entre os licitantes.

6.28.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.28.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.29. O resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública e anexado aos autos do processo licitatório.

6.30. O Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **48 (quarenta e oito) horas**, envie a proposta adequada à negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares.

6.31. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência/Projeto Básico, sob pena de não aceitação da proposta.

6.32. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.33. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.34. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.35. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ofertada pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.36. É facultado ao Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo acima estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei N. 14.133, de 2021.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto N. 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência/Projeto Básico exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou publicação em órgão da imprensa oficial, por qualquer processo de cópia simples, desde que devidamente LEGÍVEL, ressaltado o direito da comissão em solicitar o original para comparação.



7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.9. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

7.9.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado pelo telefone (17) 98224-0580, com o Setor de Engenharia, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

7.9.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7.10. A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência/Projeto Básico somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.10.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

7.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.12. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação/Comissão poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.13. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

7.14. **Habilitação Jurídica:**

I - Registro Comercial, Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e suas alterações, se houver, **devidamente registrado na Junta Comercial**, em se tratando de sociedades comerciais, acompanhado, no caso de sociedade por ações, de documento de eleição de seus atuais administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício; ou decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, em vigor.

a) A licitante poderá apresentar a versão consolidada do documento solicitado acima, devendo vir acompanhado de todas as alterações posteriores, caso haja.

b) Ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei N. 5.764, de 1971, no caso de sociedade cooperativa;

II - Prova de Inscrição do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

III – Declaração da licitante, de que cumpre os requisitos para a habilitação e que apresenta conformidade



de sua proposta com as exigências do edital, respondendo o declarante pela veracidade das suas informações, na forma da lei, conforme consta no modelo de Declaração Unificada, anexa ao Edital.

IV – Declaração de enquadramento visando comprovar os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, **se for o caso**, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar N. 123 de 14 de dezembro de 2006, conforme consta no modelo de Declaração Unificada, anexa ao Edital.

V – Declaração de observância do limite de R\$ 4.800.000,00 na licitação, limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme consta no modelo de Declaração Unificada, anexa ao Edital.

VI – Declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme consta no modelo de Declaração Unificada, anexa ao Edital.

VII – Declaração da licitante de que não que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação, conforme art. 14, IV da Lei N. 14.133/2021, modelo de Declaração Unificada, anexa ao Edital.

VIII - Declaração da licitante indicando endereços eletrônicos para recebimento de eventuais contatos necessários, inclusive notificações administrativas, imposição de penalidade e outros, declarando se comprometer com o acompanhamento diário dos endereços eletrônicos, providenciando a confirmação de recebimento, devidamente assinada pelo(s) representante(s) legal(is), conforme modelo de Declaração Unificada, anexa ao Edital.

IX - Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no Art. 93 da Lei N. 8.213/1991 e em outras normas. Esta declaração deverá ser adaptada caso a empresa se submeta ao regramento contido no Art. 93 da Lei N. 8.213/1991 ou não, conforme consta no modelo de Declaração Unificada, anexa ao Edital.

7.15. **REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

I- Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" e "d" do parágrafo único do art.11 da Lei N. 8212, de 24 de julho de 1991, em vigor;

II- Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto em que a licitante ofertará preço;

III- Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual – através da Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de tributos estaduais, expedida pela Secretaria e/ou Delegacia da Fazenda Estadual, dentro do prazo de validade (quando o objeto for aquisição);

IV- Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal – através da Certidão de regularidade fiscal junto ao Município do domicílio ou sede da licitante, dentro do prazo de validade (quando o objeto for prestação de serviço);

V- Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) – através do Certificado de Regularidade junto ao FGTS, dentro do prazo de validade;

VI- Prova de Inexistência de Débitos Inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de Débitos Trabalhistas, dentro do prazo de validade.



7.15.1. Nos termos do Art. 206 do Código Tributário Nacional, para fins de regularidade fiscal e trabalhista, a empresa poderá apresentar certidão positiva com efeitos de negativa, que conste a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa.

7.16. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

I- Certidão negativa de falência ou concordata expedida nos últimos 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura desta Concorrência, pelo distribuidor da comarca da empresa licitante; (Conforme Súmula Nº 50 TCE-SP).

II - Caso o participante deste certame esteja em recuperação judicial, o mesmo deve apresentar, durante a fase de habilitação, o plano de recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor.

7.17. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

I - Certidão do Conselho Federal dos Técnicos Industriais - Sistema CFT/CRTS, Certidão de Registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, ou do Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU/SP, atualizado, da Empresa e de seu(s) Responsável(is) Técnico(s), no caso da empresa vier a ser adjudicada, se de outro Estado, deverá validar a Certidão com o visto do CREA/SP e do CAU/SP;

II - **Comprovação da capacidade técnico-operacional**, comprovando a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades do total desta licitação, por meio da **apresentação de atestados de capacidade técnico operacional em nome da empresa licitante**, fornecidos por Pessoas Jurídicas de Direito Público ou Privado, que comprovem que a empresa executou obras e serviços de engenharia, nos moldes da Súmula N. 24 do E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

III - A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou **superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação**, conforme artigo 67, § 1º, da Lei 14.133/2021.

IV - **Comprovação da capacidade técnico-profissional**, para obras e serviços de engenharia, compatível com o objeto licitado, mediante a apresentação da **CAT (Certidão de Acervo Técnico)**.

V - A comprovação quanto à capacidade técnico profissional da licitante far-se-á mediante apresentação da CAT (Certidão de Acervo Técnico), nos moldes da Súmula N. 23 do E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

VI - A **comprovação de vínculo profissional** pode se dar mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível contrato firmado no caso de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços, nos moldes da Súmula N. 25 do E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

7.17.1. As exigências fixadas no item deverão ser atendidas, para cada parcela de serviço isoladamente, por meio de um único contrato ou por contratos com simultâneos períodos de execução, sem prejuízo de que um mesmo contrato atenda mais de uma parcela de serviços;

7.17.2. A documentação referente a qualificação técnica será analisada por técnico ou responsável pelo Departamento de Engenharia, no momento da habilitação ou posteriormente, constando o parecer favorável ou não, em ata devidamente assinada ou emitido a parte documento devidamente assinado para ser anexado ao processo constando a análise e parecer sobre a qualificação das licitantes participantes, para que a Comissão norteadora pelo parecer possa dar prosseguimento ao certame no momento oportuno.

7.18. OUTROS DOCUMENTOS:

I- Declaração da licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que a empresa cumpre com o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, a empresa não possui menores de dezoito anos em condições de trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, de acordo com o inciso VI do art. 68 da Lei N. 14.133, de 1 de abril de 2021, conforme modelo constante na Declaração Unificada em anexo.

II- Declaração de que empresa não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com o Poder Público ou suspensa do direito de licitar ou contratar com a Administração, conforme modelo constante na Declaração Unificada em anexo.



III- Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo conforme modelo constante na Declaração Unificada em anexo.

IV- Declaração da empresa informando que seus sócios, proprietários, Dirigentes ou assemelhados não possuem qualquer vínculo com o MUNICÍPIO DE MACAUBAL, conforme modelo constante na Declaração Unificada em anexo.

7.19. Os documentos deverão ser válidos e estar vigentes para fins de habilitação da licitante proponente, sob pena de sua desclassificação;

7.20. A qualquer momento, durante a vigência do processo licitatório poderá ser solicitada documentação atualizada;

7.21. No julgamento das certidões referentes à regularidade fiscal apresentadas pelas microempresas e/ou empresas de pequeno porte, serão observadas as disposições da LC N. 123/06, em especial seus arts. 42 e 43.

7.22. Em havendo alguma restrição quanto às certidões mencionadas (fiscais e de regularidade trabalhista), será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da Administração, cujo termo inicial corresponderá à convocação para a apresentação dos documentos de habilitação.

7.23. Não terá direito ao prazo previsto no subitem anterior a microempresa ou empresa de pequeno porte que tenha deixado de apresentar algum dos documentos relativos à regularidade fiscal.

7.24. A não regularização desta documentação no prazo previsto implicará a decadência do direito, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas nesta Concorrência.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei N. 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 30 (trinta) minutos.

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei N. 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.gov.br/compras.



9. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

9.1. Encerradas as fases de habilitação e julgamento, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que atestando a regularidade do processo licitatório, adjudicará o objeto e homologará o certame, por meio do sistema eletrônico, conforme art. 71, IV da Lei 14.133/2021.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de **5 (cinco)** dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **5 (cinco)** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso à sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **5 (cinco)** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **5 (cinco)** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência/Projeto Básico.

10.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7. Conforme disposição do Art. 59, § 5º da Lei N. 14.133/2021, será exigida **garantia adicional do licitante** vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com esta Lei.

11. PRAZOS E CONDIÇÕES

11.1. A execução do objeto desta licitação deverá ser efetuada no local informado pela Prefeitura do MUNICÍPIO DE MACAUBAL e/ou no(s) local(is) e endereço(s) indicado(s) na Ordem de Serviço, correndo por conta da detentora do contrato as despesas de seguros, transporte, instalação, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

11.2. A não execução do objeto será motivo de aplicação das penalidades previstas neste edital, bem como nas sanções elencadas no Instrumento Convocatório da Concorrência, e ainda conforme rege a Lei N. 14.133, de 1 de abril de 2021.

12. DOS RECURSOS FINANCEIROS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes do presente processo licitatório onerarão dotação orçamentária própria e específica do orçamento do exercício de 2026, a saber:

FICHA 208 – OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA

12.2. As despesas possuem compatibilidade com as demais Lei Orçamentárias (LDO/PPA) e serão previamente empenhadas, nos termos do art. 58 e seguintes, da Lei Federal nº 4.320/64.



13. DA FORMA DE PAGAMENTO

13.1. O pagamento será efetuado, sem atualização financeira, pelo Município, de acordo com as condicionantes apresentadas no ANEXO II – PROJETO BÁSICO.

13.2. Deverão estar incluídas, nos preços registrados todas as despesas, sem quaisquer ônus para a Administração, tais como frete, materiais, mão de obra, carga e descarga, tributos, e quaisquer outros que incidam sobre a avença.

13.3. O município fará a retenção do Imposto de Renda conforme determinação da Instrução Normativa da Receita Federal nº 1234/2012 e suas alterações, que estabelece que os municípios devem reter o tributo sobre os valores das contratações de bens e prestação de serviços.

13.3.1. A retenção será conforme a Tabela de Retenção estabelecida no Anexo I da Instrução Normativa RFB N. 1.234, de 11 de janeiro de 2012, e alterações posteriores. Será aplicada a alíquota correspondente à natureza do bem fornecido ou do serviço prestado.

13.4. O Município reserva-se ao direito de reter o pagamento se, no ato da verificação da entrega da obra a mesma não estiver em perfeitas condições ou de acordo com as especificações exigidas no ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO, e as especificações apresentadas na Ordem de Fornecimento.

13.5. Na eventualidade de aplicação de multa, será assegurada a ampla defesa na forma da lei.

13.6. A Nota Fiscal – emitida obrigatoriamente com o número de inscrição do CNPJ apresentado para a Habilitação.

13.7. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o Município comunicará à CONTRATADA para que regularize a situação.

13.8. Na hipótese das notas fiscais/fatura e/ou documentos apresentarem incorreções, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizada.

13.9. Deverão ser pagos somente os itens efetivamente fornecidos e aceitos pela fiscalização do Município;

13.10. Será permitido acréscimo ou supressões do valor inicial atualizado do contrato quanto ao objeto contratado, que não se confundirá com reajuste ou atualização monetária, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento), conforme Art. 125 da Lei N. 14.133/2021.

13.11. **A CONTRATADA está ciente e aceita os termos em que os pagamentos estão condicionados a liberação de valores pelo Conveniente.**

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente **5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato**, Art. 98 da Lei N. 14133/2021.

15. ALOCAÇÃO DE RISCO

15.1. Fica vedada a celebração de termos aditivos ao contrato, exceto se verificada uma das hipóteses previstas no artigo 124 da Lei Federal 14.133/2021, em especial:

15.1.1. Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, devido a caso fortuito ou força maior.

16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

16.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei N. 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.



- 16.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado no sítio eletrônico da plataforma do certame no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 16.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, no próprio Portal Nacional de Contratações Públicas (<https://www.gov.br/pncp/pt-br>), via e-mail, no seguinte endereço: adm.macaubal@gmail.com ou protocolizadas diretamente na sede da Prefeitura do Município.
- 16.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 16.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 16.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

17. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 17.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 17.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame (art. 155, inciso IV da Lei nº 14.133/2021);
 - 17.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando (art. 155, inciso V da Lei nº 14.133/2021):
 - 17.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 17.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 17.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 17.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
 - 17.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
 - 17.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta (art. 155, inciso VI da Lei nº 14.133/2021);
 - 17.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
 - 17.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação (art. 155, inciso VIII da Lei nº 14.133/2021);
 - 17.1.5. fraudar a licitação (art. 155, inciso IX da Lei nº 14.133/2021);
 - 17.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando (art. 155 inciso X da Lei nº 14.133/2021):
 - 17.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 17.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 17.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
 - 17.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação (art.155, inciso XI da Lei nº 14.133/2021);
 - 17.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013 (art.155, inciso XII da Lei nº 14.133/2021).
- 17.2. Com fulcro na [Lei N. 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 17.2.1. advertência;
 - 17.2.2. multa;
 - 17.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 17.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 17.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 17.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 17.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 17.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 17.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública



- 17.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 17.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 17.4.1. Para as infrações previstas nos incisos IV, V e VI do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, a multa será de **0,5% a 15%** do valor do contrato licitado.
- 17.4.2. Para as infrações previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021 a multa será de **15% a 30%** do valor do contrato licitado.
- 17.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 17.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 17.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos incisos IV, V e VI do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 17.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos IV, V e VI do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.
- 17.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, conforme previsto no inciso VI do art.155 da Lei nº 14.133/2021, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022.
- 17.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 17.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 17.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 17.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 17.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

18. FRAUDE E CORRUPÇÃO

- 18.1. Os licitantes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e a execução do objeto, responsabilizando-se pela veracidade das informações e documentações apresentadas no processo, estando sujeitos às sanções previstas na Lei Federal 14.133/2021.



19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 19.1. Os interessados devem estar cientes do inteiro teor da Lei nº 13.709/2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados" ou "LGPD") e obrigam-se a observar e respeitar o dever de proteção de Dados Pessoais, inclusive nos meios digitais, no que diz respeito ao adequado Tratamento de tais dados, devendo ainda, se comprometer a cumprir todas as condições e obrigações dispostas na referida LGPD e demais leis aplicáveis.
- 19.2. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 19.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/Comissão.
- 19.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 19.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 19.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 19.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 19.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 19.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 19.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 19.11. Os participantes do Certame deverão verificar diariamente as mensagens, alterações, informações e prazos, disponibilizadas pelo Agente de Contratação, via chat no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) (<https://www.gov.br/pncp/pt-br>) ou através de e-mail até o encerramento final da Licitação com adjudicação do Objeto.
- 19.12. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e www.macaubal.sp.gov.br
- 19.13. As dúvidas interpretativas e eventuais omissões serão realizadas com plena observância ao disposto nas normas previstas na Lei Federal 14.133/21.
- 19.14. Fica desde logo eleito o Foro da Comarca de Macaúbal, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente certame ou de ajuste dele decorrente.
- 19.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 19.15.1. ANEXO I - Critérios de Pontuação das Propostas Técnicas;
 - 19.15.2. ANEXO II – Projeto Básico
 - 19.15.3. ANEXO III – Documentos Engenharia
 - 19.15.4. ANEXO IV – Modelo de Proposta
 - 19.15.5. ANEXO V – Modelo Referencial de Declaração Unificada.
 - 19.15.6. ANEXO VI – Declaração de Visita Técnica.
 - 19.15.7. ANEXO VII - Minuta de Termo de Contrato.

Macaúbal/SP, 11 de fevereiro de 2026.

ACÁCIO TARDOQUE FERREIRA
Prefeito Municipal



ANEXO I

CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

Critérios objetivos para a avaliação técnica:

a) Experiência da Empresa Proponente – até 20 pontos Atestados de capacidade técnica emitidos por entidades públicas ou privadas que comprovem a realização de obras compatíveis com o objeto desta contratação:

- 1 atestado compatível: 10 pontos;
- 2 atestados compatíveis: 15 pontos;
- 3 ou mais atestados compatíveis: 20 pontos;

b) Qualificação da Equipe Técnica – até 30 pontos

- 10 pontos por profissional (até 3 profissionais principais: 10 pontos);

c) Portfólio de Obras Realizados – até 10 pontos

Avalia a complexidade, diversidade e impacto de projetos semelhantes executados,

- Obras pequenas até 70,00 m²: até 5 pontos;
- Obras grandes a partir de 70,00 m²: 10 pontos;

d) Serviços essenciais a obra, já realizado – até 40 pontos

- Parte Elétrica: 10 pontos;
- Parte Estrutural: 10 pontos;
- Parte Hidráulica: 10 pontos;
- Sanitário e Pluvial: 10 pontos.



ANEXO II

PROJETO BÁSICO

APRESENTAÇÃO

1.1. Em atendimento ao Art. 18 inciso II da Lei Federal N. 14.133/21, elaboramos o presente Projeto Básico, para que através de procedimento licitatório pertinente, seja efetuada a Contratação de empresa especializada no ramo da construção civil para a execução de obra, visando à Produção de 25 Unidades Habitacionais - Minha Casa Minha Vida, conforme Termo de Compromisso nº 974521/2025/Ministério das Cidades/Caixa Federal.

2. OBJETO

2.1. Contratação de empresa especializada no ramo da construção civil para a execução de obra, visando à Produção de 25 Unidades Habitacionais - Minha Casa Minha Vida, conforme Termo de Compromisso nº 974521/2025/Ministério das Cidades/Caixa Federal.

3. JUSTIFICATIVA

A presente contratação tem por finalidade atender à urgente demanda por moradias dignas no Município de MACAUBAL, especialmente entre a população em situação de vulnerabilidade social e econômica, que vive em condições precárias de habitação ou não possui acesso a qualquer tipo de moradia adequada.

De acordo com o princípio da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, da Constituição Federal), e com o direito social à moradia (art. 6º, da CF), compete ao Poder Público adotar políticas públicas capazes de garantir condições mínimas de habitabilidade à população, promovendo a inclusão social e o desenvolvimento urbano sustentável. A construção de habitações populares configura -se como uma medida concreta e eficaz de enfrentamento ao déficit habitacional local, bem como de combate à pobreza e à exclusão social.

Além disso, essa contratação encontra respaldo nos objetivos fundamentais da República, especialmente os dispostos no art. 3º, incisos I e III da Constituição Federal, que estabelecem como dever do Estado a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, e a erradicação da pobreza e redução das desigualdades sociais e regionais. Nesse contexto, o município de MACAUBAL, no exercício de sua competência constitucional e legal, busca realizar investimento público estruturante na área de habitação, garantindo moradias permanentes, seguras, salubres e com infraestrutura mínima a famílias de baixa renda, previamente identificadas em programas sociais e critérios legais.

O investimento em habitações populares também contribui diretamente para o aquecimento da economia local, gerando empregos diretos e indiretos durante a execução das obras, movimentando o setor da



construção civil e promovendo efeitos multiplicadores positivos na renda das famílias e no comércio regional. A contratação ainda está alinhada com as diretrizes do Plano Diretor Municipal (se houver), do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, bem como com as políticas e programas estaduais e federais de apoio à habitação popular, como o Minha Casa, Minha Vida (Faixa 1), o PAC – Seleções, ou outro programa similar vigente à época.

Por fim, vale destacar que o Município dispõe de dotação orçamentária e financeira específica para custear a execução do objeto, conforme previsão no Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, podendo incluir recursos oriundos de transferências voluntárias, emendas parlamentares ou financiamentos autorizados.

Diante do exposto, a contratação é essencial, urgente e plenamente justificada, representando uma ação de interesse público imediato e de alto impacto social, que visa atender ao direito fundamental à moradia, com foco na inclusão e na proteção social da população mais vulnerável do Município de MACAUBAL.

JUSTIFICATIVA PARA INVERSÃO DE FASES:

3.5. O processo licitatório em questão adotará a inversão de fases, conforme os benefícios amplamente reconhecidos e apresentados a seguir. Esta decisão visa aprimorar a eficiência, transparência e competitividade do processo, proporcionando resultados mais satisfatórios para todas as partes envolvidas.

3.6. Primeiramente, a inversão de fases garantirá uma seleção mais eficiente das propostas, uma vez que a análise dos documentos de habilitação ocorrerá antes da fase de lances. Isso significa que as empresas que não atenderem aos requisitos mínimos serão eliminadas logo no início do processo, poupando tempo e recursos tanto para a administração pública quanto para os licitantes.

3.7. Além disso, a inversão de fases promove maior segurança jurídica ao processo, pois as empresas habilitadas estarão legalmente aptas a participar da fase de apresentação de propostas e lances. Isso reduz o risco de contestações e recursos baseados em questões de habilitação após a fase de lances, proporcionando um ambiente mais transparente e confiável para todos os envolvidos.

3.8. Outro benefício significativo é o estímulo à competitividade. Com a habilitação sendo avaliada primeiro, as empresas qualificadas estarão mais motivadas e confiantes para competir em igualdade de condições na fase de lances. Isso pode resultar em propostas mais vantajosas para a administração pública, beneficiando diretamente a qualidade e eficiência dos serviços ou fornecimento dos bens licitados.

3.9. Por fim, a inversão de fases também contribui para a celeridade do processo, evitando atrasos desnecessários na contratação do serviço ou fornecimento do bem licitado. Ao eliminar rapidamente as empresas não habilitadas, garantimos uma análise mais ágil e eficaz das propostas qualificadas, tornando todo o processo mais dinâmico e eficiente.

4.0. Dessa forma, a decisão de realizar a inversão de fases neste processo licitatório está alinhada com as melhores práticas de gestão pública, visando sempre a otimização dos recursos, a transparência nas ações e



a busca por resultados que atendam às necessidades e expectativas da comunidade e da administração pública local.

4. ESPECIFICAÇÃO DA EXECUÇÃO E PRAZO.

4.1. Os serviços deverão ser executados em conformidade com as Especificações Técnicas e Prazos contidos no Projeto Arquitetônico que são parte integrante, Anexo deste Projeto Básico.

4.2. As especificações técnicas, bem como, a qualidade dos serviços, devem obedecer fielmente às normas descritas no Memorial Descritivo (especificações técnicas), pois são condições essenciais para a realização dos serviços;

4.3. O prazo de vigência deste Contrato será de 12 (Doze) meses a contar da data da assinatura do contrato. O prazo de execução dos serviços objeto da presente licitação é de até 12 (Doze) meses, a contar da data do recebimento da Ordem de Serviço.

4.4. Nenhuma modificação poderá ser feita no projeto sem o consentimento escrito do Membro e/ou Comissão Fiscalizadora da Prefeitura Municipal de MACAUBAL.

5. PROJETO ARQUITETÔNICO.

5.1. O projeto arquitetônico, Anexo I, documento principal, integram o presente Projeto Básico, e é composto pelas seguintes peças documentais:

I - ART – Anotação de Responsabilidades Técnica;

II - Especificações Técnicas;

III - Planilhas Orçamentárias (Analítica e Sintética);

IV - Cronograma Físico – Financeiro;

V - Composição de BDI;

VI – Composição de Encargos Sociais;

VII – Composição de Custo Unitário;

5.2 O projeto arquitetônico deverá ser obedecido integralmente e as alterações de qualquer natureza deverão ser objeto de aprovação por parte da Secretaria Municipal demandante, visando melhor utilização do objeto.

6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, HABILITAÇÃO E PROPOSTA.

6.1. Somente poderão participar deste procedimento licitatório, as empresas cujo objeto social seja pertinente ao objeto;

6.2. As empresas deverão comprovar estarem devidamente habilitadas, mediante apresentação dos documentos de habilitação: Jurídica, Qualificação Técnica, Qualificação econômico financeira, Regularidades



Fiscal e Trabalhista e cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, relacionados no Art. 62 da Lei Federal N. 14.133/21;

6.3. Não poderão participar o autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do Edital de licitação, empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei N. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si, pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista e demais vedações contidas no Art. 14 da Lei Federal N. 14.133/21;

6.4. A empresa vencedora deverá executar os serviços, com equipe técnica, contendo profissionais habilitados para tal finalidade, sendo exigência na equipe técnica, no mínimo 01 (um) Engenheiro Civil, sendo esses profissionais detentores de Certidão de Acervo Técnico, com registro no respectivo conselho. Sendo de responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento de todos os materiais, e dispor de recurso físico de equipamentos, máquinas e ferramentas necessárias a execução dos serviços licitados;

6.5. O Responsável Técnico da empresa após inspeção inicial e, quando da apresentação das propostas, apresentará declaração que não encontrou quaisquer divergências entre o projeto, especificações técnicas e orçamento quantitativo, nem dúvidas sobre interpretação de detalhes;

6.5.1. A visita aos locais de prestação dos serviços não será obrigatória. Porém, recomenda-se às licitantes que seja realizada a visita aos locais onde serão executados os serviços e suas circunvizinhanças que deverá ser realizada por intermédio de pelo menos um engenheiro civil, indicado pela licitante, ou de seu representante legal ou responsável técnico, para tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes de sua execução, e obter, sob sua exclusiva responsabilidade, todas as informações que possam ser necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato;



6.5.2. É de inteira responsabilidade da licitante a verificação "in loco" das dificuldades e dimensionamento dos dados necessários à apresentação da Proposta. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecidos;

6.6. As microempresas e empresas de pequeno porte poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar N. 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo apresentar declaração comprobatória, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos estabelecidos em seu Art. 3.º, e que está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos Arts. 42 a 49 da referida Lei Complementar,

6.7 a licitante deverá apresentar uma proposta de preços, com Planilha Orçamentária que contemplem todos os itens. A proposta deverá conter as seguintes peças do Anexo I - Projeto Arquitetônico, parte integrante do Projeto Básico.

I- Planilhas Orçamentárias;

II - Cronograma Físico – Financeiro;

III - Composição de BDI;

IV - Composição de Encargos Sociais;

V – Composição de Custo Unitário;

7. DA FISCALIZAÇÃO.

A CONTRATADA submeter-se-á a todas as medidas e procedimentos de Fiscalização. Os atos de fiscalização, inclusive inspeções e testes, executados pelo CONTRATANTE e/ou por seus prepostos, não eximem a CONTRATADA de suas obrigações no que se refere ao cumprimento das normas, especificações e projetos, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e contratuais.

Parágrafo Primeiro – Incumbe à Fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios nos termos da legislação em vigor, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelo CONTRATANTE, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem considerados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Terceiro – Compete à CONTRATADA fazer minucioso exame da execução das obras, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização, para o devido esclarecimento, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas e que venham a impedir o bom desempenho do Contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas

Parágrafo Quarto – A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne às obras e/ou serviços contratados, à sua execução e às consequências e



implicações, próximas ou remotas, perante o CONTRATANTE, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução dos serviços contratados não implicará corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus prepostos.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA se obriga a permitir que o pessoal da fiscalização do CONTRATANTE acesse quaisquer de suas dependências, possibilitando o exame das instalações e também das anotações relativas aos equipamentos, pessoas e materiais, fornecendo, quando solicitados, todos os dados e elementos referentes à execução do contrato.

8. ESTIMATIVA DE CUSTOS.

8.1. O custo máximo estimado para execução dos serviços, definido na Planilha Orçamentária para esta contratação, somando a quantia de R\$ _____ (_____);

8.2. O preço médio estimado, no parágrafo acima, foi realizado através da Tabela Oficiais do Governo:
a) SINAP.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

São obrigações do CONTRATANTE:

- I – Realizar os pagamentos na forma e condições previstas neste Contrato;
- II – Realizar a fiscalização das obras e/ou dos serviços contratados.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

São obrigações da CONTRATADA:

- I. Realizar as obras e/ou os serviços de acordo com todas as exigências contidas no Termo de Referência ou Projeto Básico e, quando for o caso, no Projeto Executivo na Descrição dos Serviços, no Escopo dos Serviços ou no Memorial Descritivo (fls.) e na Proposta;
- II. Tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos trabalhos;
- III. Responsabilizar -se integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste Contrato, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores, independentemente das medidas preventivas adotadas;
- IV. Apresentar o documento de responsabilidade técnica relativo às obras e/ou aos serviços nas datas devidas, responsabilizando -se integralmente pelas penalidades decorrentes da falta de apresentação;
- V. Atender às determinações e exigências formuladas pelo CONTRATANTE;



VI. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, por sua conta e responsabilidade, as obras e/ou serviços recusados pelo CONTRATANTE no prazo determinado pela Fiscalização;

VII. Responsabilizar -se, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização das obras e/ou dos serviços, até a sua entrega, perfeitamente concluída, ou até o seu término;

a) Em caso de ajuizamento de ações trabalhistas contra a CONTRATADA, decorrentes da execução do presente Contrato, com a inclusão do Município de MACAUBAL ou de entidade da Administração Pública indireta como responsável subsidiário ou solidário, o CONTRATANTE poderá reter, das parcelas vincendas, o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;

b) No caso da existência de débitos tributários ou previdenciários, decorrentes da execução do presente Contrato, que possam ensejar responsabilidade subsidiária ou solidária do CONTRATANTE, as parcelas vincendas poderão ser retidas até o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;

c) As retenções previstas nas alíneas "a" e "b" poderão ser realizadas tão logo tenha ciência o Município de MACAUBAL ou o CONTRATANTE da existência de ação trabalhista ou de débitos tributários e previdenciários e serão destinadas ao pagamento das respectivas obrigações caso o Município de MACAUBAL ou entidade da Administração Pública indireta sejam compelidos a tanto, administrativa ou judicialmente, não cabendo, em nenhuma hipótese, ressarcimento à **CONTRATADA**;

d) Eventuais retenções previstas nas alíneas "a" e "b" somente serão liberadas pelo CONTRATANTE se houver justa causa devidamente fundamentada.

VIII. Responsabilizar -se integralmente pela iluminação, instalações e despesas dela provenientes, pelos equipamentos acessórios necessários à fiel execução das obras e/ou dos serviços contratados, assim como pela limpeza final da obra;

IX. Responsabilizar -se, na forma do Contrato, pela qualidade das obras e/ou serviços executados e dos materiais empregados, em conformidade com as especificações do Projeto Básico/Termo de Referência, com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pelo (a) (setor do órgão ou entidade contratante responsável pela fiscalização da execução do contrato), assim como pelo refazimento do serviço e a substituição dos materiais recusados, sem ônus para o (a) CONTRATANTE e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;

X. Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital durante todo prazo de execução contratual;

XI. Responsabilizar -se inteira e exclusivamente pelo uso regular de marcas, patentes, registros, processos e licenças relativas à execução deste Contrato, eximindo o CONTRATANTE das consequências de qualquer utilização indevida;



XII. Responsabilizar -se pelo licenciamento integral da obra perante entidades e órgãos públicos, inclusive o licenciamento ambiental;

XIII. Observar o disposto na Legislação Municipal, no que couber.

XIV. Cumprir durante toda a execução do contrato as exigências de reserva de cargos prevista em Lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

XV. Manter hígidas as garantias contratuais até o recebimento definitivo do objeto do contrato;

XVI. Se comprometer a não subcontratar pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o 3º (terceiro) grau.

XVII. Informar endereço (s) eletrônico (s) para comunicação e recebimento de notificações e intimações, inclusive para fim de eventual citação judicial;

XVIII. Comprovar o cadastramento de seu endereço eletrônico perante os órgãos do Poder Judiciário, mantendo seus dados atualizados para fins de eventual recebimento de citações e intimações.

11. DO FORO.

11.1. Para a solução de qualquer pendência oriunda da execução do contrato não resolvida na esfera administrativa, será escolhido o foro da comarca de Macaúbal, renunciando a qualquer outro ainda que privilegiado.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

12.1. Será indicada a dotação orçamentária para execução desses serviços.

13. FORMA DE PAGAMENTO.

13.1. Os pagamentos serão efetuados em conformidade com as etapas estabelecidas no Cronograma Físico Financeiro observada a obrigatoriedade da reserva do percentual de 10% (dez por cento) do valor do Contrato ou da Nota de Empenho para a última etapa, e obedecido o sistema de medições adotado pelo Projeto Básico.

Parágrafo Primeiro - Os pagamentos serão efetuados à CONTRATADA após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal N. 4.320/1964, observado o disposto nos arts. 140 e 141 da Lei Federal N. 14.133/2021, em 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do documento de cobrança no(a) setor competente do órgão ou entidade licitante.



Parágrafo Segundo – Para fins de medição e de faturamento, sempre que compatível com o regime de execução, o período-base de medição da execução de obras e/ou serviços de engenharia será de um mês, considerando -se o mês civil, podendo no primeiro mês e no último, para fins de acerto de contas, o período se constituir em fração do mês, considerado para esse fim o mês com 30 (trinta) dias.

Parágrafo Terceiro - O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado no setor competente.

Parágrafo Quarto – A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança, os comprovantes de recolhimento do FGTS e INSS de todos os empregados atuantes no contrato, assim como Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo válida, declaração de regularidade trabalhista, declaração (a ser exigida nos contratos com cooperativa versando o fornecimento de mão-de-obra) de observância das normas de saúde e segurança do trabalho e documentos exigidos pelas normas de liquidação das despesas aplicáveis.

Parágrafo Quinto – O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão dos serviços ou fornecimento efetivamente prestados e aceitos no período-base mencionado no parágrafo segundo.

Parágrafo Sexto – No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

Parágrafo Sétimo – O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação da Taxa Selic aplicáveis à mora da Administração Pública, limitados a 12% (doze por cento) ao ano.

Parágrafo Oitavo – O valor dos pagamentos eventualmente antecipados será descontado da taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculada pro rata die entre o dia do pagamento e o 30 (trigésimo) dia da data do protocolo do documento de cobrança no setor competente.

Parágrafo Nono – O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE, a qual deverá ser cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal.

Parágrafo Décimo – Será retida a título de garantia da perfeita execução e funcionamento das obras, de preferência a conta da fatura final, parcela igual a 10% (dez por cento) do valor do Contrato ou da Nota de Empenho, não devendo, consequentemente, a última fatura ser inferior a esta última percentagem.

Parágrafo Décimo Primeiro – A garantia suplementar, constituída pelas retenções sobre as faturas, será liberada logo após a aceitação provisória das obras ou a prestação definitiva dos serviços, quando for o caso.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

14.1. Pelo descumprimento total ou parcial do Contrato, a contratante poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber aplicar as seguintes sanções, previstas no Art. 156 da Lei Federal N. 14.133/2021:



- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 03 (três) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Parágrafo Primeiro – A aplicação da sanção prevista na alínea “b” observará os seguintes parâmetros:

I. 01% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução das obras e/ou serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o 15º (décimo quinto) dia útil e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

II. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução das obras e/ou serviços, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

III. 0,5% (meio por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

IV. 0,2% (zero vírgula dois por cento) a 3,2% (três vírgula dois por centos) por dia sobre o valor mensal do Contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; V. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia útil de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias úteis autorizará o CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato.

VI. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes ente si.

VII. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 01

GRAU CORRESPONDÊNCIA

- 01 0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
- 02 0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
- 03 0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
- 04 1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
- 05 3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

TABELA 2

INFRAÇÃO

ITEM DESCRIÇÃO GRAU

01 Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência; 02 Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, a execução das



obras e/ou serviços; 03 Manter funcionário sem qualificação para executar as obras e/ou serviços contratados, por empregado e por dia; 04 Recusar-se a executar providência determinada pela fiscalização, por obra e/ou serviço e por dia; Para os itens a seguir, deixar de: 05 Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência; 06 Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades da obra e/ou serviço, por funcionário e por dia; 07 Cumprir quaisquer dos itens do Contrato e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência; 08 Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no Contrato;

Parágrafo Segundo – As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

Parágrafo Terceiro – As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquela prevista nas alíneas “b”, e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

Parágrafo Quarto – A sanção prevista na alínea “d” do caput desta Cláusula poderá também ser aplicada aos Contratantes que, em outras licitações e/ ou contratações com a Administração Pública Direta ou Indireta de qualquer nível federativo, tenham:

- a) Sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Praticado atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrado não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de outros atos ilícitos praticados.

Parágrafo Quinto – As multas deverão ser recolhidas no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência da aplicação da penalidade ou da publicação no Diário Oficial do Município de MACAUBAL e/ou outros do ato que as impuser.

Parágrafo Sexto – As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido.

Parágrafo Sétimo – Se, no prazo previsto nesta Cláusula, não for feita a prova do recolhimento da multa, promover-se-ão as medidas necessárias ao seu desconto da garantia prestada, mediante despacho regular da autoridade contratante.

Parágrafo Oitavo – Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

Parágrafo Nono – Nos casos em que o valor da multa venha a ser descontado da garantia, o valor desta deverá ser recomposto em 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.



Parágrafo Décimo – Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, o CONTRATANTE suspenderá, observado o contraditório e ampla defesa, os pagamentos devidos à CONTRATADA até a comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como até a recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

Parágrafo Décimo Primeiro – Se a CONTRATANTE verificar que o valor da garantia e/ou o valor dos pagamentos ainda devidos são suficientes à satisfação do valor da multa, o processo de pagamento retomará o seu curso.

Parágrafo Décimo Segundo – As multas eventualmente aplicadas com base na alínea “b” do caput desta Cláusula não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

17. INFORMAÇÕES GERAIS.

17.1. Maiores informações poderão ser adquiridas, pelo Setor de Engenharia, situado na Praça Deputado Arlindo A. dos Santos, nº 235, Centro, Macaúbal/SP, no período compreendido das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00m, de segunda à sexta feira.

Macaúbal/SP, ____ de ____ de 2026.

ELABORADO POR:

Fernando da Silva Filho
Engenheiro Civil - CREA: 5.060.083.105

APROVADO:

Acácio Tardoque Ferreira
Prefeito Municipal



**MUNICÍPIO DE
MACAUBAL**

Administração 2021/2028



ANEXO III DOCUMENTOS ENGENHARIA



**ANEXO IV
MODELO DE PROPOSTA**

Local, de _____ de 2026.

OBJETO: Contratação de empresa especializada no ramo da construção civil para a execução de obra, visando à Produção de 25 Unidades Habitacionais - Minha Casa Minha Vida, conforme Termo de Compromisso nº 974521/2025/Ministério das Cidades/Caixa Federal.

Desejando participar da **Concorrência Eletrônica nº 05/2026**, apresentamos a seguinte proposta:

LOTE	QUANT ESTI.	UN	DESCRIPTIVO	VALOR TOTAL
...	
...	
Valor Global:				
RAZÃO SOCIAL:				
I.E. N.:				
CNPJ N.:				
ENDEREÇO:				
CIDADE:				
TELEFONE:				
e-mail:				
Dados da pessoa que ficará encarregada da assinatura do contrato:			Nome, estado civil, profissão, número do CPF (MF) e do documento de Identidade (RG), domicílio, e-mail e cargo na empresa.	
PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:				_____ DIAS

Declaramos, sob as penas da lei, que:

- I) Assumimos a responsabilidade pela qualidade e segurança dos serviços cotados;
- II) Estamos cientes do prazo máximo para entrega da obra;
- III) Declaramos que os valores propostos, bem como aqueles que porventura vierem a ser ofertados através de lances verbais, são apresentados com seu preço final, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos estão incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como transporte ou frete, tributos de qualquer natureza e todas as despesas decorrentes, diretas ou indiretas, relacionadas com a execução do objeto da presente licitação. Declaramos ainda que a participação na presente licitação importa em total, irrestrita e irretratável submissão aos termos deste Edital.

Carimbo e Assinatura



ANEXO V

MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

À

PREFEITURA MUNICIPAL MACAÚBAL/SP
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N. 05/2026

1) DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO - A empresa: (razão social da licitante), inscrita no CNPJ sob o N., por intermédio de seu representante legal o (a) Senhor (a), portador (a) da Carteira de Identidade N., CPF N., **DECLARA**, para fins do disposto no inciso no Artigo 63, I da Lei N. 14.133/2021, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório.

2) DECLARAÇÃO DE INTEGRALIDADE DE CUSTOS – A empresa: (razão social da licitante), inscrita no CNPJ sob o N., por intermédio de seu representante legal o (a) Senhor (a), portador (a) da Carteira de Identidade N., CPF N., **DECLARA**, sob as penas da lei, que a proposta econômica apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega dos serviços.

3) DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - A empresa: (razão social da licitante), inscrita no CNPJ sob o N., por intermédio de seu representante legal o (a) Senhor (a), portador (a) da Carteira de Identidade N., CPF N., **DECLARA**, para fins do disposto no inciso VI do Art. 68, da Lei N. 14.133/21, acrescido pela Lei N. 9.854, de 27/10/1999, DOU 28/10/1999, que não emprega menor de dezoito anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não empresa menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz
() – Em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

4) DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO COM ÓRGÃO PÚBLICO - A empresa: (razão social da licitante), inscrita no CNPJ sob o N., por intermédio de seu representante legal o (a) Senhor (a), portador (a) da Carteira de Identidade N., CPF N., **DECLARA**, que nenhum dos sócios, diretores, administradores e afins da empresa licitante tenha vínculo de forma direta ou indiretamente com a Administração Pública Municipal de Macaúbal/SP, que impeça de contratar com os citados no art. 14, IV da Lei Federal N. 14.133/21, conforme segue:

“Lei Federal N. 14.133/2021, de 01/04/21, art. 14, IV.

Art. 14. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

IV - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação”.

Declaro estar ciente de que a falsidade nas informações acima implicará nas penalidades cabíveis, prevista no art. 299, do código penal, tornando nulo e sem efeito o contrato firmado com a administração pública, além de me obrigar a restituir aos cofres públicos todo e qualquer valor recebido indevidamente, sem prejuízo da atualização monetária até o dia da efetiva devolução.



5) DECLARAÇÃO PARA INDICAÇÃO DE ENDEREÇO ELETRÔNICO - A empresa:, (razão social da licitante), inscrita no CNPJ sob o N., por intermédio de seu representante legal o (a) Senhor (a), portador (a) da Carteira de Identidade N., CPF N., **DECLARA**, para fins de direito, na qualidade de licitante do procedimento sob a modalidade, que indica o seguinte endereço eletrônico:, para recebimento de eventuais contratos necessários, inclusive notificações administrativas, imposição de penalidade e outros. Declarando ainda, que se compromete com o acompanhamento diário do endereço eletrônico, providenciado a confirmação de recebimento, além de informar imediatamente a alteração do endereço indicado.

6) DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS - A empresa:, (razão social da licitante), inscrita no CNPJ sob o N., por intermédio de seu representante legal o (a) Senhor (a), portador (a) da Carteira de Identidade N., CPF N., **DECLARA**, para fins de direito, na qualidade de licitante do procedimento sob a modalidade, que está ciente do regramento constante no art. 93 da Lei N. 8.213/91, quanto às exigências de reserva de cargos prevista para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, e que não se enquadra na referida obrigação legal até a presente data.

7) DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE - A empresa:, (razão social da licitante), inscrita no CNPJ sob o N., por intermédio de seu representante legal o (a) Senhor (a), portador (a) da Carteira de Identidade N., CPF N., **DECLARA**, que é, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar N. 123, de 14/12/06, cujos termos **DECLARO** conhecer na íntegra, estando a empresa apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório já mencionado na presente.

() Declaro que a empresa possui restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º, da Lei Complementar N. 123/06, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação.

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

8) DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EXTRAPOLOU A RECEITA BRUTA DO ANO-CALENDÁRIO - A empresa:, (razão social da licitante), inscrita no CNPJ sob o N., por intermédio de seu representante legal o (a) Senhor (a), portador (a) da Carteira de Identidade N., CPF N., **DECLARA**, que no ano-calendário de realização deste certame licitatório, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima de R\$ 4.800.000,00, admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

9) DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE - A empresa:, (razão social da licitante), inscrita no CNPJ sob o N., por intermédio de seu representante legal o (a) Senhor (a), portador (a) da Carteira de Identidade N., CPF N., interessada em participar no (indicar modalidade e número da licitação), da Prefeitura Municipal de Macaúbal, **DECLARA**, sob as penas da lei, que esta empresa não é declarada inidônea por qualquer órgão público da Administração direta ou indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

10) DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO - A empresa:, (razão social da licitante), inscrita no CNPJ sob o N., por intermédio de seu representante legal o (a) Senhor (a), portador (a) da Carteira de Identidade N., CPF N., interessada em participar no (indicar modalidade e número da licitação), da Prefeitura Municipal de Macaúbal, **DECLARA**, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.



**MUNICÍPIO DE
MACAUBAL**

Administração 2021/2028



.....
Local e data

.....
Representante legal



ANEXO VI

DECLARAÇÃO DA VISITA TÉCNICA

UTILIZAR O MODELO CONFORME O CASO

MODELO 1

A empresa (razão), pessoa jurídica de direito provado, inscrita no CNPJ sob o N., estabelecida na Rua, N. ..., Bairro ..., na cidade de, através do seu Representante legal Sr., brasileiro, (estado civil), inscrito no CPF sob o N., carteira de identidade N., residente e domiciliado na Rua ..., N. ..., Bairro, na cidade de CEP....., DECLARA, para fins de comprovação junto à Comissão de Licitação, que o(a) Sr(a). (nome), inscrito(a) no CPF sob o N. (informar) e no RG N. (informar), representando a empresa, compareceu ao local onde será executado o objeto da Licitação N. (informar), tomando conhecimento de todas as condições e peculiaridades que possam, de qualquer forma, influir sobre o custo, preparação de documentos, proposta e execução do objeto da Licitação.

MODELO 2

A empresa (razão social), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o N. (informar), com sede à (endereço), neste ato representada por seu(sua) representante legal (nome), inscrito(a) no CPF sob o N. (informar) e no RG N. (informar), declara, para fins de comprovação junto à Comissão de Licitação, que conhece o local onde será executado o objeto da Licitação N. (informar) e que possui conhecimento pleno das condições e peculiaridades que possam, de qualquer forma, influir sobre o custo, preparação de documentos, proposta e execução do objeto da Licitação.

_____/____, ____ de ____ de 2026.

Representante legal



ANEXO VII

Minuta de Contrato

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12/2026

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2026

O **MUNICÍPIO DE MACAUBAL**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 51.848.943/0001-00, com sede na Praça Deputado Arlindo A. dos Santos, nº 235, Centro, neste Município, Estado de São Paulo, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **Sr. ACÁCIO TARDOQUE FERREIRA**, doravante denominada "**CONTRATANTE**", e a empresa, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o número, com sede na,, na cidade de, Estado, neste ato representada pelo(a) sócio(a) proprietário(a) senhor(a),, brasileiro(a),, residente e domiciliado(a) na,, na cidade de, Estado, portador do RG. N. SSP e CPF/MF nº, doravante denominada "**CONTRATADA**", firmam o presente contrato administrativo, decorrente da **Concorrência nº 05/2026**, regendo-se o presente instrumento pela Lei Federal N. 14.133/21 e suas alterações posteriores, mediante as condições e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E SUAS ESPECIFICAÇÕES

- 1.1.** Contratação de empresa especializada no ramo da construção civil para a execução de obra, visando à Produção de 25 Unidades Habitacionais - Minha Casa Minha Vida, conforme Termo de Compromisso nº 974521/2025/Ministério das Cidades/Caixa Federal.
- 1.2.** Este contrato será regido pelo Edital de Concorrência nº 05/2026 e seus anexos, pela Lei Federal 14.133/21 e pelas cláusulas e condições nele lançadas.
- 1.3.** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
 - 1.3.1.** O Projeto;
 - 1.3.2.** O Cronograma de Execução;
 - 1.3.3.** O Edital da Licitação;
 - 1.3.4.** A Proposta do contratado;
 - 1.3.5.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.
- 1.4.** As especificações do objeto deste contrato constam do ANEXO II, que faz parte integrante do edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1.** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável na forma da Lei N. 14.133/2021.
- 2.2.** O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO CONTRATO

- 3.1.** Este contrato, para efeitos de direito, tem o preço global de R\$ _____ (_____).
- 3.2.** Os preços unitários constam da Planilha Orçamentária integrante da Proposta da Contratada, documentos que compõem os autos do Processo Licitatório, Concorrência nº 05/2026.
- 3.3.** O valor definido nesta cláusula inclui todos os custos operacionais da atividade, os tributos eventualmente devidos e benefícios decorrentes de trabalhos executados em horas extraordinárias, trabalhos noturnos, dominicais e em feriados, inclusive o custo dos vigias noturnos, bem como as demais despesas



diretas e indiretas, de modo a constituir a única contraprestação pela execução dos serviços, objeto deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA- DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

4.1. O presente pacto vigorará pelo período de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, nos termos da Lei N. 14.133/2021.

4.1.1. Caso houver prorrogação, poderá ser aplicado o índice do IPCA anual para reajuste ou por outro índice que vier a substituí-lo.

4.2. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando situação econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da Contratada e a retribuição do Contratante para a justa remuneração dos serviços, poderá ser revista, com a alteração do preço contratual para mais ou para menos, conforme o caso – através de termo aditivo – para que se mantenha o equilíbrio econômico - financeiro inicial do contrato, nas situações previstas na Lei Federal N. 14.133/21.

4.3. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

4.4. Acaso venha excepcionalmente a solicitar a revisão de preços, a Contratada deverá demonstrar efetivamente a quebra do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, por meio de apresentação de planilha(s) detalhada(s) de custos e documentação idônea correlata (lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de produtos e/ou matérias-primas, etc.), que comprovem efetivamente a afetação da equação financeira inicial.

4.5. O pedido deverá ser protocolado diretamente junto a Administração Pública Municipal.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes do presente processo licitatório onerarão dotação orçamentária própria e específica do orçamento do exercício de 2026, a saber:

FICHA 208 – OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA

5.2. As despesas possuem compatibilidade com as demais Lei Orçamentárias (LDO/PPA) e serão previamente empenhadas, nos termos do art. 58 e seguintes, da Lei Federal nº 4.320/64.

CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA DE ADIMPLEMENTO DO CONTRATO

6.1. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente **5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato**, Art. 98 da Lei N. 14133/2021.

6.2. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

6.3. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

I) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

II) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e



III) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

6.4. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

6.5. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada.

6.6. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

6.7. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.8. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

6.9. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

6.10. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

6.11. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

6.12. A garantia de execução é independente de eventual garantia dos serviços previstos especificamente no Termo de Referência.

6.13. Conforme disposição do Art. 59, § 5º da Lei N. 14.133/2021, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com esta Lei.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PRAZOS

7.1. *A Prefeitura convocará formalmente a vencedora desta Concorrência para assinar o contrato no prazo de 5 (cinco) dias contados da sua efetiva intimação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 90 e seguintes da Lei Federal N. 14.133/21.*

7.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela interessada durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela administração municipal.

7.1.2. É facultado à administração, quando a empresa convocada não assinar o termo de contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas para a primeira classificada, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou então revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 90 e seguintes da Lei Federal N. 14.133/21.

7.1.3. Decorridos 60 (sessenta) dias da data da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

7.2. **A contratada deverá dar início à execução da obra no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da data de recebimento da Ordem de Início dos Serviços, expedida pelo Departamento Demandante.**

7.3. O Contrato terá a duração de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, com a possibilidade da sua prorrogação, nos termos da Lei Federal N. 14.133/21, visando conter prazo para procedimentos de



entrega e eventuais correções a serem executadas pela empresa após emissão de Termo Provisório de Entrega.

7.4. O prazo total de execução das obras será de 12 (doze) meses, a contar da data do recebimento da "Ordem de Início do Serviço" expedida pelo Departamento de Contrato, através podendo tal prazo ser prorrogado a critério exclusivo do Contratante, até que seja concluída a obra, em caso de atraso devidamente justificado, sem que caiba pagamento adicional à Contratada.

CLÁUSULA OITAVA – DA ALTERAÇÃO DOS PRAZOS

8.1. Os prazos de início e término dos serviços poderão ser prorrogados, por aditivo contratual, se comprovadamente ocorrerem as circunstâncias a seguir descritas:

- a) Alteração de projeto ou de especificações, pelo Contratante;
- b) Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do Contrato;
- c) Interrupção da execução do Contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse do Contratante;
- d) Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos no art. 125, Lei Federal 14.133/21 e suas alterações;
- e) Impedimento de execução do Contrato por fato ou ato de terceiro, reconhecido pelo Contratante em documento contemporâneo à sua ocorrência;
- f) Omissão ou atraso de providências a cargo do Contratante, inclusive quanto aos pagamentos previstos, de que resulte diretamente impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicadas aos responsáveis.

CLÁUSULA NONA- DO REGIME DE EXECUÇÃO

9.1. Os serviços contratados serão executados conforme cronograma de execução, sob o regime de Contratação Integrada, as medições deverão ser executadas mensalmente, devendo a CONTRATADA apresentar as propostas de medição à fiscalização até o dia 10 de cada mês, para aferição. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após o ateste de cada medição, de acordo com os preços unitários ganhadores do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A Contratada obriga-se a:

10.1.1. Apresentar os seguintes comprovantes, cujas eventuais taxas deverão ser pagas por ela, após a assinatura do presente Contrato:

- a) Carta de indicação do engenheiro responsável técnico pela obra, acompanhada da devida Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.
- b) Admitir-se-á a substituição do responsável técnico, durante a execução contratual, por outro de experiência equivalente ou superior, mediante prévia aprovação do Departamento de Engenharia.
- c) Averbação de seu registro no CREA/SP, na hipótese de o engenheiro ser de outra região, de acordo com a Lei nº 5.194/66.
- d) Prova de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, referente ao registro do Contrato no CREA-SP, conforme determina a Resolução do CONFEA N. 425/98.

10.2. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, objeto do Contrato, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Contrato, no prazo determinado.



10.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

10.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei N. 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.6. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo o local dos serviços sempre limpo e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.7. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Memorial Descritivo.

10.8. Manter no local dos serviços o Livro de Ocorrências para uso exclusivo do Contratante, bem como um jogo completo de todos os documentos técnicos.

10.9. Cumprir todas as solicitações e exigências feitas pelo Contratante;

10.10. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento da obra, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação da obra em relação ao cronograma previsto.

10.11. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido neste instrumento e os que apresentarem defeitos de material ou vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, ou a qualquer tempo se constatado pela fiscalização do Departamento Demandante.

10.11.1 Na hipótese de descumprimento da obrigação no prazo assinalado, fica facultado ao Contratante requerer que ela seja executada às custas da contratada, descontando-se o valor correspondente dos pagamentos devidos à Contratada.

10.11.2. Na hipótese de não ser devido qualquer pagamento à Contratada, o valor da obrigação constituirá uma dívida vencida e o valor dado em garantia poderá ser retido pelo Contratante.

10.12. Adequar-se a todas as exigências ambientais impostas pelos órgãos governamentais responsáveis pelo controle do meio ambiente.

10.13. Assumir inteira responsabilidade, civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados pela Contratada, seus empregados ou prepostos ao Contratante ou ainda a terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.

10.14. Comunicar, através de correio eletrônico, o Departamento Demandante, no prazo de 01 (um) dia, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

10.15. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante, ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos serviços, bem como aos documentos relativos aos serviços executados ou em execução.

10.16. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer trabalho que não esteja sendo executado de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.17. Responsabilizar-se pelos encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.



10.18. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

10.19. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

10.20. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

10.21. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

10.22. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

10.23. Responder pelo pagamento dos salários devidos aos empregados e encargos trabalhistas, bem como pelos registros, seguros contra riscos de acidentes de trabalho e outras obrigações inerentes à execução dos serviços ora contratados.

10.24. Arcar com todos os tributos incidentes sobre este Contrato, bem como sobre a sua atividade de construtora, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos determinados por lei.

10.25. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência da obra.

10.26. Arcar com os custos de combustível e manutenção dos veículos e equipamentos que porventura necessite utilizar.

10.27. Executar os trabalhos de forma a não prejudicar o trânsito local, e de acordo com as especificações técnicas anexas ao edital, especificações municipais, boas normas de higiene, segurança e normas da ABNT.

10.28. Não empregar mão-de-obra não qualificada para complementar as equipes de trabalho, bem como adotar métodos executivos que indiquem a utilização dessa mão-de-obra.

10.29. Respeitar e exigir que o seu pessoal respeite a legislação sobre segurança, higiene e medicina do trabalho e sua regulamentação devendo fornecer aos seus empregados, quando necessário, os EPI's básicos de segurança. A não observância deste item implicará na imposição da penalidade prevista neste contrato, no subitem 18.2.

10.30. Arcar com os custos de alojamento e alimentação de seus funcionários.

10.31. Promover, às suas expensas, o transporte de seus funcionários em veículos apropriados.

10.32. Executar os serviços de acordo com as normas técnicas da ABNT, cadernos de encargos da SINAPI, SUDECAP, SETOP E DER com fornecimento de material, EPI's, equipamentos e mão de obra em conformidade com as obrigações dispostas no contrato e memorial descritivo de execução.

10.33. Manter o local dos serviços sempre em ordem e segurança, inclusive no tocante a operários bem como a pessoas autorizadas para sua fiscalização.

10.34. Confeccionar, instalar e preservar, as suas expensas, desde o início dos serviços, placa de identificação.

10.35. Cumprir rigorosamente o cronograma físico da obra, sob pena de incorrer nas penalidades previstas neste instrumento contratual.

10.36. Tomar as providências relativas à execução da obra nas concessionárias de energia elétrica, água e saneamento para ligações provisórias e definitivas.

10.37. Apresentar ao Departamento Demandante, quando solicitado, junto com a medição, cópia do comprovante de pagamento da Guia da Previdência Social (GPS), da Guia de Pagamento do FGTS e Informações à Previdência Social e da Relação de Trabalhadores.

10.38. Cumprir todas as Normas Regulamentadoras (NRs) de segurança, medicina e higiene do trabalho e, em especial, as NR-1 – DISPOSIÇÕES GERAIS, NR-6 – EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, NR-12 – MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS.



- 10.39.** Destinar o entulho da construção para o local que for determinado pelo Departamento Demandante.
- 10.40.** Deverá ser entregue ao final da obra "as built" de todas as instalações executadas.
- 10.41.** Os equipamentos a serem utilizados deverão ser de propriedade e/ou de responsabilidade da CONTRATADA.
- 10.42.** Os serviços deverão ser supervisionados por engenheiro habilitado.
- 10.43.** Qualquer alteração ou melhoria para a boa execução deverá ser apresentada ao Setor de Engenharia para a devida aprovação e anuência.
- 10.44.** Atender e cumprir todas as demais obrigações e deveres estabelecidos no edital que originou este contrato e na Lei Federal N. 14.133/21, que rege esta contratação.
- 10.45.** Cumprir o descrito nos artigos do Código Tributário Municipal, sobre o ISSQN.
- 10.46.** Executar os serviços de acordo com as Normas Técnicas de Execução, com fornecimento de material e de mão de obra em conformidade com as obrigações dispostas no contrato e memorial descritivo de execução.
- 10.47.** A empresa contratada deverá entregar ao Departamento Demandante, ou a quem está delegar, após a conclusão das obras, o manual da mesma, constando todas as informações referentes a especificações de produtos e matérias, memorial técnico de execução.
- 10.48.** Manter, durante toda a vigência deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção desta contratação, bem como substituir os documentos com prazo de validade expirado, mantendo assim, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.
- 10.49.** Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:
- a)** manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
 - b)** supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
 - c)** florestas plantadas; e
 - d)** outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.
- 10.50.** Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:
- a)** Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
 - b)** Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata; e
 - c)** Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.
- 10.50.1.** Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.



10.51. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução N. 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

10.51.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

10.51.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

10.51.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

10.51.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

10.51.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

10.51.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

10.51.3. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

10.51.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

10.52. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

10.52.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

10.52.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

10.53. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

10.54. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens



do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

10.55. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

10.56. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

10.57. Responsabilizar -se, na forma deste Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização das obras e/ou dos serviços, até a sua entrega, perfeitamente concluída, ou até o seu término;

10.57.1. Em caso de ajuizamento de ações trabalhistas contra a CONTRATADA, decorrentes da execução do presente Contrato, com a inclusão do MUNICÍPIO DE MACAUBAL ou de entidade da Administração Pública indireta como responsável subsidiário ou solidário, o CONTRATANTE poderá reter, das parcelas vincendas, o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;

10.57.2. No caso da existência de débitos tributários ou previdenciários, decorrentes da execução do presente Contrato, que possam ensejar responsabilidade subsidiária ou solidária do CONTRATANTE, as parcelas vincendas poderão ser retidas até o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;

10.57.3. As retenções previstas nas alíneas "a" e "b" poderão ser realizadas tão logo tenha ciência o MUNICÍPIO DE MACAUBAL ou o CONTRATANTE da existência de ação trabalhista ou de débitos tributários e previdenciários e serão destinadas ao pagamento das respectivas obrigações caso o MUNICÍPIO DE MACAUBAL ou entidade da Administração Pública indireta sejam compelidos a tanto, administrativa ou judicialmente, não cabendo, em nenhuma hipótese, ressarcimento à CONTRATADA;

10.57.4. Eventuais retenções previstas nas alíneas "a" e "b" somente serão liberadas pelo CONTRATANTE se houver justa causa devidamente fundamentada.

10.58. Responsabilizar -se integralmente pela iluminação, instalações e despesas dela provenientes, pelos equipamentos acessórios necessários à fiel execução das obras e/ou dos serviços contratados, assim como pela limpeza final da obra.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O Contratante obriga-se a:

11.1. Fornecer à Contratada a "Ordem de Início dos Serviços" que será expedida pelo Departamento de Engenharia.

11.2. Prestar à Contratada todos os esclarecimentos necessários à execução dos serviços.

11.3. Tomar ciência e visitar todas as anotações lançadas no Diário de Obra elaborado pela Contratada, tomando todas as providências decorrentes.

11.4. Aprovar por etapas os serviços executados pela Contratada.

11.5. Aprovar previamente a escolha de materiais a serem aplicados na obra, conforme a classificação de qualidade estabelecidas nas especificações dos projetos.

11.6. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Projeto /Termo de Referência.



11.7 Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

11.8 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

11.9 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

11.10 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei N. 14.133, de 2021;

11.11 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Projeto;

11.12 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato, se for o caso;

11.13 Promover o apontamento e atestar as medições dos serviços executados, nos termos da Cláusula Décima Segunda do presente instrumento.

11.14 A CONTRATANTE fornecerá os projetos executivos com todos os elementos técnicos necessários para a execução da obra.

11.15 Facilitará por todos os meios o exercício das funções da contratada, fornecendo informações técnicas bem como esclarecimento por parte da equipe de engenharia, observações que se fizerem necessário.

11.16 Fiscalizará o andamento da construção da obra através dos profissionais da equipe de engenharia, avaliando quaisquer problemas ou irregularidades encontradas.

11.17 O MUNICÍPIO DE MACAUBAL, através do Departamento Demandante, reserva-se o direito de não receber o objeto em desacordo com o previsto no edital e seus anexos, podendo aplicar o disposto neste instrumento e no art. 156, da Lei N. 14.133/21.

11.18 Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

11.19 Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11.20 Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

11.21 Publicar os extratos do contrato e de seus aditivos, no Diário Oficial do Município em até 20 (vinte) dias úteis, em atendimento ao art. 94, inciso I da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1 A medição dos serviços contratados será efetuada mensalmente e entregue ao Setor de Engenharia e a Secretaria Demandante, nas seguintes condições:

12.1.1 Constituem documentos obrigatórios para a aceitação da medição e consequente solicitação de liberação de recursos à CAIXA, além daqueles estabelecidos no edital:

a) Boletim de Medição (BM): Preenchido em modelos padronizados exigidos pela Mandatária (CAIXA), que deverá ser protocolado e inserido no Portal Transferegov.br pelo responsável do conveniente.

b) Relatório Fotográfico Georreferenciado: Documentação mensal detalhada, em formato digital, que contenha coordenadas GPS (georreferenciamento) de cada etapa executada e, preferencialmente, de cada unidade habitacional (UH) individualizada, permitindo a rastreabilidade e verificação in loco do avanço físico.

c) Diário de Obras: Registro atualizado das ocorrências, mão de obra, equipamentos, materiais e condições climáticas, conforme as normas técnicas.



d) Anotações de Responsabilidade Técnica (ART/CREA) ou Registros de Responsabilidade Técnica (RRT/CAU): Comprovante de responsabilidade técnica pela execução e fiscalização dos serviços.

e) Comprovações de Regularidade: Certidões negativas de débitos trabalhistas, fiscais e previdenciários, conforme a legislação vigente, para fins de liberação de parcelas subsequentes.

12.1.2 A medição dos serviços executados será realizada mensalmente, ou em períodos definidos conforme o cronograma físico-financeiro pactuado, e terá como base o projeto básico/executivo aprovado, o cronograma. Para efeitos de medição serão considerados os serviços efetivamente executados e atestados pela fiscalização, em conformidade com o Cronograma Físico estabelecido pelo Contratante, sendo para tanto consideradas a qualidade dos materiais e a mão de obra utilizada de forma a atender as especificações técnicas do Memorial Descritivo.

12.1.3 As medições deverão ser executadas mensalmente, devendo a CONTRATADA apresentar as propostas de medição à FISCALIZAÇÃO no último dia útil do mês, para aferição, com a entrega da nota fiscal respectiva até o quinto dia útil do mês subsequente.

12.1.4 A medição não aprovada será devolvida à Contratada para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no subitem 12.1.2 desta cláusula, a partir da data de sua reapresentação.

12.1.5 A evolução da medição não aprovada, em hipótese alguma servirá de pretexto para que a Contratada suspenda a execução dos serviços.

12.1.6 Na hipótese de não pronunciamento do Departamento Demandante, quanto à medição, no prazo definido anteriormente, considerar-se-á aprovada a medição, sem prejuízo da avaliação e recebimento final do objeto, nos termos da cláusula décima quinta.

12.1.6 Aprovada a medição, a Contratada deverá emitir nota fiscal/fatura referente aos serviços medidos.

12.1.7 A liberação dos recursos financeiros pela CAIXA, na qualidade de Mandatária, está condicionada à aprovação da medição pelo Contratante e à verificação do cumprimento das metas e etapas de obra, podendo ser objeto de vistorias técnicas in loco por parte da Mandatária a qualquer tempo.

12.1.8 Eventuais glosas ou retenções de pagamento decorrentes de serviços não executados, em desconformidade com o projeto ou por falta de documentação hábil, deverão ser imediatamente sanadas pela Contratada, sem prejuízo das penalidades contratuais aplicáveis.

12.2 Aprovada a medição, a Contratada deverá emitir nota fiscal/fatura referente aos serviços medidos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

13.1. Após a aprovação da medição, a Contratada apresentará ao Departamento Demandante a nota fiscal/fatura correspondente com os valores mensais devidos, a qual terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para aprová-la ou rejeitá-la.

13.2. O pagamento será efetuado, sem atualização financeira, pelo Município, de acordo com as condicionantes apresentadas no ANEXO I – PROJETO /TERMO DE REFERÊNCIA.

13.3. Deverão estar incluídas, nos preços registrados todas as despesas, sem quaisquer ônus para a Administração, tais como frete, materiais, mão de obra, carga e descarga, tributos, e quaisquer outros que incidam sobre a avença.

13.4. Os pagamentos serão efetuados em conformidade com as etapas estabelecidas no Cronograma Físico Financeiro observada a obrigatoriedade da reserva do percentual de 10% (dez por cento) do valor do Contrato ou da Nota de Empenho para a última etapa, e obedecido o sistema de medições adotado pelo Projeto.

13.4.1. Os pagamentos serão efetuados à CONTRATADA após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal N. 4.320/1964, observado o disposto nos arts. 140 e 141 da Lei Federal N. 14.133/2021, em 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do documento de cobrança no(a) setor competente do órgão ou entidade licitante.



13.4.2. Para fins de medição e de faturamento, sempre que compatível com o regime de execução, o período-base de medição da execução de obras e/ou serviços de engenharia será de um mês, considerando -se o mês civil, podendo no primeiro mês e no último, para fins de acerto de contas, o período se constituir em fração do mês, considerado para esse fim o mês com 30 (trinta) dias.

13.4.3. O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação e, após, protocolado no setor competente.

13.4.4. A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança, os comprovantes de recolhimento do FGTS e INSS de todos os empregados atuantes no contrato, assim como Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo válida, declaração de regularidade trabalhista, declaração (a ser exigida nos contratos com cooperativa versando o fornecimento de mão-de-obra) de observância das normas de saúde e segurança do trabalho e documentos exigidos pelas normas de liquidação das despesas aplicáveis.

13.4.5. O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão dos serviços ou fornecimento efetivamente prestados e aceitos no período-base mencionado no item 13.4.2.

13.4.6. No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

13.4.7. O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação da Taxa Selic aplicáveis à mora da Administração Pública, limitados a 12% (doze por cento) ao ano.

13.4.8. O valor dos pagamentos eventualmente antecipados será descontado da taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculada pro rata die entre o dia do pagamento e o 30 (trigésimo) dia da data do protocolo do documento de cobrança no setor competente.

13.4.9. O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE, a qual deverá ser cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal.

13.5. O município fará a retenção do Imposto de Renda conforme determinação da Instrução Normativa da Receita Federal nº 1234/2012 e suas alterações, que estabelece que os municípios devem reter o tributo sobre os valores das contratações de bens e prestação de serviços.

13.5.1. A retenção será conforme a Tabela de Retenção estabelecida no Anexo I da Instrução Normativa RFB N. 1.234, de 11 de janeiro de 2012, e alterações posteriores. Será aplicada a alíquota correspondente à natureza do bem fornecido ou do serviço prestado.

13.6. O Município reserva-se ao direito de reter o pagamento se, no ato da verificação da entrega os mesmos não estiverem em perfeitas condições ou de acordo com as especificações exigidas no ANEXO II – PROJETO /TERMO DE REFERÊNCIA, e as especificações apresentadas na Ordem de Fornecimento.

13.7. Na eventualidade de aplicação de multa, será assegurada a ampla defesa na forma da lei.

13.8. A Nota Fiscal – emitida obrigatoriamente com o número de inscrição do CNPJ apresentado para a Habilitação – só será liberada quando os itens fornecidos estiverem em total conformidade com as especificações constantes do ANEXO II – PROJETO /TERMO DE REFERÊNCIA.

13.9. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o Município comunicará à CONTRATADA para que regularize a situação.

13.10. Na hipótese das notas fiscais/fatura e/ou documentos apresentarem incorreções, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizada.

13.11. Deverão ser pagos somente os serviços efetivamente prestados e aceitos pela fiscalização do Município.

13.12. A CONTRATADA está ciente e aceita os termos em que os pagamentos estão condicionados a liberação de valores pelo Conveniente.



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO DA OBRA

14.1. O Contratante, por meio do Departamento Demandante, efetuará a fiscalização da obra a qualquer instante, solicitando à Contratada, sempre que julgar conveniente, informações do seu andamento, devendo esta prestar os esclarecimentos desejados e comunicar ao Contratante quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos serviços.

14.2. No desempenho de suas atividades, é assegurado ao órgão fiscalizador o direito de verificar e exigir a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições.

14.3. As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução da obra serão registradas pelo órgão fiscalizador.

14.4. A ação ou omissão, total ou parcial, do órgão fiscalizador não eximirá a Contratada da total responsabilidade de executar a obra, com toda cautela e boa técnica.

14.5. A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne às obras e/ou serviços contratados, à sua execução e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante o CONTRATANTE, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução dos serviços contratados não implicará corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus prepostos.

14.7. A CONTRATADA se obriga a permitir que o pessoal da fiscalização do CONTRATANTE acesse quaisquer de suas dependências, possibilitando o exame das instalações e também das anotações relativas aos equipamentos, pessoas e materiais, fornecendo, quando solicitados, todos os dados e elementos referentes à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL

15.1. No recebimento e aceitação do objeto deste Contrato será observado, no que couber, as disposições contidas nos artigos de 140 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações.

15.2. Para emissão do Recebimento Provisório deverá ser feita vistoria na qual deverá estar presente a equipe de fiscalização/Engenheiro.

15.3. Na hipótese da não-aceitação dos serviços o Contratante registrará o fato, sem prejuízo da aplicação da penalidade cabível, indicando as razões da não aceitação.

15.4. O termo de recebimento definitivo será lavrado e assinado pelo Engenheiro da Prefeitura Municipal, no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, contados da data de emissão do termo de recebimento provisório, desde que corrigidos eventuais defeitos surgidos neste período.

15.6. A empresa contratada deverá entregar ao Departamento Demandante, ou a quem está delegar, após a conclusão das obras, o manual da mesma, constando todas as informações referentes às especificações de produtos e matérias, memorial técnico de execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

16.1. A Contratada responderá durante 05 (cinco) anos, contados da data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, pela solidez e segurança da obra, assim em razão dos materiais como do solo, nos termos do disposto no artigo 618 do Código Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO PESSOAL

17.1. O pessoal que a Contratada empregar para a execução dos serviços, ora avençados não terá relação de emprego com o Contratante e deste não poderá demandar quaisquer pagamentos.

17.2. Na hipótese de o Contratante ser acionado judicialmente em razão do descumprimento da legislação trabalhista ou de natureza civil, com o julgamento de procedência da ação, o valor da condenação será deduzido na medição subsequente à data da condenação, ficando depositado em conta separada, até a solução final do litígio.



17.3. A Contratada ressarcirá o Contratante de toda e qualquer despesa que, em decorrência de ações judiciais venha a desembolsar.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS PENALIDADES

18.1. Se a CONTRATADA deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, na forma prevista no Art. 156 da Lei Federal N. 14.133/21, além do encaminhamento do caso ao Ministério Público para a aplicação das sanções criminais previstas no Código Penal, salvo superveniência comprovada de motivo de força maior, desde que aceito pelo CONTRATANTE.

18.2. A recusa do adjudicatário em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido pela CONTRATANTE, bem como descumprirem total ou parcialmente os contratos administrativos e as atas de registro de preço celebradas com o Município, serão aplicadas as sanções previstas no art. 90, §5º da Lei Federal N. 14.133/21, com observância do devido processo administrativo, respeitando-se o contraditório e a ampla defesa.

I- advertência escrita - comunicação formal de desacordo quanto à conduta do fornecedor sobre o descumprimento de contratos e outras obrigações assumidas, e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;

II- multa - deverá observar os seguintes limites máximos:

a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado, ou sobre a etapa do cronograma físico de obra não cumprida;

b) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, independente da aplicação de outras sanções previstas em lei, nas hipóteses de o adjudicatário se recusar a assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços, ou não aceitar ou retirar a ordem de fornecimento, caso de recusa em efetuar a garantia contratual ou apresentar documentos irregulares ou falsos;

c) 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento, serviço ou obra não realizada, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

III- suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE MACAUBAL.

IV- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do fornecedor perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir com o Município Contratante pelos prejuízos resultantes de ação ou omissão do mesmo.

V- Impedimento de licitar e contratar, nos termos do art. 156, §4º, da Lei 14.133/21;

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos do art. 156, §5º, da Lei 14.133/21;

18.3. As penalidades acima relacionadas não são exaustivas, mas sim exemplificativas, podendo outras ocorrências serem analisadas e ter aplicação por analogia e de acordo com a Lei N. 14.133/21, em especial aos artigos 155 a 163.

18.4. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem Prejuízo de outras medidas cabíveis.

18.5. O valor da multa aplicada nos termos do inciso II da cláusula 18.2, será descontado do valor da garantia prestada, retido dos pagamentos devidos pela Administração Pública Municipal, caso os valores não forem suficientes, a diferença deverá ser paga por meio de guia própria ou cobrado judicialmente.

18.6. As penalidades de advertência e multa serão aplicadas de ofício ou por provocação dos órgãos de controle, pela autoridade expressamente nomeada.



18.7. As sanções previstas nos incisos I, III e IV da cláusula 18.2 poderão ser aplicadas cumulativamente à prevista no inciso II, assegurado o direito de defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

19.1. A Contratada deverá manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação necessárias e exigidas na licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA EXTINÇÃO

20.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

20.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

20.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

20.4. O contrato celebrado poderá ser extinto a qualquer momento, nos termos dos Art. 137 a 139 da Lei 14.133/21 e suas sucessivas alterações posteriores, sem direito a qualquer indenização, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

20.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

20.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

20.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

20.5.3. Indenizações e multas.

20.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA LICITAÇÃO

21.1. Para a execução dos serviços, objeto deste Contrato, realizou-se licitação na modalidade de Concorrência Eletrônica Nº 05/2026, em nome do MUNICÍPIO DE MACAUBAL.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO

22.1. O presente Contrato vincula-se ao instrumento convocatório da licitação e à proposta da contratada, que integra este contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

23.1. Aplica-se a este Contrato e nos casos omissos, o disposto na Lei Federal N. 14.133/21 e suas alterações.

23.2. O extrato do presente Contrato será publicado nos termos do parágrafo único do art. 54 e art. 176 da Lei Federal N. 14.133/21.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – PROTEÇÃO DE DADOS LEI Nº 13.709/2018 ("LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS" OU "LGPD")

24.1. A CONTRATADA, por si e por seus colaboradores, obriga-se a atuar no presente Contrato em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018, além das demais normas e políticas



de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos dados dos clientes, o que inclui os dados dos clientes desta.

24.2. A Lei Geral de Proteção de Dados será obedecida, em todos os seus termos, pela CONTRATADA, obrigando-se ela a tratar os dados da CONTRATANTE que forem eventualmente coletados, conforme sua necessidade ou obrigatoriedade. (art. 7º, LGPD).

24.3. Conforme prevê a Lei Geral de Proteção de Dados, obriga-se a CONTRATADA a executar os seus trabalhos e tratar os dados da CONTRATANTE respeitando os princípios da finalidade, adequação, transparência, livre acesso, segurança, prevenção e não discriminação. (Art. 6º, LGPD).

24.4. A CONTRATADA obriga-se a garantir a confidencialidade dos dados coletados da CONTRATANTE por meio de uma política interna de privacidade, a fim de respeitar, por si, seus funcionários e seus prepostos, o objetivo do presente termo. (art. 50, LGPD)

24.5 Eventuais dados coletados pela CONTRATADA serão arquivados por esta somente pelo tempo necessário para a execução dos serviços contratados. Ao seu fim, os dados coletados serão permanentemente eliminados, excetuando-se os que se enquadrarem no disposto no artigo 16, I da Lei Geral de Proteção de Dados. (art. 15, LGPD)

24.6. A CONTRATADA obriga-se a garantir a confidencialidade dos dados coletados da CONTRATANTE por meio de uma política interna de privacidade, a fim de respeitar, por si, seus funcionários e seus prepostos, o objetivo do presente termo. (art. 50, LGPD)

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1. Não será permitido o início das obras sem que a CONTRATANTE emita, previamente, a respectiva Ordem de Serviço.

25.2. A CONTRATADA obriga-se a execução integral do objeto deste contrato, pelo preço e nas condições oferecidas, não lhe cabendo o direito a qualquer ressarcimento por despesas decorrentes de custos ou serviços não previstos em sua proposta, quer seja por erro ou omissão, independentemente do motivo que originou o erro ou a omissão.

25.3. Os profissionais indicados pela CONTRATADA deverão participar da execução do objeto contratado, admitindo-se a substituição por outros de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela CONTRATANTE;

25.4. Correrão por conta da CONTRATADAS quaisquer tributos, taxas ou preços públicos porventura devidos, em decorrência da execução do contrato.

25.5. A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

25.6. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, seja por atos seus, de seus empregados ou prepostos, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE.

25.7. Toda e qualquer etapa que tenha que ser refeita pela CONTRATADA, por ERRO ou INCOMPETÊNCIA, não acarretará ônus financeiro para a CONTRATANTE e nem aditamento de prazo.

25.8. Para os casos omissos, bem como as dúvidas surgidas na execução do contrato, prevalecerão as condições e exigências do Edital, que fica fazendo parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DO FORO

26.1. As partes elegem o foro da Comarca de Macaúbal/SP, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Lido e achado conforme, as partes assinam este instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma.



**MUNICÍPIO DE
MACAUBAL**

Administração 2021/2028



Macaúbal/SP, ____ de ____ de 2026.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MACAUBAL
ACÁCIO TARDOQUE FERREIRA
CONTRATANTE**

**EMPRESA
CONTRATADA
CPF Nº**

TESTEMUNHAS:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CPF N.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CPF N.



ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS) (REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO N. 11/2021)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MACAÚBAL

CONTRATADO: _____

CONTRATO N. (DE ORIGEM): ____/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada no ramo da construção civil para a execução de obra, visando à Produção de 25 Unidades Habitacionais - Minha Casa Minha Vida, conforme Termo de Compromisso nº 974521/2025/Ministério das Cidades/Caixa Federal.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1 Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução N. 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar N. 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções N. 01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2 Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Macaúbal/SP, ____ de _____ de 2026.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: _____



Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

GESTOR DO CONTRATO:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

FISCAL DO CONTRATO:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. *(inciso acrescido pela Resolução N. 11/2021)*



ANEXO LC-02 - DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

CONTRATANTE: Município de Macaúbal

CNPJ N.º: 51.848.943/0001-00

CONTRATADA: -----

CNPJ N.º: -----

CONTRATO N.º (DE ORIGEM): -----/2026

DATA DA ASSINATURA: ---/---/2026

VIGÊNCIA: ---/---/----

OBJETO: Contratação de empresa especializada no ramo da construção civil para a execução de obra, visando à Produção de 25 Unidades Habitacionais - Minha Casa Minha Vida, conforme Termo de Compromisso nº 974521/2025/Ministério das Cidades/Caixa Federal.

VALOR (R\$):

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Em se tratando de obras/serviços de engenharia:

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, em especial, os a seguir relacionados, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados:

- a) memorial descritivo dos trabalhos e respectivo cronograma físico-financeiro;
- b) orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;
- c) previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;
- d) comprovação no Plano Plurianual de que o produto das obras ou serviços foi contemplado em suas metas;
- e) as plantas e projetos de engenharia e arquitetura.

Macaúbal/SP, ____ de _____ de 2026.

ACÁCIO TARDOQUE FERREIRA
Prefeito Municipal



TERMO DE DESIGNAÇÃO DE GESTOR e FISCAL DE CONTRATO

CONTRATANTE: Município De Macaúbal

CONTRATADO: _____

CONTRATO N. (DE ORIGEM): ____/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada no ramo da construção civil para a execução de obra, visando à Produção de 25 Unidades Habitacionais - Minha Casa Minha Vida, conforme Termo de Compromisso nº 974521/2025/Ministério das Cidades/Caixa Federal.

Fica designado(a) servidor(a):

GESTOR DE CONTRATO

Nome:			
Cargo:			
RG N.		CPF N.	
E-mail:			

para gerenciar, o Contrato Nº ----/2026, PROCESSO Nº 12/2026, Concorrência Eletrônica Nº 05/2026 e de conformidade com o Artigo 7º, §3º da Lei N. 14.133/2021 e Portaria Municipal N. 3130/2025.

FISCAL DE CONTRATO

Nome:			
Cargo:			
RG N.		CPF N.	
E-mail:			

para gerenciar, o Contrato Nº ---/2026, PROCESSO Nº 12/2026, Concorrência Eletrônica Nº 05/2026 e de conformidade com o Artigo 7º, §3º da Lei N. 14.133/2021 e Portaria Municipal N. 3130/2025.

Macaúbal/SP, de de 2026.

NOME

Cargo: -----

CPF. Nº -----

GESTOR DE CONTRATO

Portaria Municipal Nº 3130/2025

NOME

Cargo: -----

CPF. Nº -----

FISCAL DE CONTRATO

Portaria Municipal Nº 3130/2025

PROJETO MINHA CASA MINHA VIDA

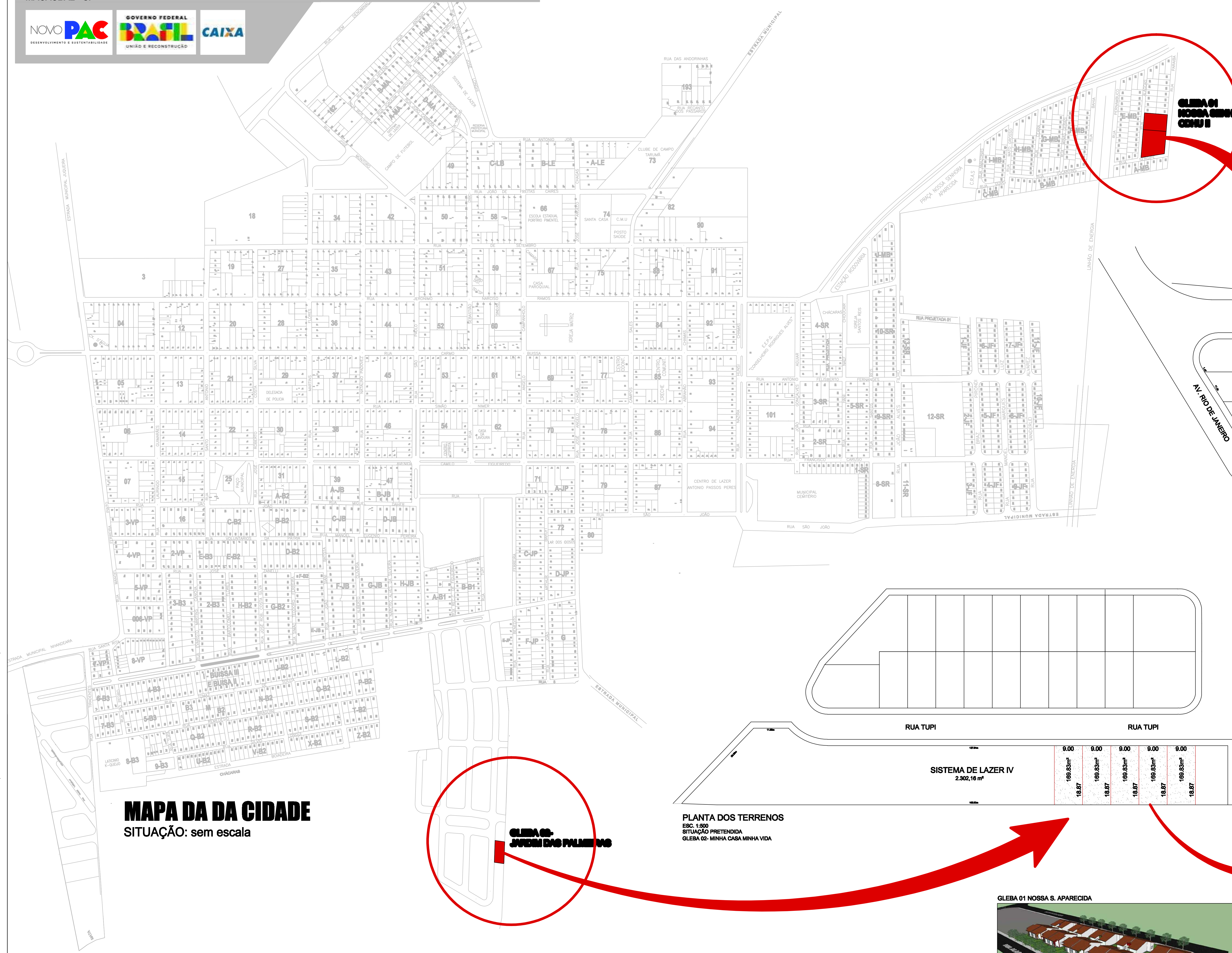
LOCALIZAÇÃO E IMPLANTAÇÃO

MACAUBAL - SP

NOVO PAC

GOVERNO FEDERAL

CAIXA



MAPA DA DA CIDADE

SITUAÇÃO: sem escala

GLEBA 02: JARDIM DAS PALMEIRAS

PLANTA DOS TERRENOS

ESC. 1:500
SITUAÇÃO PRETENDIDA
GLEBA 02- MINHA CASA MINHA VIDA

RUA TUPI				
9.00	9.00	9.00	9.00	9.00
169.83m²	169.83m²	169.83m²	169.83m²	169.83m²
18.87	18.87	18.87	18.87	18.87

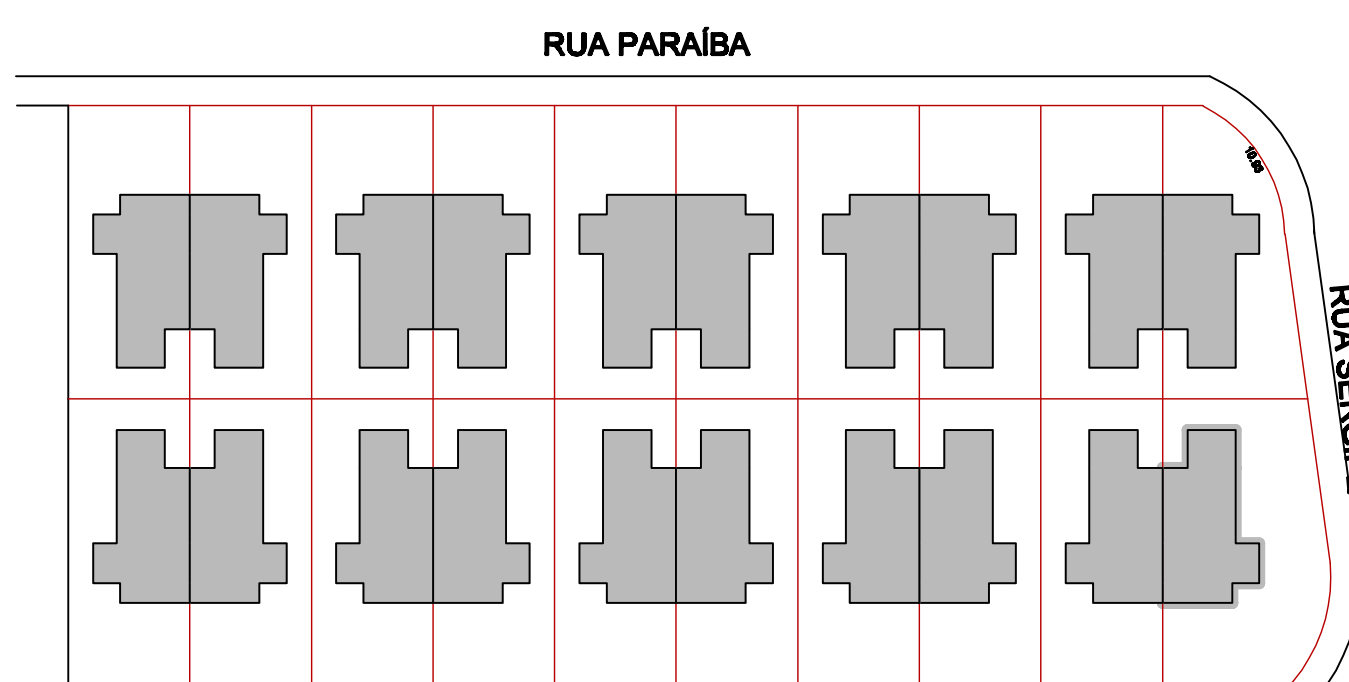


GLEBA 01 NOSSA S. APARECIDA



GLEBA 02 JARDIM DAS PALMEIRAS

GLEBA 01 NOSSA SENHORA APARECIDA



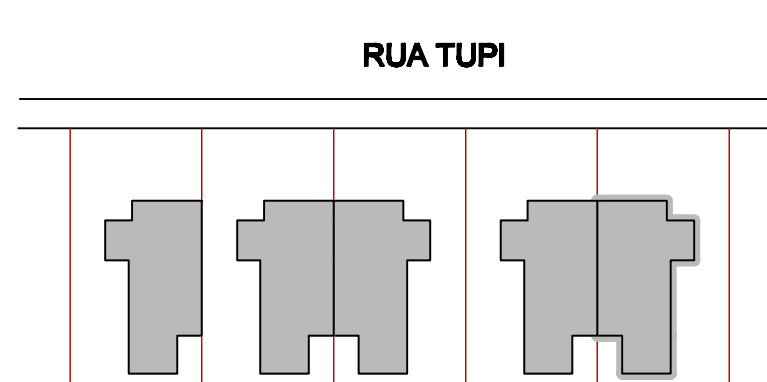
IMPLANTAÇÃO DAS CASAS

ESC. 1:500
SITUAÇÃO PRETENDIDA
GLEBA 01- NOSSA SENHORA APARECIDA
COORDENADAS GEOGRÁFICAS: -20.817035, -49.967289

RUA PARAIBA									
272.72m²	17	180.00m²	01	180.00m²	02	180.00m²	03	180.00m²	04
210.80m²	16	180.00m²	05	180.00m²	06	180.00m²	07	180.00m²	08
245.34m²	15	180.00m²	09	180.00m²	10	180.00m²	11	180.00m²	12
204.44m²	14	180.00m²	13	180.00m²	14	180.00m²	15	180.00m²	16

PLANTA DOS TERRENOS

ESC. 1:500
SITUAÇÃO PRETENDIDA
GLEBA 01- NOSSA SENHORA APARECIDA



IMPLANTAÇÃO DAS CASAS

ESC. 1:500
SITUAÇÃO PRETENDIDA
GLEBA 02- JARDIM DAS PALMEIRAS
COORDENADAS GEOGRÁFICAS: -20.810065, -49.971964



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAL

PRAÇA DEP. ARLINDO DOS SANTOS, 235, CENTRO
FONE: (17) 3841-1188 - CEP: 15270-000
C.B.C (M.F) Nº 01.846.943/0001-00

TÍTULO: PROJETO MINHA CASA MINHA VIDA 1/2

OBRA: LOCALIZAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DAS CASAS
BARRIO: NOSSA SENHORA APARECIDA (GLEBA 1) JARDIM DAS PALMEIRAS (GLEBA 2)
CÓDIGO: MACAUBAL - SP
CEP: 15270-000

PROP.: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAL

ÁREAS:	PROPRIETÁRIO:
GLEBA 01 NOSSA S. APARECIDA 3.568,75 m²	ACÁCIO TARDOQUE FERREIRA PREFEITO MUNICIPAL
GLEBA 02 JARDIM DAS PALMEIRAS 649,15 m²	

FERNANDO DA SILVA FILHO
ENL. CIVIL - CREA 6.000.000/0000-00
PROJETO E DIREÇÃO TÉCNICA

APROVAÇÕES:

julho de 2025

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAL

RELATÓRIO DE SONDAGENS SPT

CONSTRUÇÃO DE CASAS- BAIRRO NOSSA SENHORA DA APARECIDA

MAISA COMAR PINHOTTI AGUIAR
TRÍADE GEOTECNIA E SONDAGENS LTDA

A PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MACAUBAL

Votuporanga-SP, 16 de julho de 2025

Prezado Eng Fernando

Este relatório apresenta os resultados do serviço de sondagem de simples reconhecimento com ensaio SPT realizado pela empresa Tríade Geotecnia e Sondagens Ltda nos pontos indicados pelo Contratante para subsidiar projeto de implantação de casas populares na Rua Alagoas (gleba 1) no Bairro Nossa Senhora Aparecida.

A sondagem de reconhecimento de solo com ensaio SPT, também conhecida como sondagem SPT, foi conduzida conforme procedimento da norma NBR 6484/2020 e possibilita a determinação da resistência do solo e a compacidade ou consistência dos solos amostrados através da realização do ensaio penetrométrico- Standard Penetration Test (SPT).

1- DA SONDAGEM SPT

1.1- Equipamentos

Os equipamentos utilizados para a execução das três sondagens de reconhecimento de solo com ensaio SPT foram:

- Torre com roldana e sarilho;
- Tubo de revestimento em aço com diâmetro nominal interno de 67 mm e diâmetro nominal externo de 76 mm;
- Haste de lavagem/penetração em aço com diâmetro nominal interno de 25 mm;
- Amostrador padrão de diâmetro externo de 50,8 mm e diâmetro interno de 34,9mm;
- Martelo Padronizado de 65 kg;
- Cabeça de bater em aço; • Trépano;
- Trado concha com 100 ± 10 mm de diâmetro;
- Trado helicoidal com diâmetro entre 62 mm e 65 mm;
- Medidor de nível de água;
- Bomba motorizada e demais equipamentos exigidos pelo método de ensaio.
-

1.2 – Execução da sondagem e do ensaio SPT

A área onde o equipamento vai ser instalado é nivelada para instalação do tripé e o processo de perfuração inicia-se com o emprego de trado até o nível de água do subsolo ou quando não há mais avanço com o trado (não há recuperação de amostras). A partir desse ponto, a perfuração prossegue com o método de circulação de água, conhecido como lavagem com emprego do trépano.

As amostras são coletadas a cada metro de profundidade através do amostrador padrão (Foto 1), acondicionadas em saquinhos plásticos etiquetados e encaminhadas para identificação táctil-visual por geóloga. Essa caracterização encontra-se indicada nos perfis individuais anexos.



Foto 1- Solo no amostrador bipartido- 1ª foto mostra solo avermelhado e a segunda solo marrom claro que ocorre no local

Do ensaio SPT

O ensaio SPT consiste na cravação do barrilete amostrador padronizado por meio da queda livre de um peso padrão (martelo) de 65 kg de uma altura de 75 cm, num intervalo de 45 cm dividido em 03 intervalos de 15 cm cada.

É a partir do número N, representado pelo valor da soma dos golpes dos últimos 30 cm, que se classifica a compacidade ou consistência do solo e se determina a tensão admissível do solo ao longo do perfil amostrado, parâmetro utilizado para projetos de fundação de obras.

2- RESULTADOS

A execução das doze sondagens SPT, cujos perfis individuais estão no Anexo 1, permitiu a identificação de perfil de solo formado por solo residual de arenitos do Grupo Bauru, da Bacia Sedimentar do Paraná, constituído por areias de textura arenosa fina, com intercalações de silte e com resistência crescente em profundidade.

As sondagens foram paralisadas com 10,45 cada (conforme contrato) e o nível de água não foi encontrado até essa profundidade.

Sendo só para o momento, reiteramos nossos protestos de estima e colocamo-nos à disposição.

Maisa Comar P Aguiar

TRÍADE GEOTECNIA E SONDAGENS LTDA.

CNPJ 05.144.574/0001-57

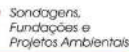
Geol. Maisa Comar Pinhotti Aguiar

ANEXO 1

PERFIS INDIVIDUAIS DE SONDAGEM

Local: R Alagoas s/n - N. Sra Aparecida- Macaubal

Sondador:	Carlos	Eng:	Geol. Maisa C Pinhotti Aguiar	16/07/2025	Folha 01
-----------	--------	------	-------------------------------	------------	----------



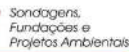
Cliente: Prefeitura Municipal de Macaúbal
 Obra: Construção de casas populares
 Local: R Alagoas s/n - N. Sra Aparecida- Macaúbal

[illegible]



Cliente: Prefeitura Municipal de Macaúbal
 Obra: Construção de casas populares
 Local: R Alagoas s/n - N. Sra Aparecida- Macaúbal

				SP 03		Nº 03/012					
Revestimento	Método cravação	Cota relação R.N.	Cota do N.A.	Índice de SPT iniciais/30cm	Índice SPT finais/30cm	Amostras	Prof. Camadas (m)	Furo SP 03 Cota 0,00		30 cm finais 30 cm iniciais	
								SPT - Standart Penetration Test Camadas - Classificação dos solos			
	TC	0 2,0	Não foi encontrado N.A.	7	8		6,45		Areia fina silto-argilosa, marrom avermelhada, pouco compacta		
				6	8						
				7	7						
				5	6						
	6			8							
	8			8							
	10			15							
	13			22							
	15			25							
	16			27							
	10,45										



Cliente: Prefeitura Municipal de Macaúbal
 Obra: Construção de casas populares
 Local: R Alagoas s/n - N. Sra Aparecida- Macaúbal

[illegible]

Local: R Alagoas s/n - N. Sra Aparecida- Macaubal

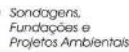
[illegible]



Rua Cesar Beretta, 3914- Votuporanga (SP)

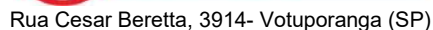
Local: R Alagoas s/n - N. Sra Aparecida- Macaubal

Revestimento	Método cravação	Cota relação R.N.	Cota do N.A.	Índice de SPT iniciais/30cm	Índice SPT finais/30cm	Amostras	Prof. Camadas (m)	SP 06		Nº 06/012																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																					
								Furo SP 06 Cota 0,00		30 cm finais 30 cm iniciais																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																					
SPT - Standart Penetration Test Camadas - Classificação dos solos								01020304050																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
	TC	0,20	Não foi encontrado N.A.	7	8		6,45	Areia fina silto-argilosa, marrom avermelhada, pouco compacta																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																							



Cliente: Prefeitura Municipal de Macaúbal
 Obra: Construção de casas populares
 Local: R Alagoas s/n - N. Sra Aparecida- Macaúbal

[illegible]

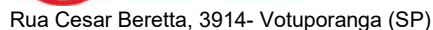


Local: R Alagoas s/n - N. Sra Aparecida- Macaubal

[illegible]

Cliente: Prefeitura Municipal de Macaúbal
 Obra: Construção de casas populares
 Local: R Alagoas s/n - N. Sra Aparecida- Macaúbal

[illegible]



Local: R Alagoas s/n - N. Sra Aparecida- Macaubal

Revestimento	Método cravação	Cota relação R.N.	Cota do N.A.	Índice de SPT iniciais/30cm	Índice SPT finais/30cm	Amostras	Prof. Camadas (m)	SP 10		Nº 10/012						
								Furo SP 10	Cota 0,00	<div><div></div><div>30 cm finais</div><div>30 cm iniciais</div></div>						
SPT - Standart Penetration Test								Camadas - Classificação dos solos								
			Não foi encontrado N.A.	7	8		6,45	<div>Areia fina silto-argilosa, marrom avermelhada, pouco compacta</div>								
	TC			9	7											
				8	7											
				5	7											
				6	8											
				7	8											
	CA			9	13		10,45	<div>Areia fina siltosa, marrom clara, medianamente compacta a compacta</div>								
				8	15											
				11	20											
				12	25											
Profundidade nível d'água				Amostrador		Revestimento Ø 2 3/8 "		Data								
Inicial		m 12/07/2025		Ø interno 1 3/8 "		Peso 65,0 kg		Início 12/07/2025								
Final		m 12/07/2025		Ø externo 2 "		Altura de queda 75,0 cm		Término 12/07/2025								
Obs: 0-10,45m- Solo residual																
Sondador:	Carlos					Eng:	Geol. Maisa C Pinhotti Aguiar			16/07/2025 Folha 01						

Revestimento	Método cravação	Cota relação R.N.	Cota do N.A.	Índice de SPT iniciais/30cm	Índice SPT finais/30cm	Amostras	Prof. Camadas (m)	SP 11		Nº 11/012					
								Furo SP 11 Cota 0,00		30 cm finais 30 cm iniciais					
SPT - Standart Penetration Test Camadas - Classificação dos solos								0 10 20 30 40 50							
<div></div>	TC	0 2,0	Não foi encontrado N.A.	5	6		6,45	Areia fina silto-argilosa, marrom avermelhada, pouco compacta		<div><div></div><div></div></div>					
				7	8										
				8	7										
				5	6										
	6			7		10,45	Areia fina siltosa, marrom clara, medianamente compacta a compacta								
	6			6											
	7			10											
	9			16											
	12			20											
	13			24											
		</													



Rua Cesar Beretta, 3914- Votuporanga (SP)

Local: R Alagoas s/n - N. Sra Aparecida- Macaubal

Revestimento	Método cravação	Cota relação R.N.	Cota do N.A.	Índice de SPT iniciais/30cm	Índice SPT finais/30cm	Amostras	Prof. Camadas (m)	SP 12		Nº 12/012					
								Furo SP 12 Cota 0,00		30 cm finais 30 cm iniciais					
SPT - Standart Penetration Test Camadas - Classificação dos solos								0 10 20 30 40 50							
<div><div></div></div>	TC	CA	0 2,0	Não foi encontrado N.A.	5	8		7,45 10,45	<div><div>Areia fina silto-argilosa, marrom avermelhada, pouco compacta</div><div>Areia fina siltosa, marrom clara, medianamente compacta a compacta</div></div>	<div><div><div></div><div></div></div></div>					
					8	8									
					7	6									
					4	5									
					5	6									
					6	7									
					7	8									
					10	13									
					12	18									
					14	23									
Profundidade nível d'agua				Amostrador				Revestimento Ø 2 3/8 "				Data			
Inicial m 12/07/2025				Ø interno 1 3/8 "				Peso 65,0 kg				Início 12/07/2025			
Final m 12/07/2025				Ø externo 2 "				Altura de queda 75,0 cm				Término 12/07/2025			
Obs: 0-10,45m- Solo residual															
Sondador:		Carlos		Eng:		Geol. Maisa C Pinhotti Aguiar		16/07/2025 Folha 01							

julho de 2025

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAL

RELATÓRIO DE SONDAGENS SPT

CONSTRUÇÃO DE CASAS- JARDIM DAS PALMEIRAS

MAISA COMAR PINHOTTI AGUIAR
TRÍADE GEOTECNIA E SONDAGENS LTDA

A PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MACAUBAL

Votuporanga-SP, 16 de julho de 2025

Prezado Eng Fernando

Este relatório apresenta os resultados do serviço de sondagem de simples reconhecimento com ensaio SPT realizado pela empresa Tríade Geotecnia e Sondagens Ltda nos pontos indicados pelo Contratante para subsidiar projeto de implantação de casas populares na Rua Tupi s/, no Jardim das Palmeiras.

A sondagem de reconhecimento de solo com ensaio SPT, também conhecida como sondagem SPT, foi conduzida conforme procedimento da norma NBR 6484/2020 e possibilita a determinação da resistência do solo e a compacidade ou consistência dos solos amostrados através da realização do ensaio penetrométrico- Standard Penetration Test (SPT).

1- DA SONDAGEM SPT

1.1- Equipamentos

Os equipamentos utilizados para a execução das três sondagens de reconhecimento de solo com ensaio SPT foram:

- Torre com roldana e sarilho;
- Tubo de revestimento em aço com diâmetro nominal interno de 67 mm e diâmetro nominal externo de 76 mm;
- Haste de lavagem/penetração em aço com diâmetro nominal interno de 25 mm;
- Amostrador padrão de diâmetro externo de 50,8 mm e diâmetro interno de 34,9mm;
- Martelo Padronizado de 65 kg;
- Cabeça de bater em aço; • Trépano;
- Trado concha com 100 ± 10 mm de diâmetro;
- Trado helicoidal com diâmetro entre 62 mm e 65 mm;
- Medidor de nível de água;
- Bomba motorizada e demais equipamentos exigidos pelo método de ensaio.
-

1.2 – Execução da sondagem e do ensaio SPT

A área onde o equipamento vai ser instalado é nivelada para instalação do tripé e o processo de perfuração inicia-se com o emprego de trado até o nível de água do subsolo ou quando não há mais avanço com o trado (não há recuperação de amostras). A partir desse ponto, a perfuração prossegue com o método de circulação de água, conhecido como lavagem com emprego do trépano.

As amostras são coletadas a cada metro de profundidade através do amostrador padrão (Foto 1), acondicionadas em saquinhos plásticos etiquetados e encaminhadas para identificação táctil-visual por geóloga. Essa caracterização encontra-se indicada nos perfis individuais anexos.



Foto 1- Solo no amostrador bipartido

Do ensaio SPT

O ensaio SPT consiste na cravação do barrilete amostrador padronizado por meio da queda livre de um peso padrão (martelo) de 65 kg de uma altura de 75 cm, num intervalo de 45 cm dividido em 03 intervalos de 15 cm cada.

É a partir do número N, representado pelo valor da soma dos golpes dos últimos 30 cm, que se classifica a compacidade ou consistência do solo e se determina a tensão admissível do solo ao longo do perfil amostrado, parâmetro utilizado para projetos de fundação de obras.

3- RESULTADOS

A execução das cinco sondagens SPT, cujos perfis individuais estão no Anexo 1, permitiu a identificação de perfil de solo formado por solo residual de arenitos do Grupo Bauru, da Bacia Sedimentar do Paraná, constituído por areias de textura arenosa fina, com intercalações de silte e com resistência crescente em profundidade.

As sondagens foram paralisadas com 10,45 cada (conforme contrato) e o nível de água não foi encontrado até essa profundidade.

Sendo só para o momento, reiteramos nossos protestos de estima e colocamo-nos à disposição.

Maisa Comar P Aguiar

TRÍADE GEOTECNIA E SONDAGENS LTDA.

CNPJ 05.144.574/0001-57

Geol. Maisa Comar Pinhotti Aguiar

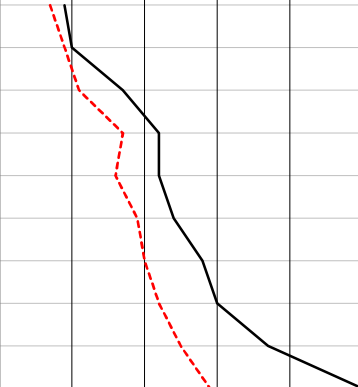
ANEXO 1

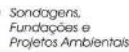
PERFIS INDIVIDUAIS DE SONDAGEM



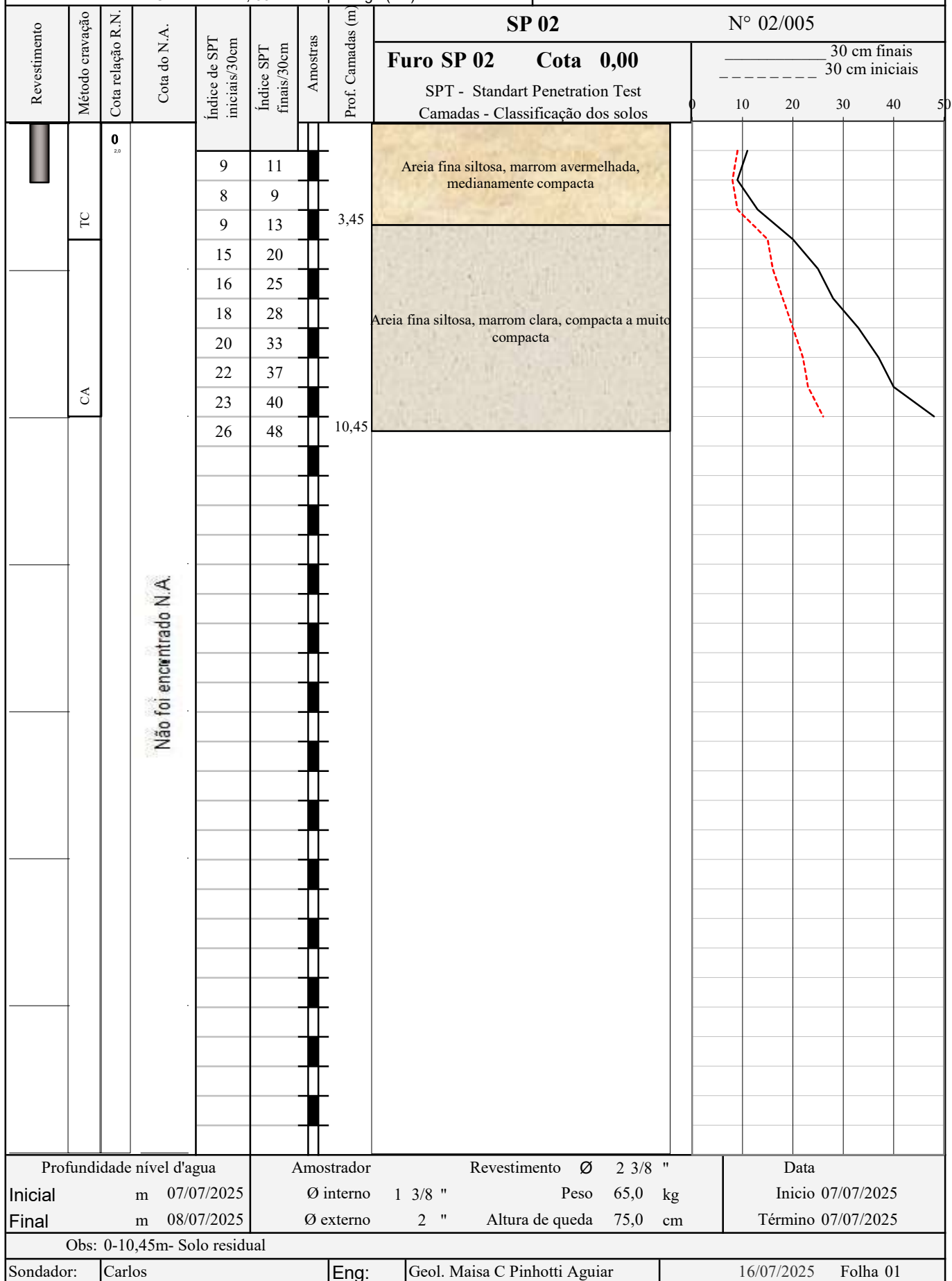
Rua Cesar Beretta, 3914- Votuporanga (SP)

Local: R Tupi s/n (gleba 2)- Jd das Palmeiras- Macaubal

Revestimento		Método cravação	Cota relação R.N.	Cota do N.A.	Índice de SPT iniciais/30cm	Índice SPT finais/30cm	Amostras	Prof. Camadas (m)	SP 01		Nº 01/005										
									Furo SP 01 Cota 0,00		SPT - Standart Penetration Test Camadas - Classificação dos solos		<div><div></div><div>30 cm finais</div><div>30 cm iniciais</div></div> <div><div>0</div><div>10</div><div>20</div><div>30</div><div>40</div><div>50</div></div>								
		TC	CA	0 2,0	7	9		3,45	Areia fina siltosa, marrom avermelhada, medianamente compacta												
					9	10										11	17	16	22	19	24



Local: R Tupi s/n (gleba 2)- Jd das Palmeiras- Macaubal

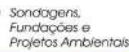




Rua Cesar Beretta, 3914- Votuporanga (SP)

Local: R Tupi s/n (gleba 2)- Jd das Palmeiras- Macaubal

Revestimento		Método cravação	Cota relação R.N.	Cota do N.A.	Índice de SPT iniciais/30cm	Índice SPT finais/30cm	Amostras	Prof. Camadas (m)	SP 03		Nº 03/005					
									Furo SP 03 Cota 0,00		SPT - Standart Penetration Test Camadas - Classificação dos solos					
		TC	0 2,0	Não foi encontrado N.A.	15	15		4,45								
	CA		8		11											
			10		13											
			12		16											
			14		19											
			15		23											
			18		31											
			20		35											
			23		43											
			25		52			10,45								



Local: R Tupi s/n (gleba 2)- Jd das Palmeiras- Macaubal

[illegible]

Sondador:	Carlos	Eng:	Geol. Maisa C Pinhotti Aguiar	16/07/2025	Folha 01
-----------	--------	------	-------------------------------	------------	----------



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo

CREA-SP

ART de Obra ou Serviço
2620251169666

1. Responsável Técnico

MAISA COMAR PINHOTTI AGUIAR

Título Profissional: **Geóloga**

Empresa Contratada: **TRIADE GEOTECNIA E SONDAGENS LTDA**

RNP: **2605125254**

Registro: **5060040636-SP**

Registro: **0600160-SP**

2. Dados do Contrato

Contratante: **Prefeitura Municipal de Macaúbal**

CPF/CNPJ: **51.848.943/0001-00**

Endereço: **Rua José Roberto Costa Silva**

Nº:

Complemento:

Bairro: **Centro**

Cidade: **Macaúbal**

UF: **SP**

CEP: **15270-029**

Contrato:

Celebrado em: **03/07/2025**

Vinculada à Art nº:

Valor: R\$ **6500,00**

Tipo de Contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Público**

Ação Institucional:

3. Dados da Obra Serviço

Endereço: **Rua Alagoas**

Nº:

Complemento:

Bairro: **Conjunto Habitacional Nossa Senhora Aparecida**

Cidade: **Macaúbal**

UF: **SP**

CEP: **15270-172**

Data de Início: **07/07/2025**

Previsão de Término: **12/07/2025**

Coordenadas Geográficas:

Finalidade:

Código:

Endereço: **Rua Tupi**

Nº:

Complemento: **- de 500/501 ao fim**

Bairro: **Jardim das Palmeiras**

Cidade: **Macaúbal**

UF: **SP**

CEP: **15272-072**

Data de Início: **07/07/2025**

Previsão de Término: **12/07/2025**

Coordenadas Geográficas:

Finalidade:

Código:

4. Atividade Técnica

Execução

			Quantidade	Unidade
1	Ensaio	de sondagem geotécnica a percussão	177,65000	metro
	Ensaio	de sondagem geotécnica a percussão	17,00000	unidade

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Esta ART refere-se à execução de 17 sondagens SPT para construção de casas populares no município de Macaúbal sendo 05 sondagens no Bairro Jardim das Palmeiras (gleba 2) e 12 sondagens no Bairro Nossa Senhora Aparecida (gleba 1), nos pontos indicados pela Contratante As sondagens totalizam 177,65 metros, sendo que cada sondagem tem 10,45m.

6. Declarações

Acessibilidade: Declaro que as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, não se aplicam às atividades profissionais acima relacionadas.

7. Entidade de Classe

Nenhuma

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Votuporanga-SP 16 de julho de 2025

Local

data



MAISA COMAR PINHOTTI AGUIAR - CPF: 070.542.328-01

Prefeitura Municipal de Macaúbal - CPF/CNPJ: 51.848.943/0001-00

9. Informações

- A presente ART encontra-se devidamente quitada conforme dados constantes no rodapé-versão do sistema, certificada pelo Nosso Número.

- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.creasp.org.br ou www.confes.org.br

- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

www.creasp.org.br

Tel: 0800 017 18 11

E-mail: acessar link Fale Conosco do site acima

**CREA-SP**
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
do Estado de São Paulo

Valor ART R\$ 103,03

Registrada em: 10/07/2025

Valor Pago R\$ 103,03

Nosso Número: 2620251169666

Versão do sistema

Impresso em: 10/07/2025 13:50:59

Auteticação de ART
2620251169666



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-SP

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo

ART de Obra ou Serviço

2620251539447

Substituição- modificação do objeto do contrato ou
atividade técnica contratada à 2620250981213

1. Responsável Técnico

FERNANDO DA SILVA FILHO

Título Profissional: Engenheiro Civil

RNP: 2604881667

Registro: 5060083105-SP

Registro: 0515832-SP

Empresa Contratada: CRISTEL ENGENHARIA E COMERCIO EIRELI

2. Dados do Contrato

Contratante: MUNICIPIO DE MACAUBAL

CPF/CNPJ: 51.848.943/0001-00

Endereço: Rua JOSÉ ROBERTO COSTA SILVA

Nº: 235

Complemento: PREFEITURA MUNICIPAL

Bairro: CENTRO

Cidade: Macaúbal

UF: SP

CEP: 15270-029

Contrato:

Celebrado em: 09/06/2025

Vinculada à Art nº:

Valor: R\$ 500,00

Tipo de Contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público

Ação Institucional:

3. Dados da Obra Serviço

Endereço: Rua ALAGOAS

Nº:

Complemento:

Bairro: CONJUNTO HABITACIONAL NOSSA SENHORA APARECIDA

Cidade: Macaúbal

UF: SP

CEP: 15270-172

Data de Início: 09/06/2025

Previsão de Término: 31/03/2026

Coordenadas Geográficas:

Finalidade:

Código:

CPF/CNPJ:

Endereço: Rua PARAÍBA

Nº:

Complemento:

Bairro: CONJUNTO HABITACIONAL NOSSA SENHORA APARECIDA

Cidade: Macaúbal

UF: SP

CEP: 15270-174

Data de Início: 09/06/2025

Previsão de Término: 31/03/2026

Coordenadas Geográficas:

Finalidade:

Código:

Endereço: Rua TUPI

Nº:

Complemento:

Bairro: CENTRO

Cidade: Macaúbal

UF: SP

CEP: 15270-039

Data de Início: 09/06/2025

Previsão de Término: 31/03/2026

Coordenadas Geográficas:

Finalidade:

Código:

4. Atividade Técnica

Elaboração

1

Elaboração de orçamento
Projeto

de edificação
de edificação

de alvenaria
de alvenaria

Quantidade

25,00000
25,00000

Unidade

unidade
unidade

Fiscalização

2 Fiscalização de obra de edificação de alvenaria 25,00000 unidade

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

ART referente ao projeto para construção de 25 unidades habitacionais para a seleção PAC, MCMV FNHIS - Programa Minha Casa, Minha Vida - Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, em que o Município de Macaúbal foi selecionado

6. Declarações

Acessibilidade: Declaro atendimento às regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

7. Entidade de Classe

Nenhuma

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

_____ de _____ de _____
Local data

FERNANDO DA SILVA FILHO - CPF: 070.530.168-03

MUNICIPIO DE MACAUBAL - CPF/CNPJ: 51.848.943/0001-00

9. Informações

- A presente ART encontra-se devidamente quitada conforme dados constantes no rodapé-versão do sistema, certificada pelo *Nosso Número*.

- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.creasp.org.br ou www.confea.org.br

- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

www.creasp.org.br
Tel: 0800 017 18 11
E-mail: acessar link Fale Conosco do site acima



Valor ART R\$ 103,03

Registrada em: 03/09/2025

Valor Pago R\$ 103,03

Nosso Número: 2620251539447

Versão do sistema

Impresso em: 03/09/2025 11:10:32



Auteticação de ART
2620251539447

Nº OPERAÇÃO
0000000-00Nº TRANSFEREGOV
000000/2025PROPONENTE / TOMADOR
Prefeitura Municipal de MACAUBAL

APELIDO DO EMPREENDIMENTO / DESCRIÇÃO DO LOTE

Casa térrea acessível, 2 quartos, Autil=47,46m² / Lote Único

Conforme legislação tributária municipal, definir estimativa de percentual da base de cálculo para o ISS:	68,00%
Sobre a base de cálculo, definir a respectiva alíquota do ISS (entre 2% e 5%):	5,00%

BDI 1

TIPO DE OBRA

Construção e Reforma de Edifícios

Itens	Siglas	% Adotado
Administração Central	AC	3,00%
Seguro e Garantia	SG	0,80%
Risco	R	0,97%
Despesas Financeiras	DF	0,59%
Lucro	L	6,16%
Tributos (impostos COFINS 3%, e PIS 0,65%)	CP	3,65%
Tributos (ISS, variável de acordo com o município)	ISS	3,40%
Tributos (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - Lei 12.546 de 14/12/2011 - Desoneração)	CPRB	0,00%
BDI SEM desoneração (Fórmula Acórdão TCU)	BDI PAD	20,37%

Os valores de BDI foram calculados com o emprego da fórmula:

$$BDI = \frac{(1+AC + S + R + G)*(1 + DF)*(1+L)}{(1-CP-ISS-CRPB)} - 1$$

Declaro para os devidos fins que, conforme legislação tributária municipal, a base de cálculo deste tipo de obra corresponde à 68%, com a respectiva alíquota de 5%.

Declaro para os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para elaboração do orçamento foi SEM Desoneração, e que esta é a alternativa mais adequada para a Administração Pública.

Observações:

MACAUBAL
Localquinta-feira, 5 de junho de 2025
Data

Responsável Técnico

Nome: FERNANDO DA SILVA FILHO

CREA/CAU: 5060083105

ART/RRT: 2620250981213

Nº OPERAÇÃO
0000000-00Nº TRANSFEREGOV
000000/2025PROPONENTE / TOMADOR
Prefeitura Municipal de MACAUBAL

APELIDO DO EMPREENDIMENTO / DESCRIÇÃO DO LOTE

Casa térrea acessível, 2 quartos, Autil=47,46m² / Lote Único

Conforme legislação tributária municipal, definir estimativa de percentual da base de cálculo para o ISS:

68,00%

Sobre a base de cálculo, definir a respectiva alíquota do ISS (entre 2% e 5%):

5,00%

BDI 2

TIPO DE OBRA

(SELECIONAR)

Itens	Siglas	% Adotado
Administração Central	AC	
Seguro e Garantia	SG	
Risco	R	
Despesas Financeiras	DF	
Lucro	L	
Tributos (impostos COFINS 3%, e PIS 0,65%)	CP	
Tributos (ISS, variável de acordo com o município)	ISS	0,00%
Tributos (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - Lei 12.546 de 14/12/2011 - Desoneração)	CPRB	0,00%
BDI SEM desoneração (Fórmula Acórdão TCU)	BDI PAD	0,00%

Os valores de BDI foram calculados com o emprego da fórmula:

$$BDI = \frac{(1+AC + S + R + G)*(1 + DF)*(1+L)}{(1-CP-ISS-CRPB)} - 1$$

Declaro para os devidos fins que, conforme legislação tributária municipal, a base de cálculo deste tipo de obra corresponde à 68%, com a respectiva alíquota de 5%.

Declaro para os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para elaboração do orçamento foi SEM Desoneração, e que esta é a alternativa mais adequada para a Administração Pública.

Observações:

MACAUBAL
Localquinta-feira, 5 de junho de 2025
Data

Responsável Técnico

Nome: FERNANDO DA SILVA FILHO

CREA/CAU: 5060083105

ART/RRT: 2620250981213

Nº OPERAÇÃO
0000000-00Nº TRANSFEREGOV
000000/2025PROPONENTE / TOMADOR
Prefeitura Municipal de MACAUBAL

APELIDO DO EMPREENDIMENTO / DESCRIÇÃO DO LOTE

Casa térrea acessível, 2 quartos, Autil=47,46m² / Lote Único

Conforme legislação tributária municipal, definir estimativa de percentual da base de cálculo para o ISS:	68,00%
Sobre a base de cálculo, definir a respectiva alíquota do ISS (entre 2% e 5%):	5,00%

BDI 3

TIPO DE OBRA

(SELECIONAR)

Itens	Siglas	% Adotado
Administração Central	AC	
Seguro e Garantia	SG	
Risco	R	
Despesas Financeiras	DF	
Lucro	L	
Tributos (impostos COFINS 3%, e PIS 0,65%)	CP	
Tributos (ISS, variável de acordo com o município)	ISS	0,00%
Tributos (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - Lei 12.546 de 14/12/2011 - Desoneração)	CPRB	0,00%
BDI SEM desoneração (Fórmula Acórdão TCU)	BDI PAD	0,00%

Os valores de BDI foram calculados com o emprego da fórmula:

$$BDI = \frac{(1+AC + S + R + G)*(1 + DF)*(1+L)}{(1-CP-ISS-CRPB)} - 1$$

Declaro para os devidos fins que, conforme legislação tributária municipal, a base de cálculo deste tipo de obra corresponde à 68%, com a respectiva alíquota de 5%.

Declaro para os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para elaboração do orçamento foi SEM Desoneração, e que esta é a alternativa mais adequada para a Administração Pública.

Observações:

MACAUBAL
Localquinta-feira, 5 de junho de 2025
Data

Responsável Técnico

Nome: FERNANDO DA SILVA FILHO

CREA/CAU: 5060083105

ART/RRT: 2620250981213

FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFIC.	CUSTO UNIT DESONERADO	CUSTO UNIT NÃO DESONER.
Composição	ADMLOC	ADMINISTRAÇÃO LOCAL DE OBRA	UN		13.002,88	14.467,20
SINAPI	90777	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	44	116,96	130,52
SINAPI	90776	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	176	44,64	49,57
Composição	MOB	MOBILIZAÇÃO	UN		1.062,72	1.074,76
SINAPI	91031	CAMINHÃO TRUCADO (C/ TERCEIRO EIXO) ELETRÔNICO - POTÊNCIA 231CV - PBT = 22000KG - DIST. ENTRE EIXOS 5170 MM - INCLUI CARROCERIA FIXA ABERTA DE MADEIRA - CHP DIURNO. AF_06/2015	CHP	4	265,68	268,69
Composição	PINLIG	EXECUÇÃO DE PINTURA DE LIGAÇÃO COM EMULSÃO ASFÁLTICA RR-1C, INCLUSO VARRIÇÃO	M2		2,59	2,62
SINAPI	5839	VASSOURA MECÂNICA REBOCÁVEL COM ESCOVA CILÍNDRICA, LARGURA ÚTIL DE VARRIMENTO DE 2,44 M - CHP DIURNO. AF_06/2014	CHP	0,002	9,65	9,65
SINAPI	5841	VASSOURA MECÂNICA REBOCÁVEL COM ESCOVA CILÍNDRICA, LARGURA ÚTIL DE VARRIMENTO DE 2,44 M - CHI DIURNO. AF_06/2014	CHI	0,004	4,85	4,85
Cotação	ANP-RR1C	Emulsão Asfáltica RR-1C	kg	0,45	3,45	3,45
SINAPI	83362	ESPARGIDOR DE ASFALTO PRESSURIZADO, TANQUE 6 M3 COM ISOLAÇÃO TÉRMICA, AQUECIDO COM 2 MAÇARICOS, COM BARRA ESPARGIDORA 3,60 M, MONTADO SOBRE CAMINHÃO TOCO, PBT 14.300 KG, POTÊNCIA 185 CV - CHP DIURNO. AF_05/2023	CHP	0,0004	271,94	274,95
SINAPI	88316	SERVEANTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0055	27,55	29,77
SINAPI	89035	TRATOR DE PNEUS, POTÊNCIA 85 CV, TRACÇÃO 4X4, PESO COM LASTRO DE 4.675 KG - CHP DIURNO. AF_06/2014	CHP	0,0017	131,35	133,98
SINAPI	89036	TRATOR DE PNEUS, POTÊNCIA 85 CV, TRACÇÃO 4X4, PESO COM LASTRO DE 4.675 KG - CHI DIURNO. AF_06/2014	CHI	0,0038	47,90	50,53
SINAPI	91486	ESPARGIDOR DE ASFALTO PRESSURIZADO, TANQUE 6 M3 COM ISOLAÇÃO TÉRMICA, AQUECIDO COM 2 MAÇARICOS, COM BARRA ESPARGIDORA 3,60 M, MONTADO SOBRE CAMINHÃO TOCO, PBT 14.300 KG, POTÊNCIA 185 CV - CHI DIURNO. AF_05/2023	CHI	0,0051	72,77	75,78
Composição	SINVERT	CONJUNTO PARA PLACA DE SINALIZAÇÃO DE "PARE", TIPO OCTOGONAL COM LADO DE 25CM, EM CHAPA DE AÇO COM PINTURA REFLETIVA. INCLUSO SUPORTE METÁLICO E FUNDAÇÃO. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UN		530,32	531,59
SINAPI-I	546	BARRA DE AÇO CHATA, RETANGULAR (QUALQUER BITOLA)	KG	1	10,71	10,71
SINAPI-I	34723	PLACA DE SINALIZAÇÃO EM CHAPA DE AÇO NUM 16 COM PINTURA REFLETIVA	M2	0,302	924,00	924,00
SINAPI	88315	SERRALHEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,213	31,80	34,50
SINAPI	88316	SERVEANTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,213	27,55	29,77
SINAPI-I	21013	TUBO AÇO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE LEVE, DN 50 MM (2"), E = 3,00 MM, *4,40* KG/M (NBR 5580)	M	3,2	67,28	67,28
SINAPI	94970	CONCRETO FCK = 20MPA, TRAÇO 1:2,7:3 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF_05/2021	M3	0,031	406,18	413,51
SINAPI	97914	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	0,02	3,09	3,16
Composição	SININD	CONJUNTO PARA IDENTIFICAÇÃO DO NOME DE RUA, INCLUSO SUPORTE METÁLICO, FUNDAÇÃO E 02 PLACAS ESMALTADAS NAS DIMENSÕES 45X25CM. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UN		601,23	602,50
SINAPI-I	546	BARRA DE AÇO CHATA, RETANGULAR (QUALQUER BITOLA)	KG	1	10,71	10,71
SINAPI-I	13521	PLACA DE AÇO ESMALTADA PARA IDENTIFICAÇÃO DE RUA, *45 CM X 20* CM	UN	2	132,00	132,00
SINAPI	88315	SERRALHEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,213	31,80	34,50
SINAPI	88316	SERVEANTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,213	27,55	29,77
SINAPI-I	21014	TUBO AÇO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE LEVE, DN 65 MM (2 1/2"), E = 3,35 MM, * 6,23* KG/M (NBR 5580)	M	3,2	94,14	94,14
SINAPI	94970	CONCRETO FCK = 20MPA, TRAÇO 1:2,7:3 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF_05/2021	M3	0,031	406,18	413,51
SINAPI	97914	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	0,02	3,09	3,16
Composição	DES	DESMOBILIZAÇÃO	UN		1.062,72	1.074,76
Composição	MOB	MOBILIZAÇÃO	UN	1	1.062,72	1.074,76
COMPOSIÇÃO	IMPRIM	EXECUÇÃO DE IMPRIMAÇÃO COM ASFALTO DILUÍDO CM 30. AF_11/2019	M2		8,78	8,83
SINAPI	5839	VASSOURA MECÂNICA REBOCÁVEL COM ESCOVA CILÍNDRICA, LARGURA ÚTIL DE VARRIMENTO DE 2,44 M - CHP DIURNO. AF_06/2014	CHP	0,002	9,65	9,65
SINAPI	5841	VASSOURA MECÂNICA REBOCÁVEL COM ESCOVA CILÍNDRICA, LARGURA ÚTIL DE VARRIMENTO DE 2,44 M - CHI DIURNO. AF_06/2014	CHI	0,004	4,85	4,85
Cotação	ANP-CM30	Asfatos Diluídos CM-30	kg	1,2	6,32	6,32
SINAPI	83362	ESPARGIDOR DE ASFALTO PRESSURIZADO, TANQUE 6 M3 COM ISOLAÇÃO TÉRMICA, AQUECIDO COM 2 MAÇARICOS, COM BARRA ESPARGIDORA 3,60 M, MONTADO SOBRE CAMINHÃO TOCO, PBT 14.300 KG, POTÊNCIA 185 CV - CHP DIURNO. AF_05/2023	CHP	0,001	271,94	274,95
SINAPI	88316	SERVEANTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0058	27,55	29,77
SINAPI	89035	TRATOR DE PNEUS, POTÊNCIA 85 CV, TRACÇÃO 4X4, PESO COM LASTRO DE 4.675 KG - CHP DIURNO. AF_06/2014	CHP	0,0017	131,35	133,98
SINAPI	89036	TRATOR DE PNEUS, POTÊNCIA 85 CV, TRACÇÃO 4X4, PESO COM LASTRO DE 4.675 KG - CHI DIURNO. AF_06/2014	CHI	0,0041	47,90	50,53
SINAPI	91486	ESPARGIDOR DE ASFALTO PRESSURIZADO, TANQUE 6 M3 COM ISOLAÇÃO TÉRMICA, AQUECIDO COM 2 MAÇARICOS, COM BARRA ESPARGIDORA 3,60 M, MONTADO SOBRE CAMINHÃO TOCO, PBT 14.300 KG, POTÊNCIA 185 CV - CHI DIURNO. AF_05/2023	CHI	0,0049	72,77	75,78
COMPOSIÇÃO	96556_ADP-01	CONCRETAGEM DE SAPATA, FCK 20 MPA, COM USO DE JERICA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO.	m3		800,70	835,57
SINAPI	94970	CONCRETO FCK = 20MPA, TRAÇO 1:2,7:3 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF_05/2021	M3	1,19	406,18	413,51
SINAPI	90587	VIBRADOR DE IMERSÃO, DIÂMETRO DE PONTEIRA 45MM, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV - CHI DIURNO. AF_06/2015	CHI	1,938	0,53	0,53

FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFIC.	DESONERADO	NÃO DESONER.
SINAPI	90586	VIBRADOR DE IMERSÃO, DIÂMETRO DE PONTEIRA 45MM, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV - CHP DIURNO. AF_06/2015	CHP	0,598	1,26	1,26
SINAPI	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	5,071	27,55	29,77
SINAPI	88309	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	5,598	31,42	34,08

COMPOSIÇÃO	96555_ADP-01	CONCRETAGEM DE BLOCO DE COROAMENTO OU VIGA BALDRAME, FCK 20 MPA, COM USO DE JERICA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_01/2024	m3		627,74	649,10
SINAPI	94970	CONCRETO FCK = 20MPA, TRAÇO 1:2,7:3 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF_05/2021	M3	1,16	406,18	413,51
SINAPI	90587	VIBRADOR DE IMERSÃO, DIÂMETRO DE PONTEIRA 45MM, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV - CHI DIURNO. AF_06/2015	CHI	1,101	0,53	0,53
SINAPI	90586	VIBRADOR DE IMERSÃO, DIÂMETRO DE PONTEIRA 45MM, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV - CHP DIURNO. AF_06/2015	CHP	0,34	1,26	1,26
SINAPI	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2,882	27,55	29,77
SINAPI	88309	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2,425	31,42	34,08

COMPOSIÇÃO	103682_ADP-01	CONCRETAGEM DE VIGAS E LAJES, FCK=20 MPA, PARA QUALQUER TIPO DE LAJE COM BALDES EM EDIFICAÇÃO TÉRREA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_02/2022	M3		845,25	876,53
SINAPI	90587	VIBRADOR DE IMERSÃO, DIÂMETRO DE PONTEIRA 45MM, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV - CHI DIURNO. AF_06/2015	CHI	0,249	0,53	0,53
SINAPI	90586	VIBRADOR DE IMERSÃO, DIÂMETRO DE PONTEIRA 45MM, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV - CHP DIURNO. AF_06/2015	CHP	0,942	1,26	1,26
SINAPI	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	8,407	27,55	29,77
SINAPI	88309	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	3,571	31,42	34,08
SINAPI	88262	CARPINTEIRO DE FORMAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,19	30,99	33,62
SINAPI-I	34492	CONCRETO USINADO BOMBEAVEL, CLASSE DE RESISTENCIA C20, COM BRITA 0 E 1, SLUMP = 100 +/- 20 MM, EXCLUI SERVICO DE BOMBEAMENTO (NBR 8953)	M3	1,103	420,00	420,00

COMPOSIÇÃO	103669_ADP-01	CONCRETAGEM DE PILARES, FCK = 20 MPA, COM USO DE BALDES - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_02/2022	M3		822,01	851,40
SINAPI	90587	VIBRADOR DE IMERSÃO, DIÂMETRO DE PONTEIRA 45MM, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV - CHI DIURNO. AF_06/2015	CHI	1,417	0,53	0,53
SINAPI	90586	VIBRADOR DE IMERSÃO, DIÂMETRO DE PONTEIRA 45MM, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV - CHP DIURNO. AF_06/2015	CHP	1,042	1,26	1,26
SINAPI	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	7,377	27,55	29,77
SINAPI	88309	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2,459	31,42	34,08
SINAPI	88262	CARPINTEIRO DE FORMAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2,459	30,99	33,62
SINAPI-I	34492	CONCRETO USINADO BOMBEAVEL, CLASSE DE RESISTENCIA C20, COM BRITA 0 E 1, SLUMP = 100 +/- 20 MM, EXCLUI SERVICO DE BOMBEAMENTO (NBR 8953)	M3	1,103	420,00	420,00

COMPOSIÇÃO	92463_ADP-01	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA DE VIGA, SEM ESCORAMENTO, PÉ-DIREITO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA RESINADA, 8 UTILIZAÇÕES.	M2		65,10	68,69
SINAPI	92265	FABRICAÇÃO DE FÔRMA PARA VIGAS, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, E = 17 MM. AF_09/2020	M2	0,236	106,85	110,49
SINAPI	88262	CARPINTEIRO DE FORMAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,884	30,99	33,62
SINAPI	88239	AJUDANTE DE CARPINTEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,162	29,42	31,86
SINAPI-I	40304	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA DUPLA 17 X 27 (2 1/2 X 11)	KG	0,049	15,06	15,06
SINAPI-I	6193	TABUA NAO APARELHADA *2,5 X 20* CM, EM MACARANDUBA/MASSARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	M	0,328	21,19	21,19
SINAPI-I	2692	DESMOLDANTE PROTETOR PARA FORMAS DE MADEIRA, DE BASE OLEOSA EMULSIONADA EM AGUA	L	0,01	6,64	6,64

COMPOSIÇÃO	104994_ADP-01	CAIXA DE EMBUTIR EM POLICARBONATO PARA ABRIGO DE HIDRÔMETRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO (EXCLUSIVE HIDRÔMETRO). AF_03/2024	UN		163,69	167,85
SINAPI	88267	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,721	35,17	38,36
SINAPI	88248	AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,721	29,05	31,51
SINAPI	87367	ARGAMASSA TRAÇO 1:1:6 (EM VOLUME DE CIMENTO, CAL E AREIA MÉDIA ÚMIDA) PARA EMBOÇO/MASSA ÚNICA/ASSENTAMENTO DE ALVENARIA DE VEDAÇÃO, PREPARO MANUAL. AF_08/2019	M3	0,0033	675,11	700,04
Cotação	COT-01	CAIXA OU ABRIGO EM POLICARBONATO (PC), PARA ATE 2 HIDROMETROS, COM TAMPAS E ACESSOS PARA A INSTALACAO	UN	1	115,18	115,18

COMPOSIÇÃO	93674_ADP-01	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DR, CORRENTE NOMINAL DE 25A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN		221,93	222,75
SINAPI	88264	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,1325	40,32	44,03
SINAPI	88247	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,1325	30,13	32,63
Cotação	COT-02	DISJUNTOR TIPO DR, BIPOLAR DE 25A	UN	1	209,90	209,90
SINAPI-I	1571	TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 4 MM2, 1 FURO E 1 COMPRESSAO, PARA PARAFUSO DE FIXACAO M5	UN	2	1,35	1,35

COMPOSIÇÃO	91947_ADP-01	SUPORTE PARAFUSADO COM ESPELHO / PLACA DE ENCAIXE 4" X 2" BAIXO (0,30 M DO PISO) PARA PONTO ELÉTRICO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN		10,46	11,02
SINAPI	88264	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,091	40,32	44,03
SINAPI	88247	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,091	30,13	32,63
SINAPI-I	38099	SUPORTE DE FIXACAO PARA ESPELHO / PLACA 4" X 2", PARA 3 MODULOS, PARA INSTALACAO DE TOMADAS E INTERRUPTORES (SOMENTE SUPORTE)	UN	1	1,56	1,56
SINAPI-I	38091	ESPELHO / PLACA CEGA 4" X 2", PARA INSTALACAO DE TOMADAS E INTERRUPTORES	UN	1	2,50	2,50

COMPOSIÇÃO	102198_ADP-01	PINTURA FUNDO NIVELADOR ACRÍLICO BRANCO EM MADEIRA. AF_01/2021	M2		21,23	22,50
SINAPI	88310	PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,4597	34,06	36,82
Cotação	COT-03	FUNDO NIVELADOR ACRILICO BRANCO PARA MADEIRA	L	0,1002	50,56	50,56
SINAPI-I	3767	LIXA EM FOLHA PARA PAREDE OU MADEIRA, NUMERO 120, COR VERMELHA	UN	0,4	1,30	1,30

FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFIC.	DESONERADO	NÃO DESONER.
COMPOSIÇÃO	CPU-01	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PRESSURIZADOR ACOPLADO AO CHUVEIRO (TENSÃO: 127V - PRESSÃO MINIMA: 0,7MCA / PRESSÃO MÁXIMA: 2,5MCA - ENTRADA 1/2" / SAÍDA 1/2")	UN		306,24	310,80
Cotação	COT-04	PRESSURIZADOR ACOPLADO AO CHUVEIRO (TENSÃO: 127V - PRESSÃO MINIMA: 0,7MCA / PRESSÃO MÁXIMA: 2,5MCA - ENTRADA 1/2" / SAÍDA 1/2")	UN	1	254,73	254,73
SINAPI	88264	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,5	40,32	44,03
SINAPI	88267	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,5	35,17	38,36
SINAPI	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,5	27,55	29,77
COMPOSIÇÃO	101873_ADP-01	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE LUZ EM PVC PARA 12 DISJUNTORES - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN		236,15	241,30
SINAPI	88264	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,7811	40,32	44,03
SINAPI	88247	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,7811	30,13	32,63
SINAPI	87367	ARGAMASSA TRAÇO 1:1:6 (EM VOLUME DE CIMENTO, CAL E AREIA MÉDIA ÚMIDA) PARA EMBOÇO/MASSA ÚNICA/ASSENTAMENTO DE ALVENARIA DE VEDAÇÃO, PREPARO MANUAL. AF_08/2019	M3	0,0117	675,11	700,04
Cotação	COT-05	SUPORTE PARA 12 DISJUNTORES	UN	1	34,99	34,99
SINAPI-I	39805	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO, EM PVC, DE EMBUTIR, COM BARRAMENTO TERRA / NEUTRO, PARA 12 DISJUNTORES NEMA OU 16 DISJUNTORES DIN	UN	1	138,25	138,25
COMPOSIÇÃO	97096_ADP-01	CONCRETAGEM DE RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, FCK 30 MPA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_09/2021	M3		469,51	471,51
SINAPI	90587	VIBRADOR DE IMERSÃO, DIÂMETRO DE PONTEIRA 45MM, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV - CHI DIURNO. AF_06/2015	CHI	0,049	0,53	0,53
SINAPI	90586	VIBRADOR DE IMERSÃO, DIÂMETRO DE PONTEIRA 45MM, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV - CHP DIURNO. AF_06/2015	CHP	0,053	1,26	1,26
SINAPI	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,411	27,55	29,77
SINAPI	88309	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,411	31,42	34,08
SINAPI-I	34492	CONCRETO USINADO BOMBEÁVEL, CLASSE DE RESISTENCIA C20, COM BRITA 0 E 1, SLUMP = 100 +/- 20 MM, EXCLUI SERVIÇO DE BOMBEAMENTO (NBR 8953)	M3	1,06	420,00	420,00
COMPOSIÇÃO	4030_ADP-01	VEU DE POLIESTER PARA IMPERMEABILIZAÇÃO	M2		7,38	7,38
SINAPI-I	4030	VEU DE POLIESTER PARA IMPERMEABILIZAÇÃO	M2	1	7,38	7,38

02/07/2025

Data

Responsável Técnico:

CREA/CAU:

Fernando da Silva Filho

5060083105



MATRIZ DE GERENCIAMENTO DE RISCO

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
1	Estudos preliminares incorretos ou erros nos projetos (ex.: incompatibilidades entre os projetos arquitetônico, estrutural e instalações);	Baixa qualificação técnica e/ou desconhecimento das especificidades para obras da saúde por parte da equipe de engenharia e arquitetura responsável pela elaboração e ajuste do projeto	Planejamento	Contratante	
Impactos					
<ol style="list-style-type: none">1. Realização de ajustes durante a execução da obra;2. Paralisação da obra; e3. Aumento do custo final da obra.					
Ações Preventivas					
<ol style="list-style-type: none">1. Utilização do projeto referencial disponibilizado pelo Ministério;2. Uso de metodologias como BIM para antecipar e corrigir problemas ainda na fase de projeto;3. Implementação de revisão técnica aprofundada e compatibilização dos projetos antes do início da obra.					
Ações de Contingência					
<ol style="list-style-type: none">1. Contratação de equipe para revisão técnica e ajuste dos projetos.					



Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
2	Intercorrências no processo licitatório	Falta de planejamento adequado, documentos preparatórios inadequados e/ou incompletos	Planejamento	Contratante	
Impactos					
1. Impugnação do edital; 2. Contratação ineficiente, não atingindo o seu objetivo; 3. Empresa contratada sem qualificação técnica, causando problemas durante a execução; e 4. Licitação deserta.					
Ações Preventivas					
1. Realização do planejamento da licitação por equipe técnica adequada e qualificada; e 2. Elaboração dos documentos preparatórios com zelo e baseados nas boas práticas e na legislação vigente.					
Ações de Contingência					
1. Retificação dos documentos convocatórios; e 2. Realização de um novo processo licitatório.					
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
3	Seleção de empresa sem capacidade de execução	Imperícias quando da elaboração dos documentos de planejamento da contratação e/ou não avaliação dos critérios estabelecidos no edital de forma satisfatória	Planejamento	Contratante	



Impactos					
1. Contratação de empresa sem qualificação; 2. Problemas na execução da obra.					
Ações Preventivas					
1. Elaboração dos documentos preliminares do processo licitatório por equipe técnica qualificada; 2. Estabelecimento de critérios claros e objetivos para comprovação.					
Ações de Contingência					
1. Sanções administrativas à empresa contratada; 2. Rescisão do contrato; 3. Convocação de empresa cadastrada no certame.					
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
4	Atrasos na obtenção de licenças (Vigilância sanitária, ambientais, Corpo de Bombeiros, etc.)	Desconhecimento dos critérios para obtenção destes documentos; demanda reprimida dos órgãos responsáveis pela emissão destes documentos	Planejamento	Contratante e/ou Empresa Contratada	
Impactos					
1. Atraso no início da obra; 2. Reajustes no orçamento dado o tempo decorrido; e 3. Necessidade de complementação do projeto.					
Ações Preventivas					
1. Protocolo dos documentos em tempo hábil para emissão das licenças					



Ações de Contingência					
1. Utilização de licenças prévias, quando aplicável, para início de obra					
Número	Risco	Causa do risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
5	Processo licitatório fracassado, deserta ou contratação insatisfatória	Proposta com preço inferior ao valor de mercado.	Seleção do Fornecedor	Administração	Médio
Impactos: Possível contratação de empresa sem capacidade financeira para a execução dos serviços ou descumprimento de requisitos legais.					
Ações preventivas: Realizar pesquisa de preços de acordo com as normas e orientações vigentes					
Ações de contingência: Identificar e corrigir inconsistências observadas nos Estudos Preliminares e na Pesquisa de Preço.					
Número	Risco	Causa do risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
6	Falhas e atrasos na execução	Imperícia da empresa contratada	Gestão do contrato	Empresa Contratada	
Impactos	Alterações das condições econômicas para aquisição de materiais e	Crises econômicas, alterações nas legislações tributárias, escassez de matéria-prima e/ou mão de obra	Gestão do contrato	Contratada e/ou Empresa contratada	



	remuneração dos serviços				
<ol style="list-style-type: none">1. Obras com vícios de execução;2. Necessidade de refazimento de serviços;3. Paralisação da obra; e4. Aumento do custo final da obra.					
Ações Preventivas					
<ol style="list-style-type: none">1. Elaboração de cronograma de execução de obra considerando o prazo para fornecimento dos materiais;2. Especificar de forma adequada o objeto e exigências de qualificação técnica suficientes para apresentação de proposta condizentes com a necessidade da administração Pública Implementação de revisão técnica aprofundada e compatibilização dos projetos antes do início da obra;3. Acompanhamento e fiscalização técnica da execução da obra pelo responsável técnico da fiscalização;4. Auditorias técnicas regulares durante a execução; e5. Definição clara de padrões e critérios de aceitação dos materiais e serviços.					
Ações de Contingência					
<ol style="list-style-type: none">1. Glosa dos serviços que não apresentarem os critérios de aceitabilidade técnica;2. Rescisão do contrato, caso necessário; e Convocação das demais empresas classificadas, caso necessário.					
<ol style="list-style-type: none">1. Negociação para ajuste dos preços conforme Lei nº 14.133/2021					
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
7	Problemas causados por condições climáticas	Condições climáticas extremas	Gestão do Contrato	Administração e Empresa Contratada	



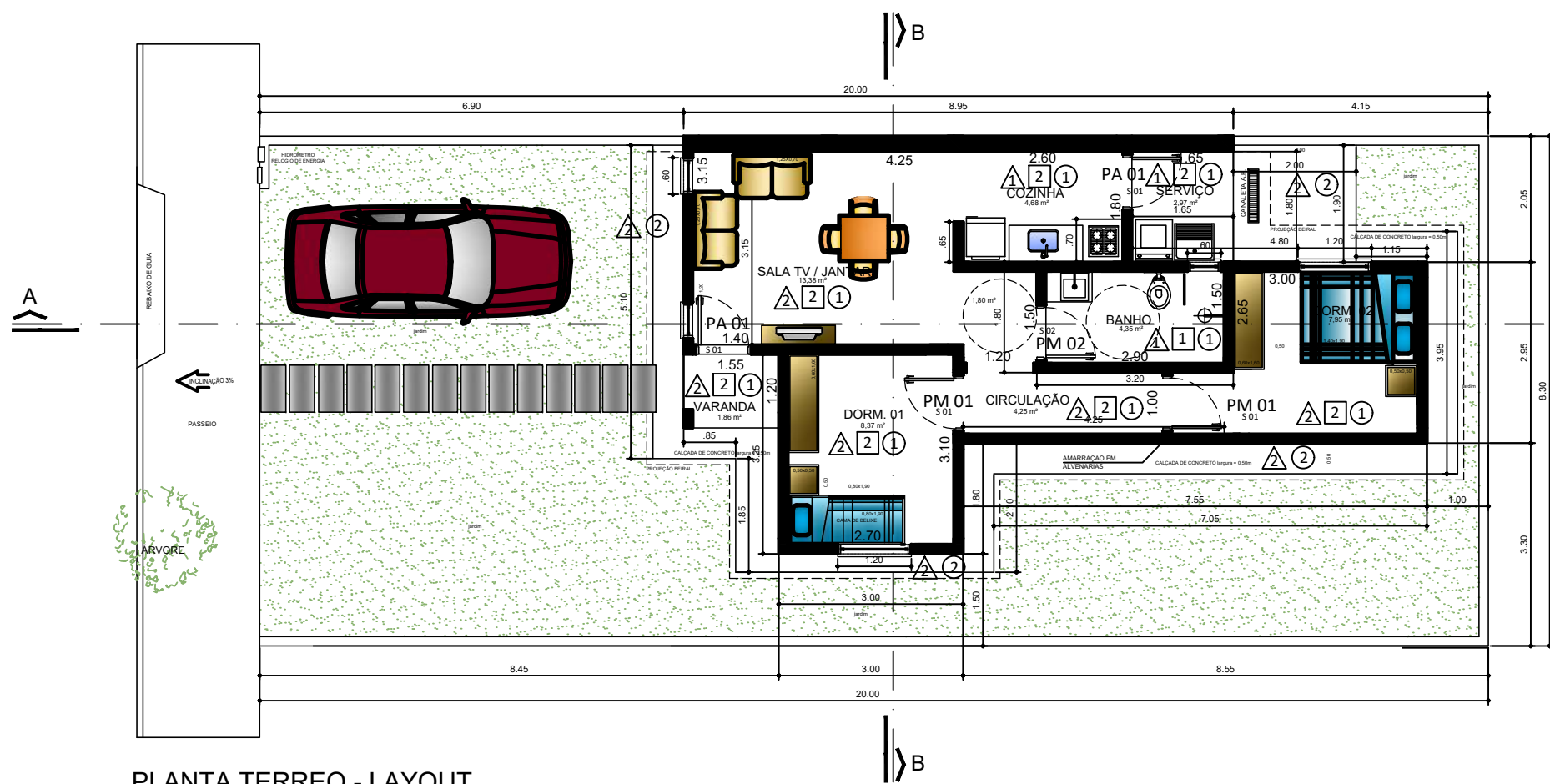
	extremas (chuvas, secas)				
Impactos					
1. Atraso na execução da obra; 2. Desfazimento de serviços.					
Ações Preventivas					
1. Previsão de tecnologias sustentáveis para suportar tais intempéries; 2. Contratação de seguro que abarque tais situações					
Ações de Contingência					
1. Acionamento do seguro; 2. Refazimento dos serviços com custeio parcial entre a Administração e a Empresa Contratada					

Macaubal-SP, 26 de novembro de 2025

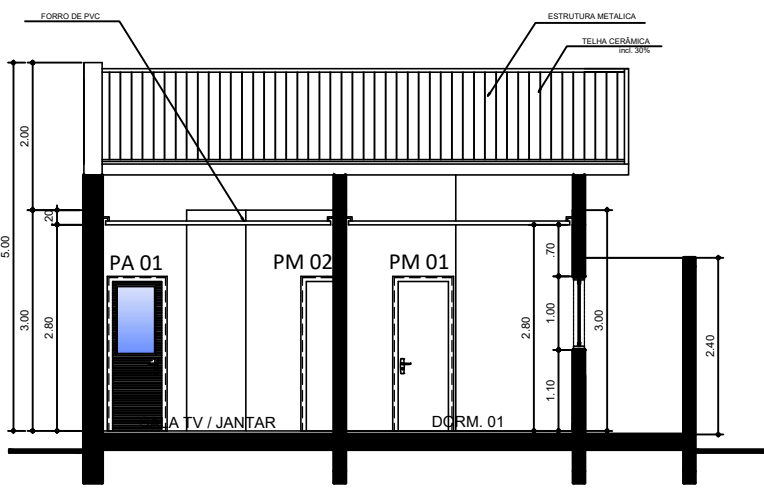
Fernando da Silva Filho
CREA - SP n.º 5.060.083.105
Engenheiro Responsável

Jelder Eric de Souza Lourenço
Secretário SEDEECTT - Macaúbal

PROJETO MINHA CASA MINHA VIDA
PLANTA LAYOUT GERAL
MACAUBAL - SP



PLANTA TERREO - LAYOUT
Proposta Financiamento 59,05 m²
Terreno Gleba 01 TERRENO = 170,00 m²
Esc. 1:75



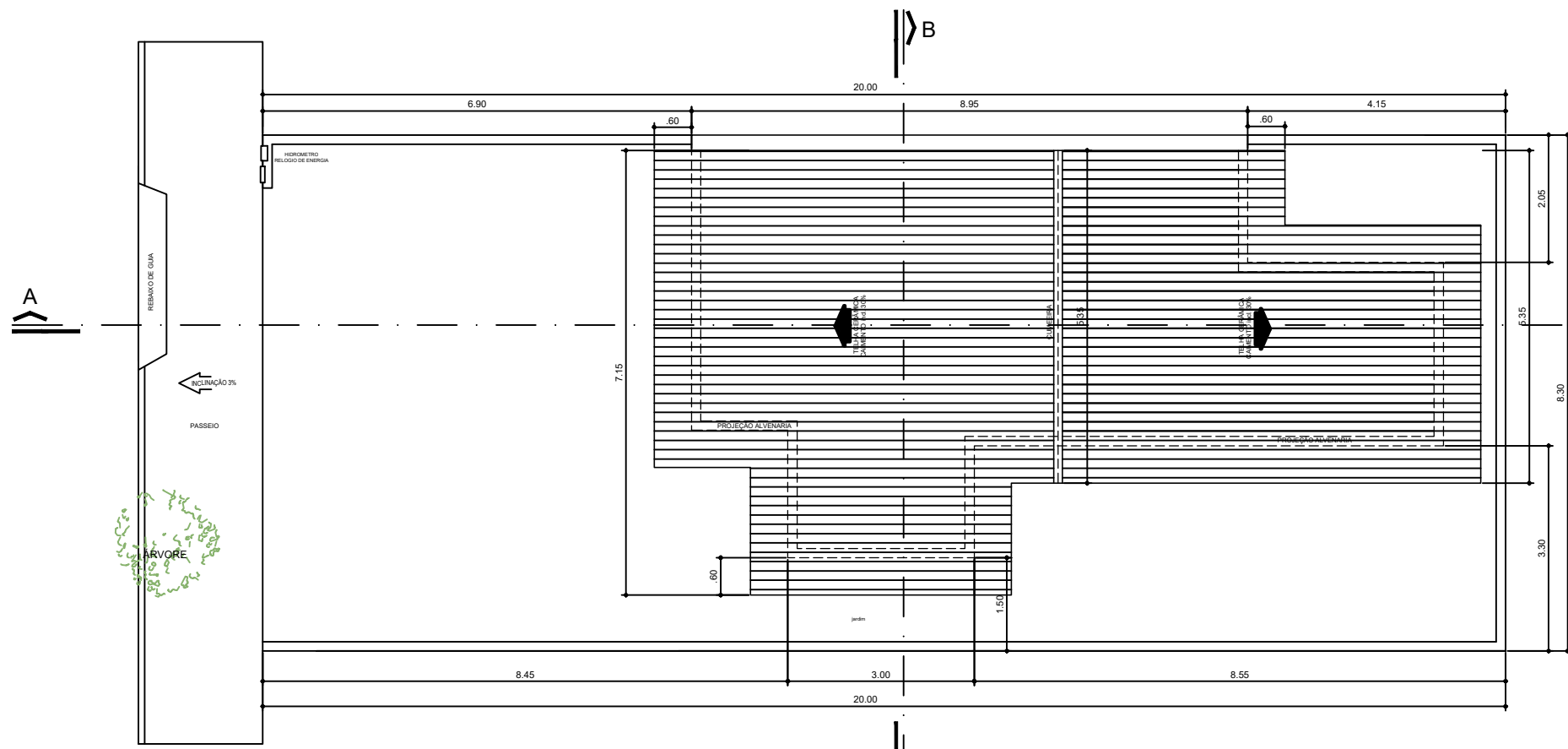
CORTE BB
Esc. 1:75

TABELA DE ILUMINAÇÃO

AMBIENTES	ÁREAS M2		ABERTURA - ILUMINAÇÃO - PROJETO						VENEZIANA
	PISO	1/B	1/16	TIPO	QUANT.	L x H	PEITORIL	M2	
DORM.01	8,37	1,04	0,53	VITRO	01	1,20X1,00	1,10	1,20	0,60
SALA/JANTAR	13,38	1,60	0,83	VITRO	02	0,60X1,60	0,50	0,96	0,48
DORM. 02	7,95	0,99	0,49	VITRO	01	1,20X1,00	1,10	1,20	0,60
COZINHA	4,68	0,58	0,29	PORTA	01	2,10X0,70	---	0,48	0,24
BANHO 01	4,35	0,54	0,27	BASC.	01	0,60X0,80	1,50	0,48	0,24

ACABAMENTOS

△	PAREDE
1	Revestimento cerâmico 33 x 45 cm
2	Pintura látex acrílica
□	TETO
1	Laje com pintura acrílica
2	Forro PVC
○	PISO e BORAPÉ
1	Cerâmico extrudado tipo grês 60x60
2	Cimentado (sem rodapé)



PLANTA DE COBERTURA
Proposta Financiamento 59,05 m²
Terreno Gleba 01 TERRENO = 170,00 m²
Esc. 1:75

QUADRO GERAL DE PORTAS

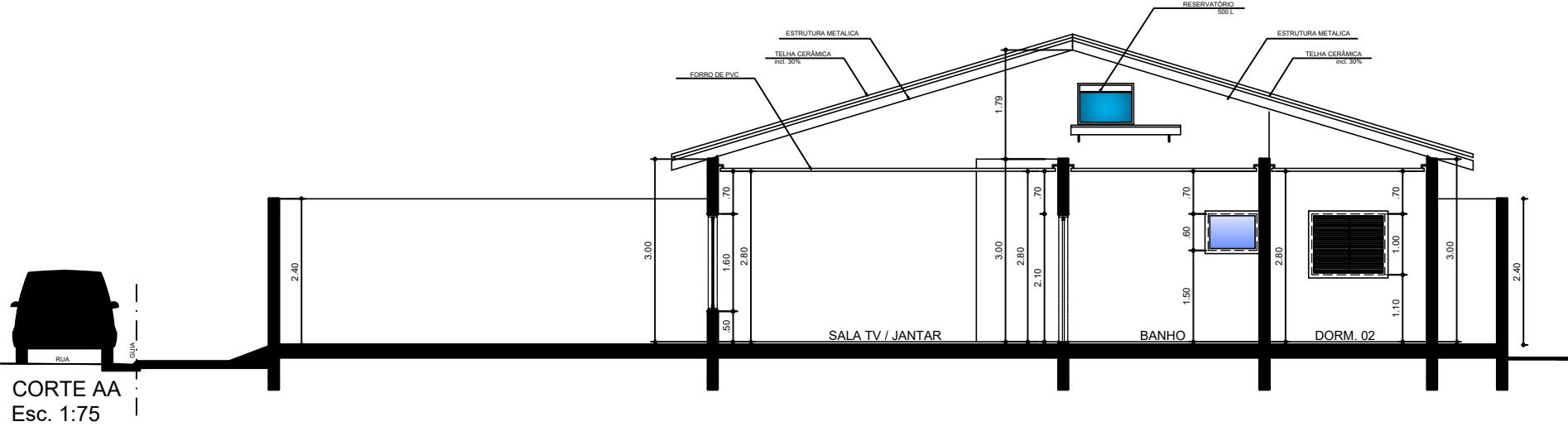
Nº DA PORTA	QTDE	TIPO FOLHA	DIMENSÕES	PEITORIL	FOLHAS	ABERTURA	MATERIAL	ACABAMENTO
PM 01	2	ABRIR	0,80 x 2,10	0,00	1	DIREITA	COMP/MADEIRA	PINTURA ESMALTE
PM 02	1	ABRIR	0,70 x 2,10	0,00	1	DIREITA	COMP/MADEIRA	PINTURA ESMALTE
PA 01	2	ABRIR	0,80 x 2,10	0,00	1	ESQUERDA	ALUMINIO E VIDRO INCOLOR	PINTURALUMINIO

SOLEIRAS

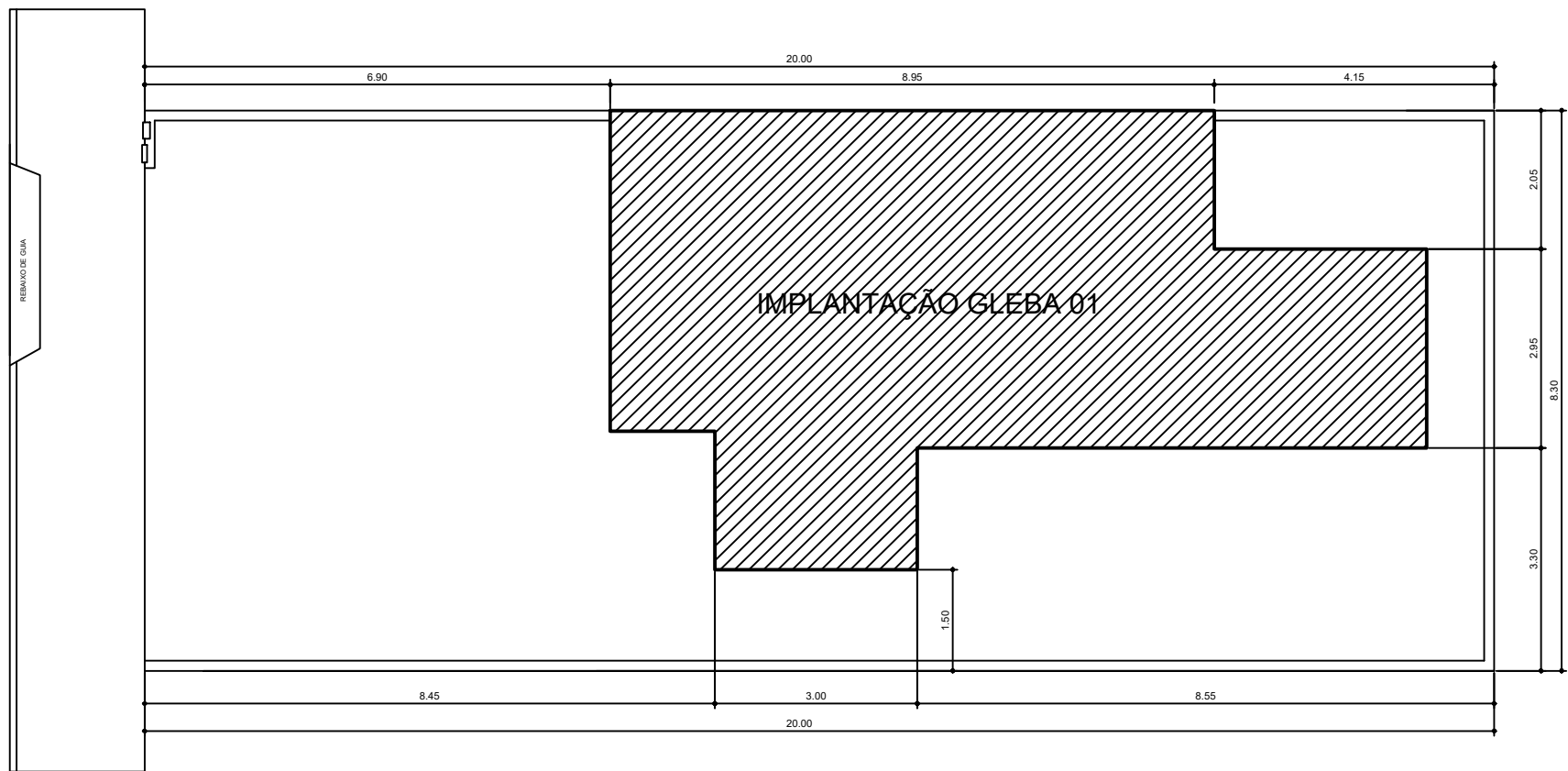
Nº DA PORTA	QTDE	TIPO PEDRA	DIMENSÕES
S 01	2	GRANITO	0,80 x 0,14
S 02	1	GRANITO	0,70 x 0,14
S 01	2	GRANITO	0,80 x 0,14
			3,90 m

QUADRO GERAL DE ESQUADRIAS

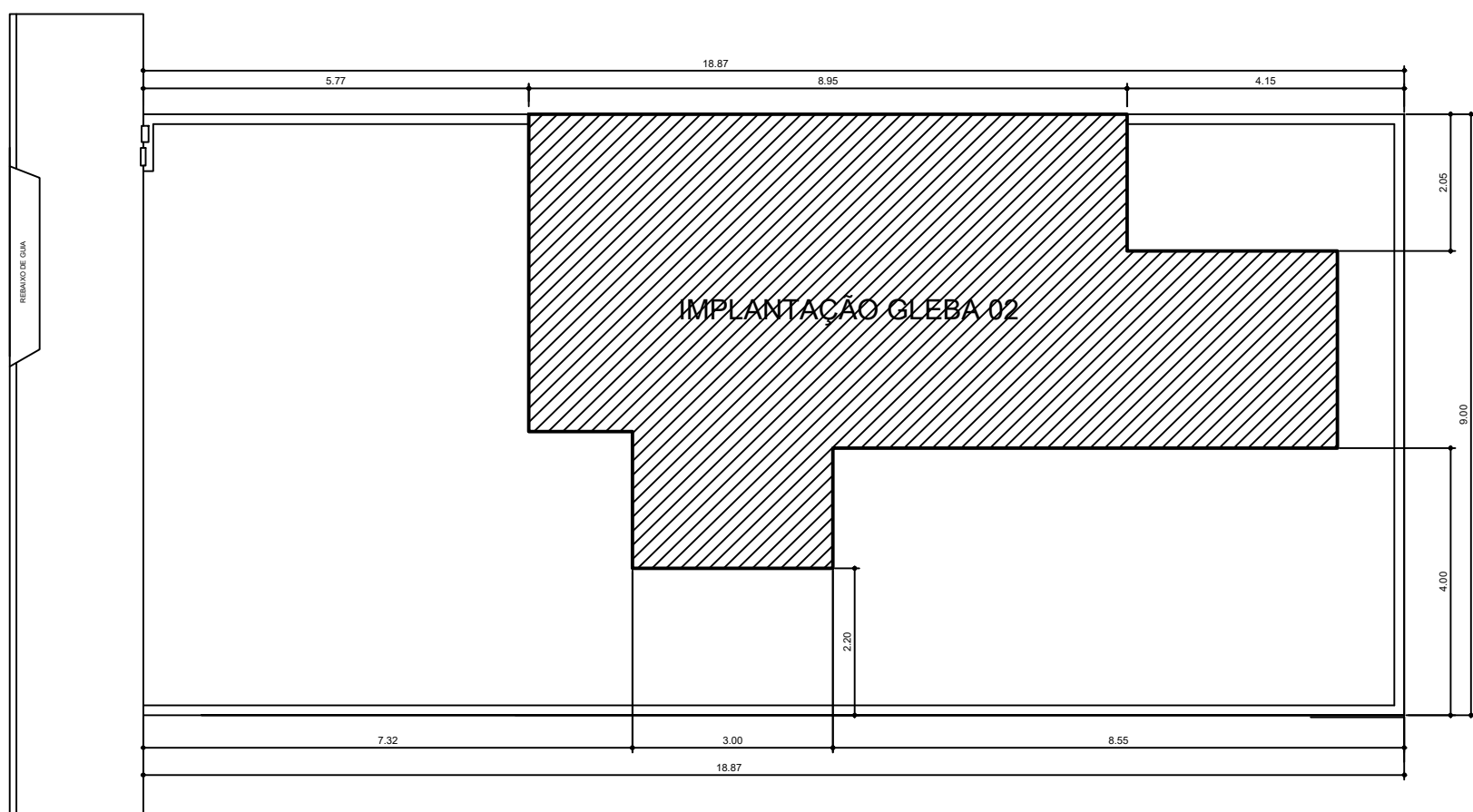
Nº DA JANELA	QTDE	TIPO FOLHA	DIMENSÕES	PEITORIL	FOLHAS	MATERIAL	ACABAMENTO
JVT 01	2	MAXI AR	1,60 x 0,60	0,50	1	ALUMINIO E VIDRO TEMPERADO INCOLOR	ALUMINIO BRANCO
JVT 02	1	MAXI AR	0,60 x 0,60	1,50	1	ALUMINIO E VIDRO TEMPERADO INCOLOR	ALUMINIO BRANCO
VEN 01	2	VENEZIANA	1,20 x 1,00	1,10	2	ALUMINIO E VIDRO TEMPERADO INCOLOR	ALUMINIO BRANCO



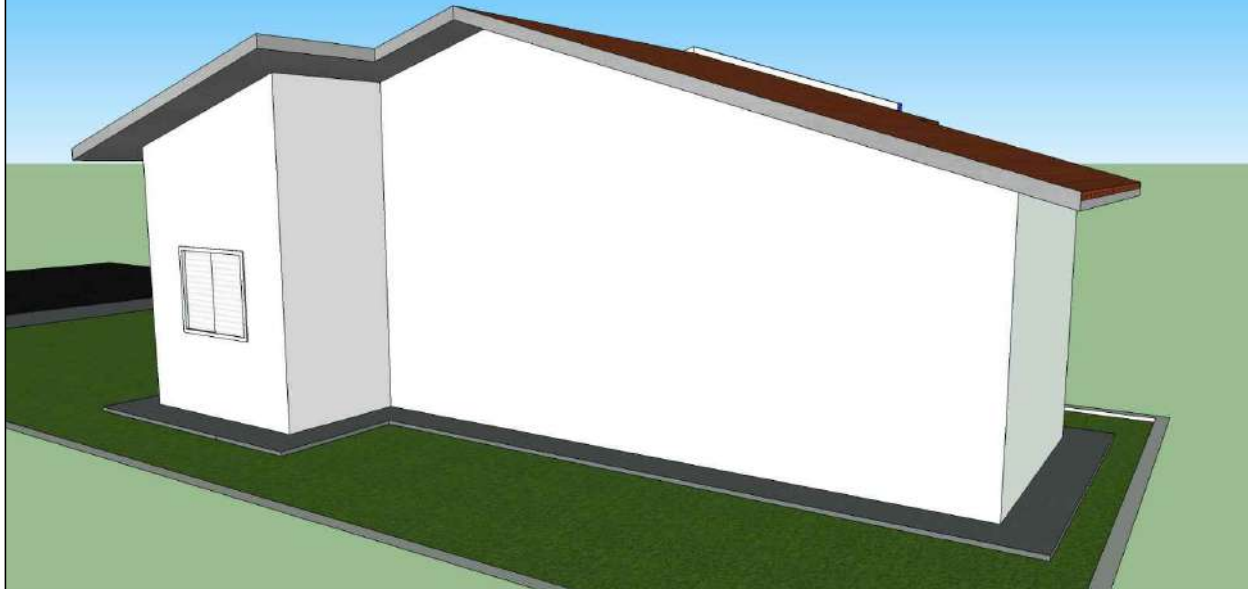
CORTE AA
Esc. 1:75



IMPLANTAÇÃO GLEBA 01
Proposta Financiamento
Terreno Gleba 01 TERRENO = 170,00 m²
Esc. 1:75



IMPLANTAÇÃO GLEBA 02
Proposta Financiamento 59,05 m²
Terreno Gleba 02 TERRENO = 169,83 m²
Esc. 1:75



MUNICIPAL DE MACAUBAL

PRAÇA DEP. ARLINDO DOS SANTOS, 235, CENTRO
FONE: (17) 3847.1183 - CEP: 15270-000
C.I.C. (M.P.) Nº 01.946.943/0001-00

TÍTULO: PROJETO MINHA CASA MINHA VIDA 1/1

OBRA: PLANTA COMPLETA CASA
BARRIO: NOSSA SENHORA APARECIDA (GLEBA 1) JARDIM DAS PALMEIRAS (GLEBA 2)
CIDADE: MACAUBAL - SP
CEP: 15270-000

PROP: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAL

ÁREAS:
CORPO PRINCIPAL 59,05 m

PROPRIETÁRIO:

ACÁCIO TARDOQUE FERREIRA
PREFEITO MUNICIPAL

FERNANDO DA SILVA FILHO
ENG. CIVIL - CREA 6.980.983.106/SP
PROJETO E DIREÇÃO TÉCNICA

APROVAÇÕES:



MEMORIAL DESCRITIVO

TÍTULO.....- CONSTRUÇÃO DE RESIDÊNCIA TÉRREA

LOCAL.....- BAIRRO.: NOSSA SENHORA APARECIDA (GLEBA 1)

JARDIM DAS PALMEIRAS (GLEBA 2)

CIDADE.....- MACAUBAL

- SERVIÇOS PRELIMINARES:

Limpeza do terreno: Será realizada a limpeza geral de todo o terreno nos locais a serem ocupados pela instalações necessárias à execução da obra, retirando-se a vegetação rasteira e detritos existente, inclusive troncos, árvores e raízes, removendo-os do local.

Marcação da Obra: A locação da obra ser executada com instrumentos apropriados ao serviço, (Pontaletes, sarrafos, etc.)

Movimento de Terra: Será realizada terraplanagem para nivelamento do terreno.

- ESTAQUEAMENTO:

Brocas Ø 25cm -Perfuradas a Mão: Localizadas de acordo com projeto de fundações com profundidade que atinja boa resistência no diâm. 25cm.

- FUNDAÇÕES:

Escavação Manual: Deverá ser executada as escavações necessárias para realização da obra.

Apiloamento do Fundo das Valas: Após a escavação deverá ser efetuado energético e rigoroso Apiloamento por processos manuais ou mecânicos.

Lastro de Brita: Antes do lançamento do concreto no fundo das valas, o mesmo será regularizado por um lastro de brita de 5cm de espessura, devendo abranger toda área de vigas, baldrame e blocos sem interferir na união etaca-blocos.

Formas: As formas da fundação ser em tábuas de pinho, devendo ter as amarrações e escoramento necessários para não sofrerem deslocamentos ou deformações.

Armação: Será utilizado ferro CA-50 e CA-60, nas bitolas e tamanhos definido em projeto específico.

Concreto: Será utilizado um traço tal que alcance a resistência de 15 Mpa.

Reaterro: Após a cura do concreto e a retirada das formas, as valas serão reaterradas com terra da própria escavação em camadas de 20 cm e compactadas manualmente.

- ESTRUTURA:

Formas: Serão em chapas de madeira de compensada resinada (esp.: 12mm) e terão amarrações e escoramentos necessários para não sofrerem deslocamentos e deformações.

Armação: Ser utilizado ferro CA-50 e CA-60, nas bitolas e tamanhos definidos em projeto específico.

Concreto: Será utilizado um traço tal que alcance a resistência de 15 Mpa.

Laje em Concreto Armado: Será do tipo treliçada com esp. de 7cm, e concreto fck=15Mpa. Apenas no banheiro.

- ALVENARIA E DIVISÓRIAS:

De Embasamento: Serão em tijolos de barro comum maciços de boa qualidade assentes com argamassa de cimento e areia no traço 1:4,5.

Blocos 19x19x9: Na espessuras de 9cm, conforme indicadas no projeto assentes com argamassa de cal, e areia (traço 1:4) com adição de 100 Kg de cimento por m3 de massa, sendo que as juntas não deverão exceder a 15mm.

- IMPERMEABILIZAÇÃO:

Do Embasamento: Será feito com argamassa de cimento e areia no traço 1:3, com adição de hidrófobo a 3% do peso do cimento e posterior pintura betuminosa.



- COBERTURA:

Estrutura de Aço: Executados com Estrutura em aço, com tesouras e terças dimensionadas para suportarem os esforços da cobertura

Telhamento em Telhas Cerâmicas: Do tipo Romana com declividade de 30%.

Cumeeira e Capas: Serão em cerâmica de acordo com os tamanhos e desenhos das telhas.

Forro de PVC: Nos ambientes Internos, menos no Sanitários

- ESQUADRIAS:

Esquadrias de Madeira:

Portas: As portas internas serão em folhas lisas compensadas, espessura 35mm, com acabamento para pintura.

Esquadrias de Alumínio:

Vitrôs Basculante e Veneziana: Todos os caixilhos serão executados com precisão de cortes e ajuste com os respectivos detalhes e indicações do projeto com suas especificações próprias. Todo material a ser empregado deveser de chapa dobrada n° 18, protegido contra ferrugem.

Portas Externas: As portas externass serão em batentes e folhas de alumínio e vidro de abertura,

- Vidros:

Liso Canelados: Serão aplicados vidros em todos os caixilhos, tendo a espessura 4mm

- REVESTIMENTO:

Chapisco: Nas paredes internas e externas com areia e cimento na proporção de 1:4.

Reboco (Emboco Paulista): Nas paredes internas e externas com argamassa de cal e areia no traço 1:4, será desempenado a feltro.

Revestimento Cerâmico: Nas paredes do Sanitário e da Cozinha e área de serviço com argamassa de ciment cola.

- PISOS:

Contra-Piso em concreto: Os pisos internos levarão previamente uma camada de concreto no traço de 1:4,8 de cimento, areia e brita na espessura de 5cm.

Revestimento Cerâmico: Nos Ambientes Internos assentados osbre contra piso regularizado com argamassa de ciment cola.

Calçadas Externas: Será realizado em concreto, na proporção que atinja uma boa resistência, com acabamento liso.

- APARELHOS SANITÁRIO:

Todos os aparelhos sanitário deverão ter as dimensões especificadas das Normas técnicas, sendo todas de boa qualidade e sendo aprovadas antes da instalação pela equipe de engenharia da Prefeitura.

- INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS:

Na execução serão aplicados materiais aprovados e determinados em projeto, pelas normas técnicas e pela concessionária local, sendo que os tubos e conexões de água fria deverão ser em PVC rígido marrom soldável, os tubos e conexões de esgoto em PVC rígido, serão utilizadas louças e metais de primeira qualidade em quantidades de acordo com o projeto, na rede externa de esgoto os tubos de PVC, conforme projeto, serão ligados por caixas de inspeção com tampa de concreto armado seladas com massa de cal, cimento e areia.

- INSTALAÇÕES ELÉTRICAS:

Os serviços de tubulações em paredes, caixas e quadros de passagem, fiação, aparelhos (tomadas, Interruptores, Luminárias e outros especificados em projeto). Rede e iluminação externa, pára-raios, serão executados de acordo com as indicações e especificações determinadas em projeto; e quanto ao uso de materiais estes deverão ser de qualidade e obedecer as normas indicadas pela ABNT, e da concessionária local.



- PINTURA:

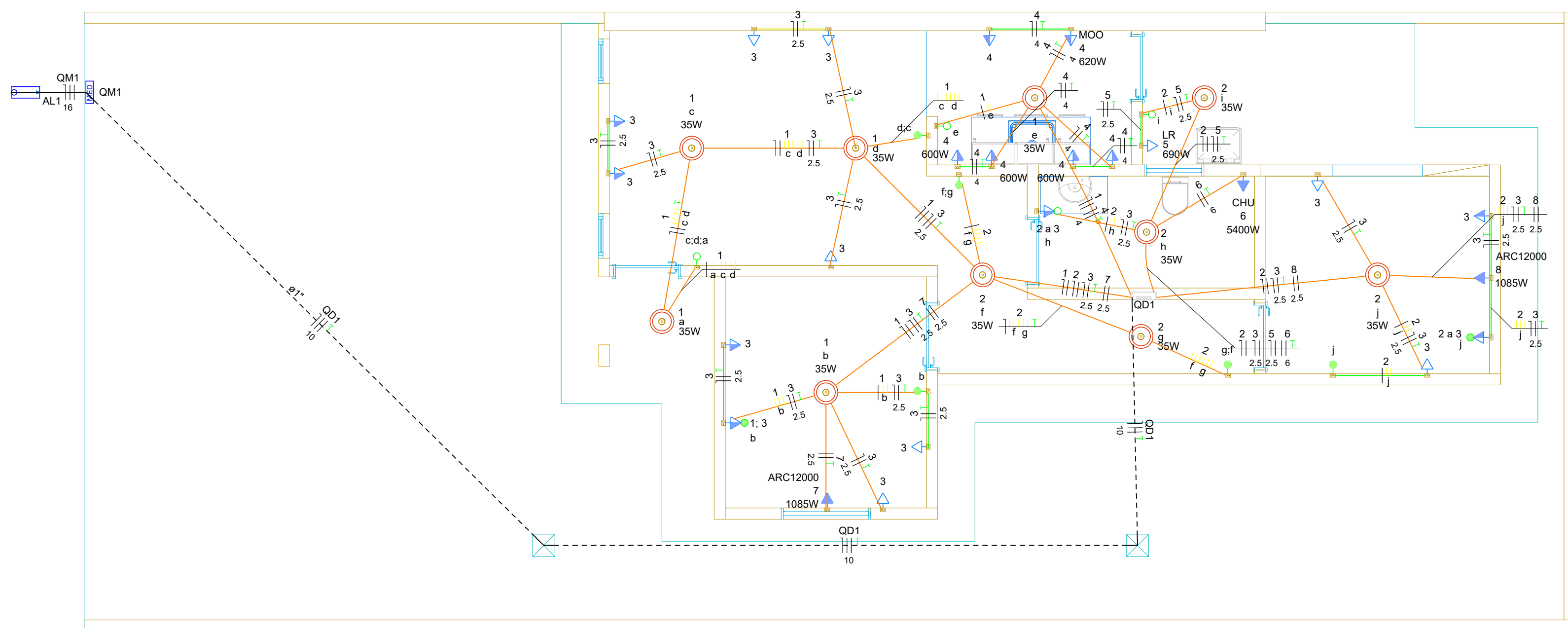
Pintura Latex: Será aplicado sobre o reboco, sendo feito limpeza preliminares, com duas demãos de tinta no mínimo.

Tinta Óleo ou Esmalte nos Caixilhos: Será aplicado tinta à óleo nas esquadrias de madeira, e esmalte nas esquadrias de ferro, sendo feito limpeza e lixamento preliminares, correção de defeitos da superfície com massa e aplicado no mínimo duas demãos de esmalte de acabamento.

Macaubal-SP, 05 de Agosto de 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAL
CNPJ: 51.848.943/0001-00
Acácio Tardoque Ferreira
CPF: 403.128.778-03,
Prefeito Municipal

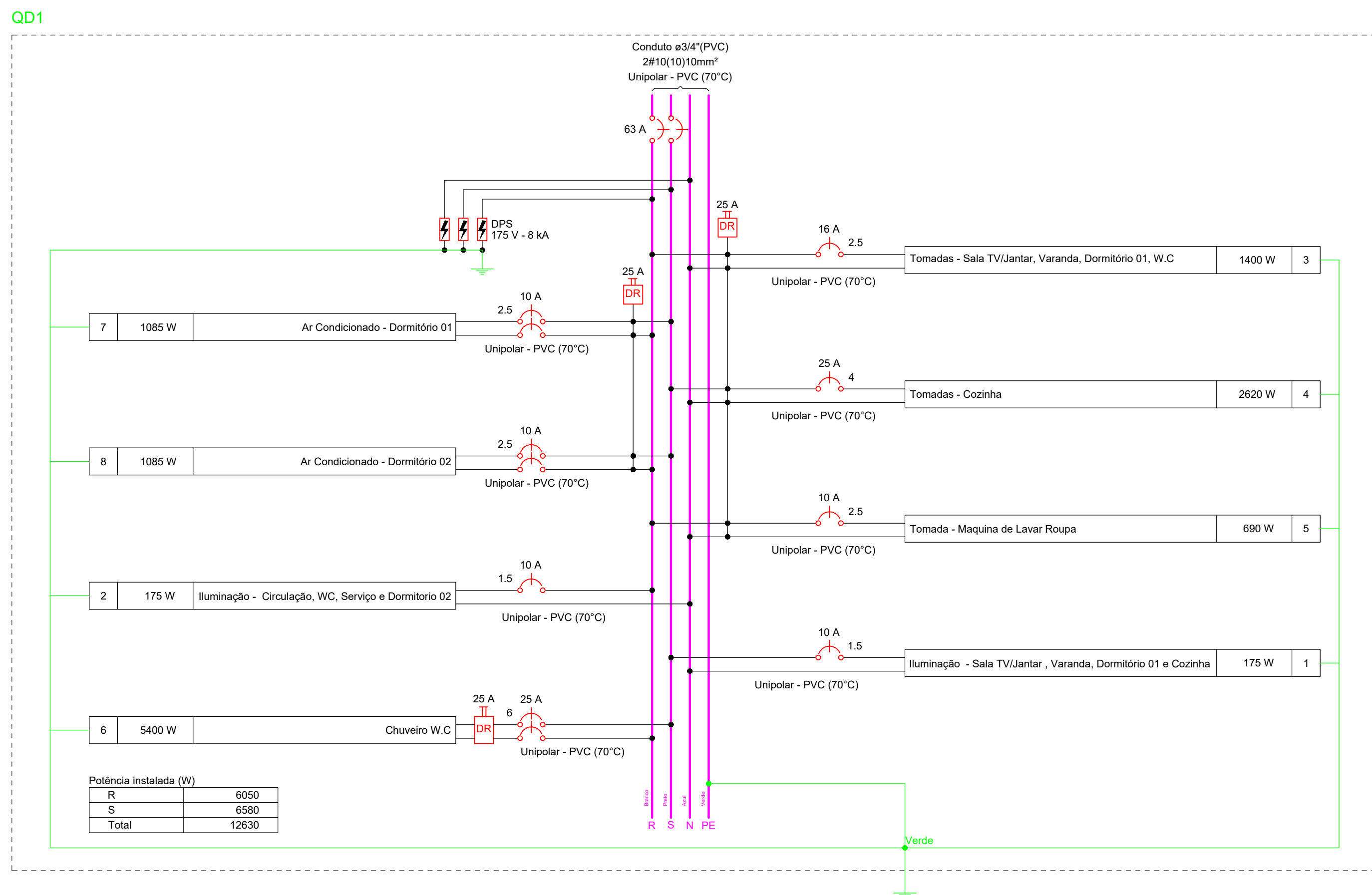
FERNANDO SILVA FILHO
Resp. Técnico do Município de Macaúbal
CREA: 5.060.083/105








1 PLANTA BAIXA - TÉRREO
Escala: 1 : 50

[illegible]

Tipo de carga	Potência instalada (kW)	Fator de demanda (kVA)	Demanda (kVA)
Chuveiros, ferros elétricos, aquecedores de água (Não residencial)	5.40	100.00	5.40
Iluminação e TUG's (Casas e apartamentos)	4.82	52.00	2.50
Uso Específico	3.18	100.00	3.18
		TOTAL	11.08



Lista de materiais - PLANTA BAIXA - TERREO			
Elétrica	Acessórios p/ eletrodutos		
	Caixa PVC 4x2"		30 pçs
	Caixa PVC octogonal 4"x 4"		10 pçs
	Cabo Unipolar (cobre)		
	Isol.PVC - 450/750V (ref. Pirastic Ecoplus BWF Flexivel)		
	1.5 mm² - Amarelo		149.4 m
	1.5 mm² - Azul claro		35.14 m
	1.5 mm² - Branco		29.92 m
	1.5 mm² - Preto		28.27 m
	1.5 mm² - Verde-amarelo		5 m
	2.5 mm² - Azul claro		74.38 m
	2.5 mm² - Branco		90.99 m
	2.5 mm² - Preto		16.62 m
	2.5 mm² - Verde-amarelo		71.41 m
	4 mm² - Azul claro		16.36 m
	4 mm² - Preto		16.36 m
	4 mm² - Verde-amarelo		16.36 m
	6 mm² - Branco		5.16 m
	6 mm² - Preto		5.16 m
	6 mm² - Verde-amarelo		5.16 m
	Dispositivo Elétrico - embutido		
	Placa 2x4"		
	Interruptor paralelo - 1 tectia		5 pçs
	Interruptor simples - 1 tectia		3 pçs
	Placa c/ furo		1 pçs
	Placa p/ 1 função		18 pçs
	Placa p/ 2 funções		3 pçs
	S/ placa		
	Interruptor 1 tectia paralela e tomada hexagonal (NBR14136)		2 pçs
	Interruptor 1 tectia simples e tomada hexagonal (NBR14136)		1 pçs
	Tomada hexagonal (NBR 14136) 2P+T 10A		16 pçs
	Tomada hexagonal (NBR 14136) 2P+T 20A		2 pçs
Eletroduto PVC flexivel			
Eletroduto leve 3/4"		115.68 m	
Elétrica	ALIMENTAÇÃO		
	Acessórios p/ eletrodutos		
	Arruela zamak 1"		2 pçs
	1/2"		1 pçs
	Bucha zamak 1"		1 pçs
	1/2"		1 pçs
	Bujão de aço galvanizado		1 pçs
	2"		
	Curva 135° PVC rosca		1 pçs
	1"		1 pçs
	Luva PVC rosca		
	1"		6 pçs
	1/2"		2 pçs
	3/4"		3 pçs
	Luva aço galvan. pesado		
	2"		1 pçs
	Acessórios uso geral		
	Arame aço galvanizado		
	12BWG		2 m
	14BWG		1 m
	Bucha de nylon		
	S4		16 pçs
	S6		13 pçs
	Fita isolante autofusão		
	20m		1 pçs
	Parafuso fenda galvan. cab. panela		
	2,9x25mm autoataarrachante		16 pçs
	4,2x32mm autoataarrachante		13 pçs
	Cabo Unipolar (cobre)		
	Isol.PVC - 450/750V (ref. Pirastic Ecoplus BWF Flexivel)		
	10 mm² - Azul claro		24.58 m
	10 mm² - Branco		24.58 m
	10 mm² - Preto		24.58 m
	10 mm² - Verde-amarelo		24.58 m
	16 mm² - Azul claro		1.97 m
	16 mm² - Branco		1.97 m
	16 mm² - Preto		1.97 m
	Caixa de passagem - embutir		
	Alvenaria 300x300x300mm		2 pçs
	Tampa 300x300x50mm		2 pçs
	Dispositivo de Proteção		
	Disjuntor Unipolar Termomagnético - norma DIN (Curva C)		
	10 A - 3 kA		3 pçs
	16 A - 3 kA		1 pçs
	25 A - 3 kA		1 pçs
	Disjuntor bipolar termomagnético (220 V/127 V) - DIN (Curva B)		
	10 A - 5 kA		2 pçs
	Disjuntor bipolar termomagnético (220 V/127 V) - DIN (Curva C)		
	25 A - 3 kA		1 pçs
	63 A - 5 kA		1 pçs
	Disjuntor tetrapolar DR (3fases/neutro - In 30mA) (220/127 V) - DIN (Curva C)		
	63 A - 20 kA		1 pçs
	Disjuntor unipolar termomagnético (220 V/127 V) - DIN (Curva C)		
	20 A - 5 kA		3 pçs
	Dispositivo de proteção contra surto		
	175 V - 8 KA		6 pçs
	Interruptor bipolar DR (fase/neutro - In 30mA) - DIN		
25 A		3 pçs	
Eletroduto PVC caixa			
Braçadeira galvan. tipo cunha 3/4"		2 pçs	
Eletroduto, vara 3,0m 3/4"		1.97 m	
Eletroduto PVC rosca			
Braçadeira galvan. tipo cunha			
1"		11 pçs	
3/4"		16 pçs	
Eletroduto, vara 3,0m			
1"		11.1 m	
1/2"		1 m	
3/4"		14.48 m	
Material p/ entrada serviço			
Caixa inspeção de aterramento 200x200x200mm		1 pçs	
Haste de aterramento aço/cobre D=15mm, comprimento 2,4m		1 pçs	
Isolador castanha porcelana 60x40mm		1 pçs	
Pontaleta de tubo ferro galvan. TN50 (2")		1 pçs	
Quadro de medição - ELEKTRO			
Unidade consumidora individual - embutir			
Caixa Tipo II fibra - Medição bifásica		1 pçs	
Quadro distrib. plástico - embutir			
Barr. bif., - DIN			
Cap. 28 d'aj. unip. - In Pente 100A		1 pçs	
Elétrica (AR CONDIÇÃO)	Acessórios p/ eletrodutos		
Caixa PVC 4x2"		2 pçs	
Dispositivo Elétrico - embutido			
Placa 2x4"			
Placa c/ furo		2 pçs	

Legenda de condutos - PLANTA BAIXA - TÉRREO	
Elétrica	
	Teto
	Média
	Baixa
Elétrica (ALIMENTAÇÃO)	
	Média
	Piso

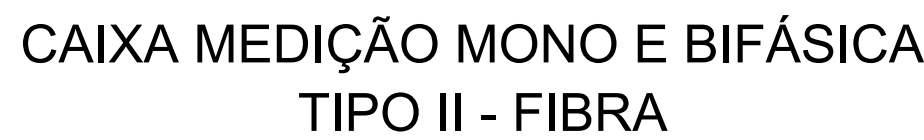
Legenda - PLANTA BAIXA - TERREO	
	Caixa de passagem 300x300x300 no piso
	Entrada de serviço
	Interruptor paralelo 1 tecla - 1,20m do piso
	Interruptor paralelo e Tomada hexagonal a 1,20m do piso
	Interruptor simples 1 tecla - 1,20m do piso
	Interruptor simples e Tomada hexagonal a 1,20m do piso
	Ponto genérico de luz 35W
Quadro de distribuição	
Quadro de medição	
	Tomada alta a 2,20m do piso
	Tomada baixa a 0,30m do piso
	Tomada média a 1,20m do piso

NOTAS
<p>1. ESTE PROJETO É PROPRIEDADE DO PROJETISTA REGISTRADO NO SELO. CONFORME LEI Nº. 5194/66 NÃO DEVE SER UTILIZADO PARA QUALQUER OUTRA FINALIDADE QUE NÃO SE RELACIONE COM A EXECUÇÃO DA PRESENTE EDIFICAÇÃO, SENDO TERMINANTEMENTE VEDADA SUA COLOCAÇÃO A DISPOSIÇÃO DE TERCEIROS.</p> <p>2. O PROJETISTA NÃO SE RESPONSABILIZARÁ POR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DESTES PROJETO DURANTE SUA EXECUÇÃO. QUALQUER MODIFICAÇÃO, O MESMO DEVE SER CONTACTADO.</p> <p>3. ESTE PROJETO FÓI BASEADO NO LAY-OUT E INFORMAÇÕES FORNECIDAS PELO ARQUITETO OU PROPRIETÁRIO.</p> <p>4. QUALQUER MODIFICAÇÃO OU DÚVIDA DEVERÁ SER IMEDIATAMENTE COMUNICADA POR ESCRITO AO PROJETISTA.</p>

APROVAÇÕES/OBSERVAÇÕES	

Nº	REVISÕES	DATA	APROVAÇÃO
00	Emissão Inicial	12/07/2025	

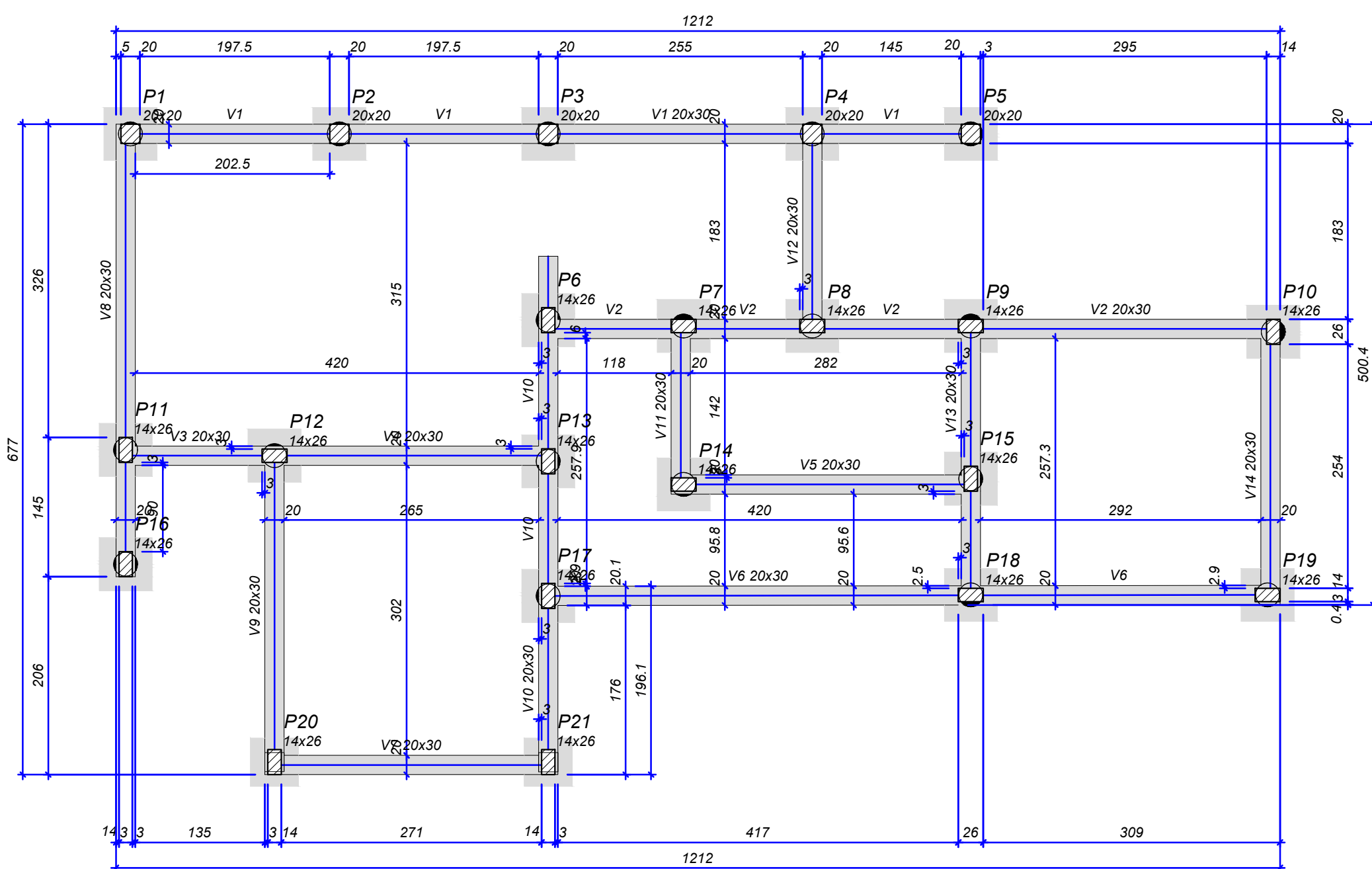
Cura				
RESIDENCIAL				
MACAUBAL/SP				
Projetista			Proprietário	
DAVID JR. MARTINS 507.007.244-0			PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAL/SP	
Projeto				
PROJETO ELÉTRICO				
Pavimento				Plancha
TÉRREO				1
Conteúdo				
PLANTA BAIXA, QUADRO DE CARGAS, QUADRO DE DEMANDA, DIAGRAMA MULTIFILAR, LISTA DE MATERIAIS				
				Conjunto
				1 2
				Pran. Tot.
				2
Data	07/2025	Escola	Indicada	Desenho
		D.J.M.R		Conferência
				F.S.F



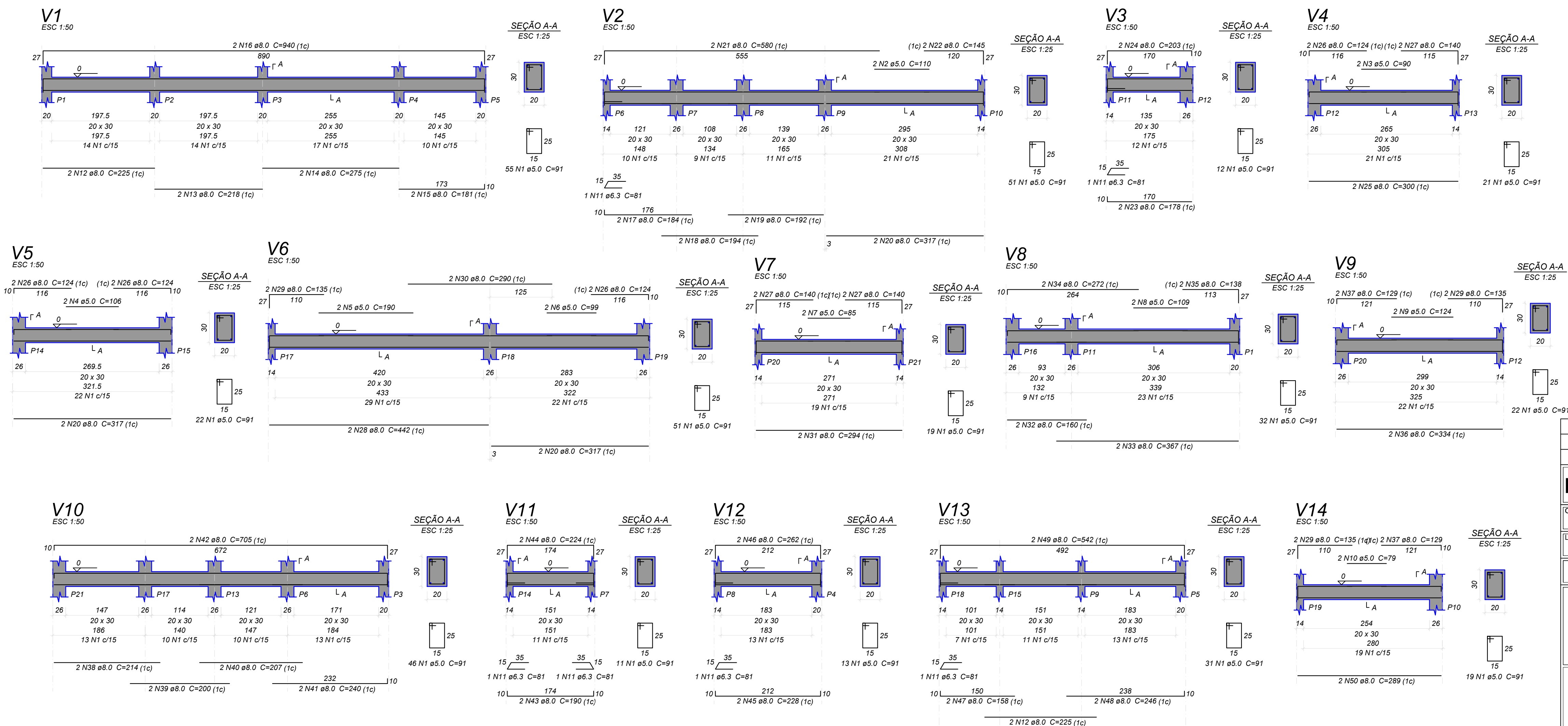
APROVAÇÕES/OBSERVAÇÕES	

Obra		RESIDENCIAL MACAUBAL/SP			
Projeto		Proprietário			
DAVID JR. MARTINS 507.007.244-0		PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAL/SP			
Projeto PROJETO ELÉTRICO					
Pavimento		Prancha			
TÉRREO		2			
Conteúdo		DETALHES ENTRADA DE ENERGIA E CAIXA DE MEDIÇÃO			
Data		Escala		Desenho	
07/2025		Indicada		D.J.M.R	
				Conferência	
				F.S.F	

ESC: 1:50



ESC: 1:50



PRINCIPAIS NORMAS TÉCNICAS UTILIZADAS

- 1-NBR 6118/2014 - Projeto de estruturas de concreto - Procedimento
- 2-NBR 6120/2019 - Cargas para o cálculo de estruturas de edificações
- 3-NBR 6122/2019 - Projeto e execução de fundações
- 4-NBR 6123/1988 - Forças devidas ao vento em edificações
- 5-NBR 8681/2003 - Ações e segurança nas estruturas - Procedimentos

NOTAS

- 1-Classe de agressividade ambiental = CAA II
- 2-Concreto da execução da estrutura deve atender a NBR 14.931/2004
- 3-Realizar controle tecnológico do concreto conforme NBR 12.655/2015
- 4-Utilizar distanciadores para manter cobrimentos durante a concretagem
- 5-Prever lastro magro de concreto de 5 cm sob elementos estruturais em contato com o solo
- 6-Todas as medidas e níveis indicados deverão ser verificados e confirmados no local
- 7-A cota de nível 0,00 da estrutura corresponde a cota de nível acabada da arquitetura 0,00
- 8-As cotas prevalecem sobre as escalas

DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DOS MATERIAIS

A) PILARES, VIGAS E LAJES

- 1-Resistência Característica do Concreto à Compressão (f_{ck}) = 25MPa
- 2-Módulo de Deformação Secante do Concreto C25 = 24 GPa
- 3-Cobrimento Mínimo das Armaduras = 5.0 cm
- 4-Relação Água/Cimento C25 < 0.60
- 5-Diâmetro Máximo do Agregado do Concreto C25 = 19 mm
- 6-Consumo mínimo de cimento para o concreto C30 = 300 kg/m³
- 7-Cobrimento das armaduras dos pilares e vigas em contato com o solo = 5.0 cm
- 8-Cobrimento das armaduras dos pilares e vigas = 2.5 cm
- 9-Cobrimento das armaduras da fundação = 5.0 cm

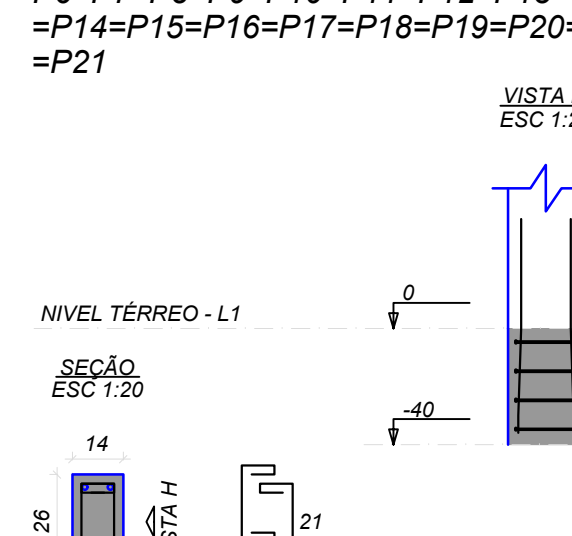
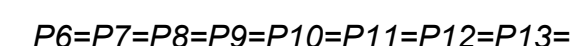
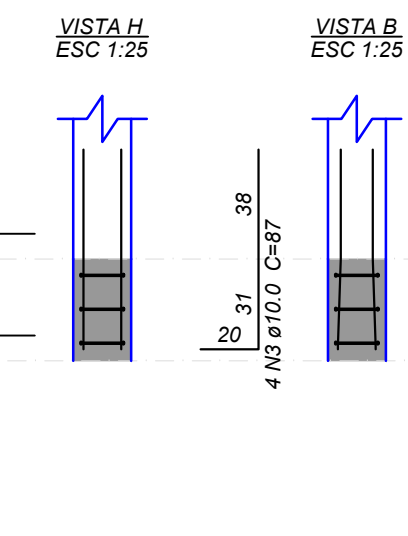
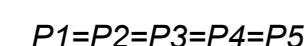
B) AÇO CA-50

- 1-Resistência Característica do Aço ao Escoamento (f_{yk}) = 500 MPa
2-Módulo de Elasticidade Longitudinal do Aço = 210 GPa

C) ACO CA-60

- 1-Resistência Característica do Aço ao Escoamento (f_{yk}) = 600 MPa
2-Módulo de Elasticidade Longitudinal do Aço = 210 GPa

ESC: 1:50



Relação do aço - PILARES
ATÉ COTA 0,00m

5xP1		16xP6			
AÇO	N	DIAM (mm)	QUANT	C.UNIT (cm)	C.TOTAL (cm)
CA60	1	5.0	30	57	1710
	2	5.0	128	51	6528
CA50	3	10.0	20	87	1740
	4	10.0	64	92	5888

Resumo do aco

AÇO	DIAM (mm)	C.TOTAL (m)	PESO + 10 % (kg)
CA50	10.0	76.3	51.7
CA60	5.0	82.4	14
PESO TOTAL (kg)			
CA50	51.7		
CA60	14		

*Relação do aço - VIGAS
BALDRAMES*

AÇO	N	DIAM (mm)	QUANT	C.UNIT (cm)	C.TOTAL (cm)
CA60	1	5.0	405	91	36855
	2	5.0	2	110	220
	3	5.0	2	180	360
	4	5.0	2	106	212
	5	5.0	2	190	380
	6	5.0	2	99	198
	7	5.0	2	85	170
	8	5.0	2	109	218
	9	5.0	2	124	248
	10	5.0	2	79	158
CA50	11	6.3	6	81	486
	12	8.0	4	225	900
	13	8.0	2	215	430
	14	8.0	2	275	550
	15	8.0	2	181	362
	16	8.0	2	940	1880
	17	8.0	2	184	368
	18	8.0	2	194	388
	19	8.0	2	192	384
	20	8.0	6	317	1902
	21	8.0	2	580	1160
	22	8.0	2	145	290
	23	8.0	2	178	356
	24	8.0	2	203	406
	25	8.0	2	300	600
	26	8.0	8	124	992
	27	8.0	6	140	840
	28	8.0	2	442	884
	29	8.0	6	135	810
	30	8.0	2	290	580
31	8.0	2	294	588	
32	8.0	2	160	320	
33	8.0	2	367	734	
34	8.0	2	272	544	
35	8.0	2	138	276	
36	8.0	2	334	668	
37	8.0	4	129	516	
38	8.0	2	214	428	
39	8.0	2	200	400	
40	8.0	2	207	414	
41	8.0	2	240	480	
42	8.0	2	705	1410	
43	8.0	2	190	380	
44	8.0	2	224	448	
45	8.0	2	228	456	
46	8.0	2	262	524	
47	8.0	2	158	316	
48	8.0	2	246	492	
49	8.0	2	542	1084	
50	8.0	2	289	578	

Resumo do aço - BALDRAMAS

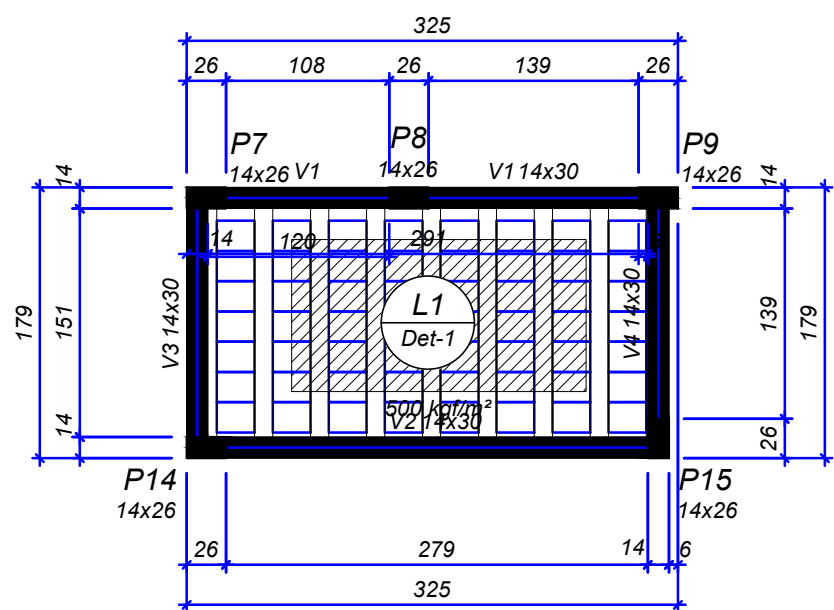
AÇO	DIAM (mm)	C.TOTAL (m)	PESO + 10 % (kg)
CA50	6.3	4.9	1.3
	8.0	251.5	109.3
CA60	5.0	388.4	65.5
PESO TOTAL (kg)			

Volume de concreto (C-25) = 3.48 m³
Área de forma = 46.44 m²

31/05/2025		INICIAL	
DATA		REVISÃO	
PROJETO DE FUNDAÇÕES			
OBRA:			
CONSTRUÇÃO DE RESIDÊNCIA UNIFAMILIAR			
LOCAL:			
RUA NOSSA SENHORA APARECIDA (GLEBA 1)			
JARDIM DAS PALMEIRAS (GLEBA 2) - MACAUBAL/SP - CEP: 15.270-000			
PLANTA DE FORMA PAV. TÉRREO // COTA 0.00m		F02	
DETALHAMENTO DOS PILARES // ATÉ COTA - 0,00m			
DETALHAMENTO DAS VIGAS BALDRAME			
DATA:		07/02/25	
ESCALA:		indicadas	
DESENHO:		D. J. M. R.	
PROJETO DE INFRAESTRUTURA			
ENGENHEIRO PROJETISTA:			
DAVID MARTINS - CREA: 507.007.244-0 - Telefone: (17) 99666-4515 - e-mail: engdjm@gmail.com			
PROPRIETÁRIO:			

10 PLANTA DE FORMA RESERVATÓRIO // COTA 3.60m

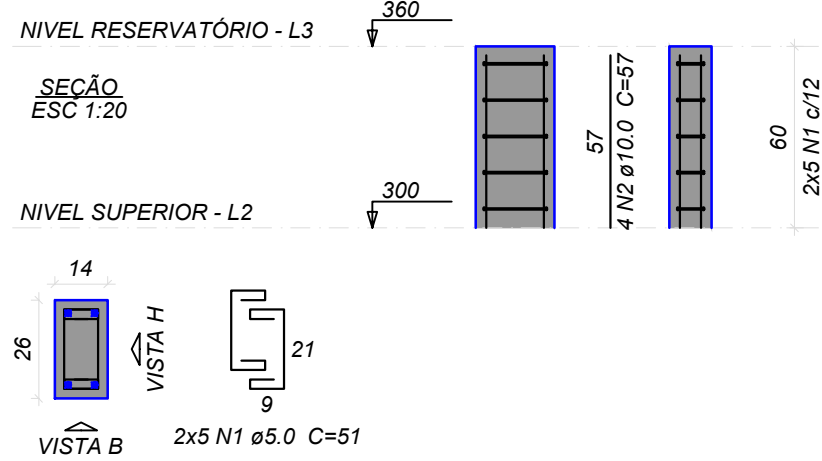
ESC: 1:50



11 DETALHAMENTO DOS PILARES // ATÉ COTA - 3,60m

ESC: 1:50

P7=P8=P9=P14=P15



Relação do aço - PILARES
ATÉ COTA 3,60m

5xP7

AÇO	N	DIAM (mm)	QUANT	C.UNIT (cm)	C.TOTAL (cm)
CA60	1	5.0	50	51	2550
CA50	2	10.0	20	57	1140

Resumo do aço - PILARES
ATÉ COTA 3,00m

AÇO	DIAM (mm)	C.TOTAL (m)	PESO + 10 % (kg)
CA50	10.0	11.4	7.7
CA60	5.0	25.5	4.3
PESO TOTAL (kg)			
CA50	7.7		
CA60	4.3		

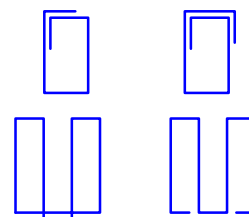
Volume de concreto (C-25) = 0.11 m³
Área de forma = 2.4 m²

Legenda das vigas e paredes	
	Viga
Legenda dos pilares	
	Pilar que morre

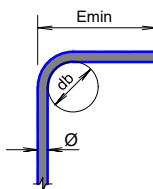
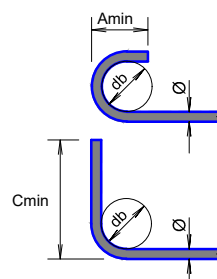
Detalhe de dobramento de estribos

Detalhe de dobramento das barras

Ø (mm)	db (mm)	Emin (cm)
5	15	6
6.3	20	8
8	25	10
10	30	13
12.5	40	16
16	80	22



Ø (mm)	db (mm)	Amin (cm)	Cmin (cm)
5	25	3	6
6.3	30	4	7
8	40	5	9
10	50	6	12
12.5	63	7	15
16	80	9	19
20	160	15	27
25	200	18	33



NO DETALHAMENTO DA ARMADURA ESTÃO INDICADAS AS MEDIDAS L DO CORPO DA BARRA SEMPRE PELA FACE EXTERNA

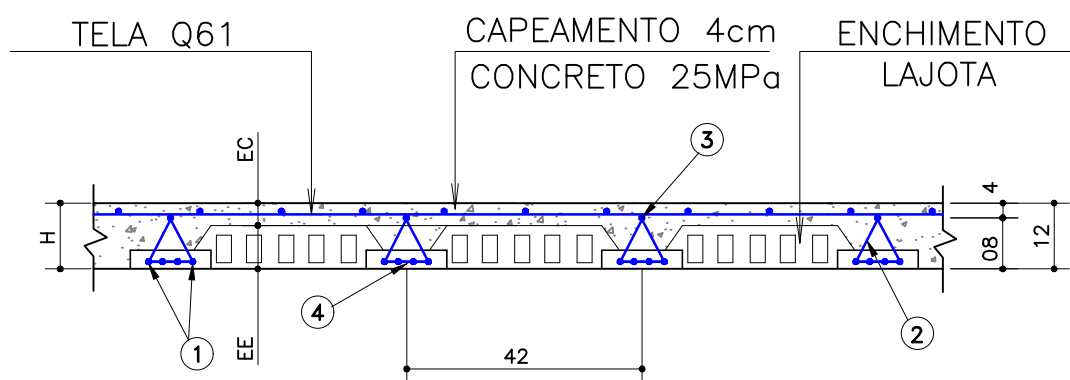
CADA DOBRA DE ESTRIBO DEVE SER A 90° E COM COMPRIMENTO MÍNIMO INDICADO NA TABELA

NO DETALHAMENTO DA ARMADURA ESTÃO INDICADAS AS MEDIDAS L DO CORPO DA BARRA SEMPRE PELA FACE EXTERNA

DET- 01 - LAJES PRÉ FABRICADAS - VIGOTA SIMPLES

SEM ESCALA

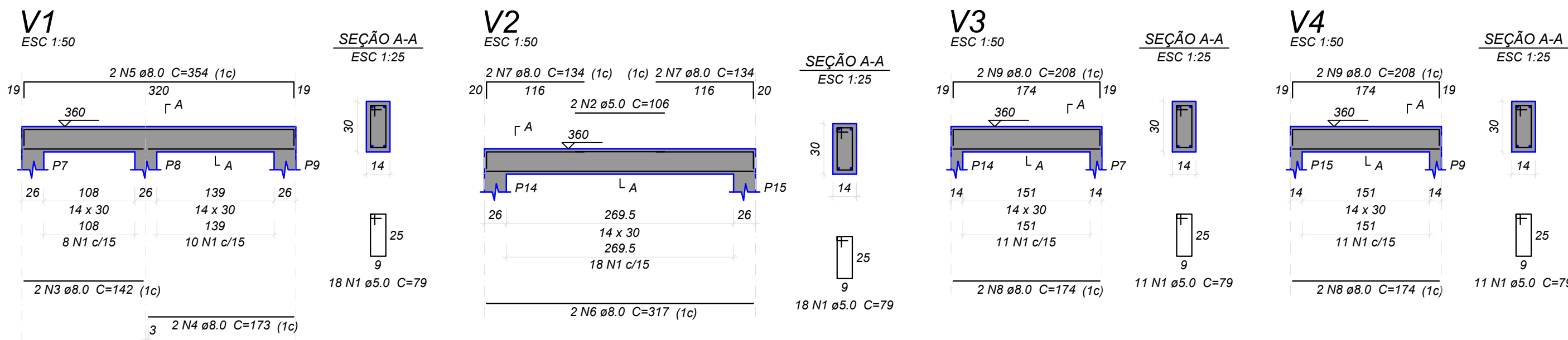
TRELIÇA AÇO CA-60
TR12645



H = ALTURA DA LAJE CONCRETADA = 12cm
HT = ALTURA DA TRELIÇA = 10cm
EE = ESPESSURA DO ENCHIMENTO FORNECIDO PELO FABRICANTE DA LAJE = 8cm
EC = ESPESSURA DA CAPA DE CONCRETO = 4 cm
LAJE TRELIÇADA SOB RESPONSABILIDADE DO CONTRATANTE.

12 DETALHAMENTO DAS VIGAS PAV. TÉRREO // COTA+0.00m

ESC: 1:50



Relação do aço - VIGAS
COTAS 3,60M

V1

V4

V2

V3

AÇO	N	DIAM (mm)	QUANT	C.UNIT (cm)	C.TOTAL (cm)
CA60	1	5.0	58	79	4582
CA60	2	5.0	2	106	212
CA50	3	8.0	2	142	284
CA50	4	8.0	2	173	346
CA50	5	8.0	2	354	708
CA50	6	8.0	2	317	634
CA50	7	8.0	4	134	536
CA50	8	8.0	4	174	696
CA50	9	8.0	4	208	832

Resumo do aço - VIGAS
COTAS 3,60M

AÇO	DIAM (mm)	C.TOTAL (m)	PESO + 10 % (kg)
CA50	8.0	40.4	17.5
CA60	5.0	48	8.1
PESO TOTAL (kg)			
CA50	17.5		
CA60	8.1		

Volume de concreto (C-25) = 0.34 m³
Área de forma = 5.07 m²

PRINCIPAIS NORMAS TÉCNICAS UTILIZADAS

- 1-NBR 6118/2014 - Projeto de estruturas de concreto - Procedimento
- 2-NBR 6120/2019 - Cargas para o cálculo de estruturas de edificações
- 3-NBR 6122/2019 - Projeto e execução de fundações
- 4-NBR 6123/1988 - Forças devidas ao vento em edificações
- 5-NBR 8681/2003 - Ações e segurança nas estruturas - Procedimentos

DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DOS MATERIAIS

A) PILARES, VIGAS E LAJES

- 1-Resistência Característica do Concreto à Compressão (fck) = 25MPa
- 2-Módulo de Deformação Secante do Concreto C25 = 24 GPa
- 3-Cobrimento Mínimo das Armaduras = 5.0 cm
- 4-Relação Água/Cimento C25 < 0.60
- 5-Diâmetro Máximo do Agregado do Concreto C25 = 19 mm
- 6-Consumo mínimo de cimento para o concreto C30 = 300 kg/m³
- 7-Cobrimento das armaduras dos pilares e vigas em contato com o solo = 5.0 cm
- 8-Cobrimento das armaduras dos pilares e vigas = 2.5 cm
- 9-Cobrimento das armaduras das fundação = 5.0 cm

B) AÇO CA-50

- 1-Resistência Característica do Aço ao Escoamento (fyk) = 500 MPa
- 2-Módulo de Elasticidade Longitudinal do Aço = 210 GPa

C) AÇO CA-60

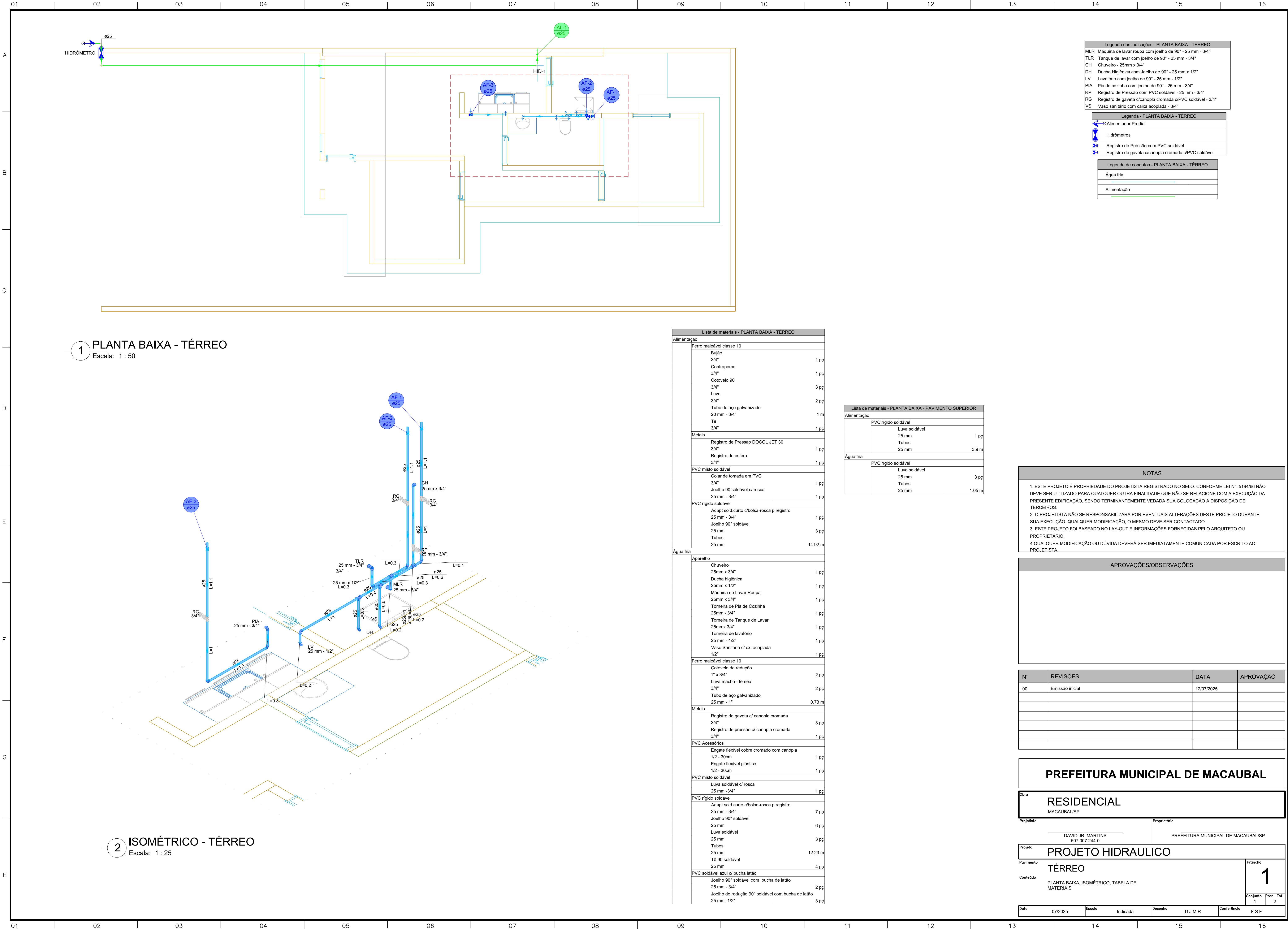
- 1-Resistência Característica do Aço ao Escoamento (fyk) = 600 MPa
- 2-Módulo de Elasticidade Longitudinal do Aço = 210 GPa

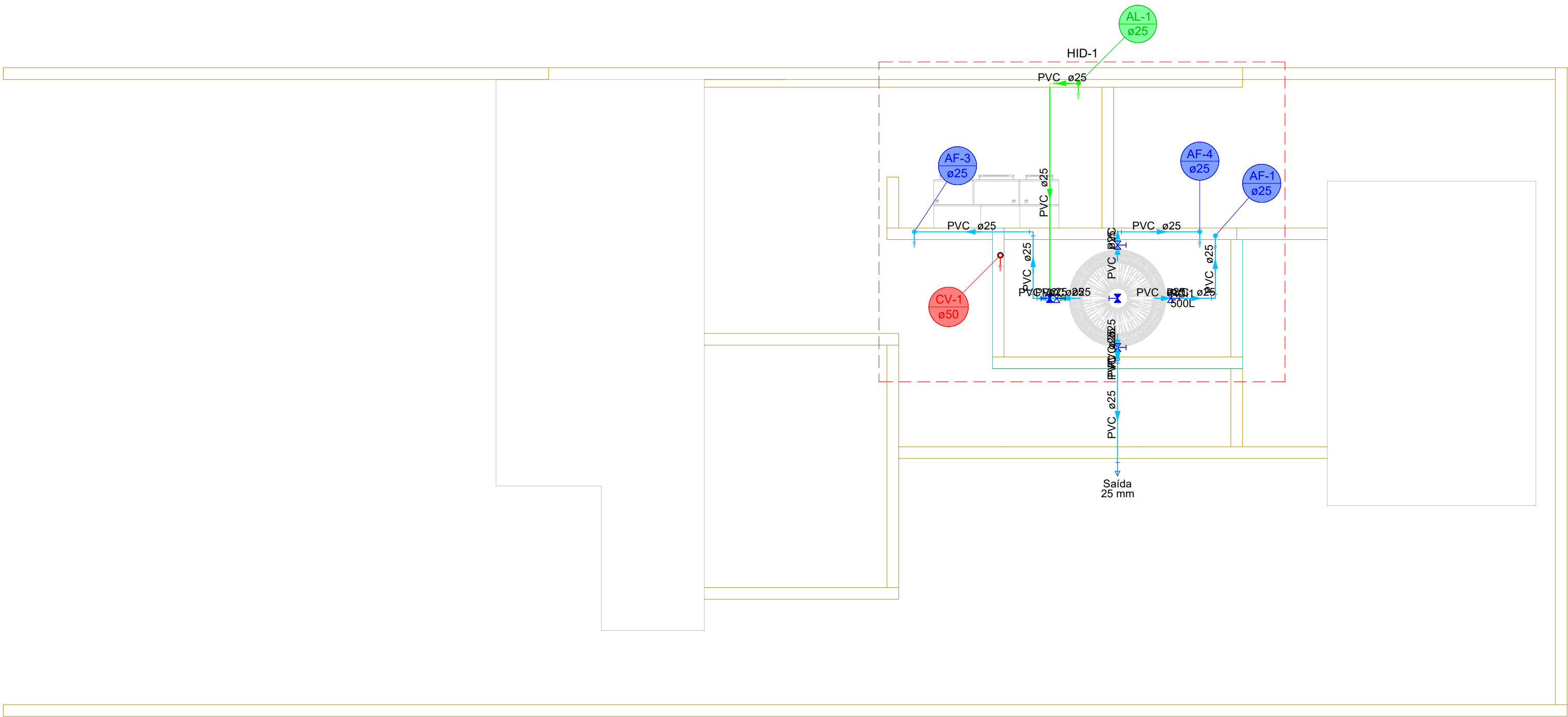
NOTAS

- 1-Classe de agressividade ambiental = CAA II
- 2-Concreto da execução da estrutura deve atender a NBR 14.931/2004
- 3-Realizar controle tecnológico do concreto conforme NBR 12.655/2015
- 4-Utilizar distanciadores para manter cobrimentos durante a concretagem
- 5-Prever lastro magro de concreto de 5 cm sob elementos estruturais em contato com o solo
- 6-Todas as medidas e níveis indicados deverão ser verificados e confirmados no local
- 7-A cota de nível 0,00 da estrutura corresponde a cota de nível acabada da arquitetura 0,00
- 8-As cotas prevalecem sobre as escalas

31/05/2025	INICIAL
DATA	REVISÃO
PROJETO DE ESTRUTURA	
OBRA:	
CONSTRUÇÃO DE RESIDÊNCIA UNIFAMILIAR	
LOCAL:	
RUA NOSSA SENHORA APARECIDA (GLEBA 1)	
JARDIM DAS PALMEIRAS (GLEBA 2) - MACAUBAL/SP - CEP: 15.270-000	
PLANTA DE FORMA PAV. TÉRREO // COTA 3.00m	DATA: 07/2025
DETALHAMENTO DOS PILARES // ATÉ COTA - 3,00m	ESCALA: indicadas
DETALHAMENTO DAS VIGAS // COTA - 3,00m	DESENHO: D.J.M.R
DETALHAMENTO LAJE RESERVATÓRIO	
PROJETO DE ESTRUTURA	
ENGENHEIRO PROJETISTA:	
DAVID MARTINS - CREA:507.007.244-0 - Telefone: (17) 99666-4515 - e-mail: engdjm@gmail.com	
PROPRIETÁRIO:	

F04

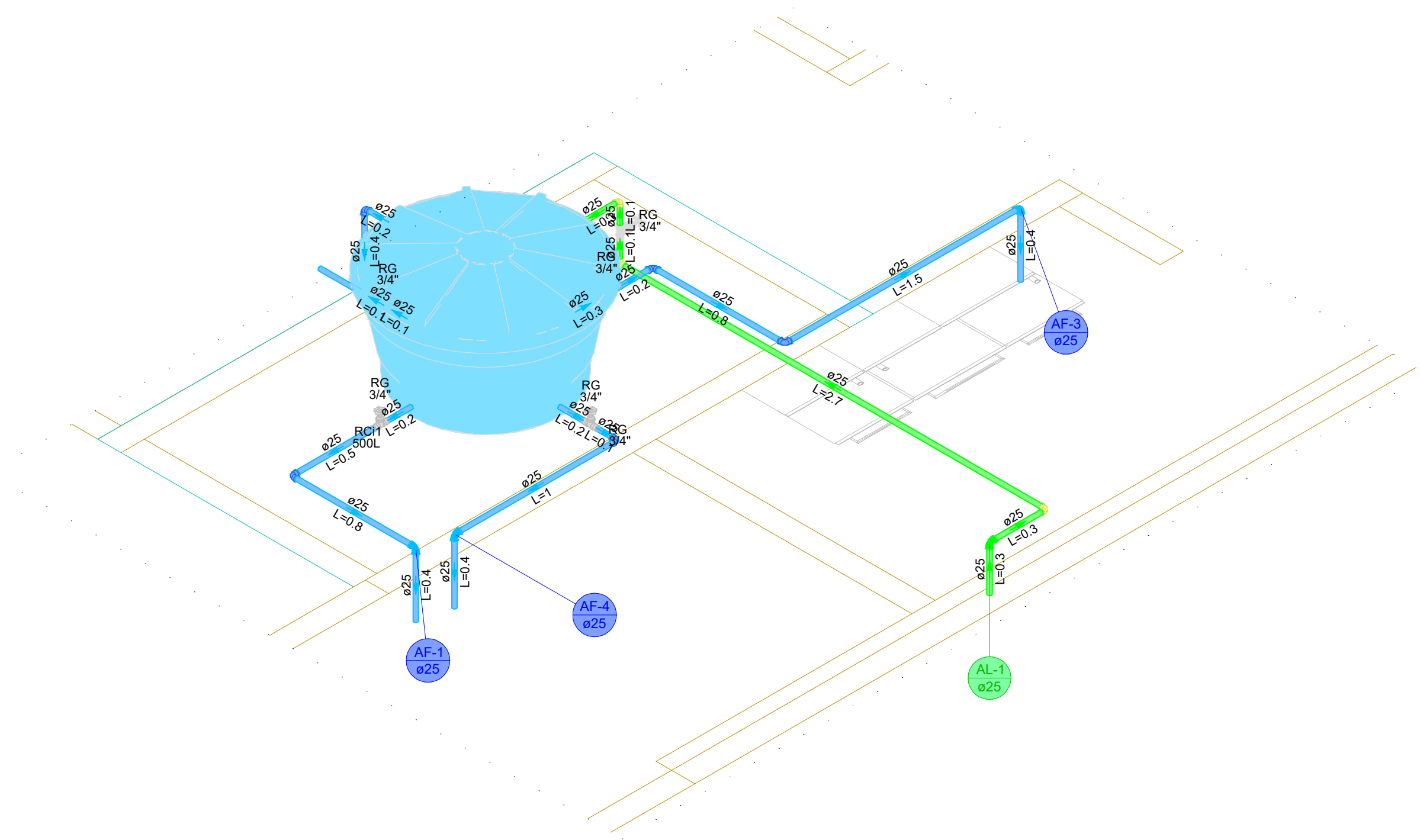




Legenda - PLANTA BAIXA - TÉRREO	
	Registro de Pressão com PVC soldável
	Registro de gaveta c/canopla cromada c/PVC soldável

Legenda de condutos - PLANTA BAIXA - TÉRREO	
	Água fria
	Alimentação

3 PLANTA BAIXA - SUPERIOR
Escala: 1 : 50



Lista de materiais - LAJE RESERVATÓRIO	
Alimentação	Metals
	Registro de gaveta c/ canopla cromada 3/4"
	2 pc
	PVC rígido soldável
	Adapt sold curto c/bolsa-roscas p registro 25 mm - 3/4"
	4 pc
Água fria	Joelho 90° soldável 25 mm
	4 pc
	Tubos 25 mm
	3,85 m
	Metals
	Registro de gaveta bruto ABNT 3/4"
	4 pc
	PVC rígido soldável
	Adapt sold curto c/bolsa-roscas p registro 25 mm - 3/4"
	8 pc
	Joelho 90° soldável 25 mm
	8 pc
	Tubos 25 mm
	8,93 m
	Tê 90 soldável 25 mm
	1 pc
Reservatório cilíndrico	Polietileno 500 L
	1 pc

4 ISOMÉTRICO - SUPERIOR
Escala: 1 : 25

NOTAS	
1. ESTE PROJETO É PROPRIEDADE DO PROJETISTA REGISTRADO NO SELO. CONFORME LEI Nº: 5194/66 NÃO DEVE SER UTILIZADO PARA QUALQUER OUTRA FINALIDADE QUE NÃO SE RELACIONE COM A EXECUÇÃO DA PRESENTE EDIFICAÇÃO, SENDO TERMINANTEMENTE VEDADA SUA COLOCAÇÃO A DISPOSIÇÃO DE TERCEIROS.	
2. O PROJETISTA NÃO SE RESPONSABILIZARÁ POR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DESTE PROJETO DURANTE SUA EXECUÇÃO. QUALQUER MODIFICAÇÃO, O MESMO DEVE SER CONTACTADO.	
3. ESTE PROJETO FOI BASEADO NO LAY-OUT E INFORMAÇÕES FORNECIDAS PELO ARQUITETO OU PROPRIETÁRIO.	
4. QUALQUER MODIFICAÇÃO OU DÚVIDA DEVERÁ SER IMEDIATAMENTE COMUNICADA POR ESCRITO AO PROJETISTA.	

APROVAÇÕES/OBSERVAÇÕES	

Nº	REVISÕES	DATA	APROVAÇÃO
00	Emissão inicial	12/07/2025	

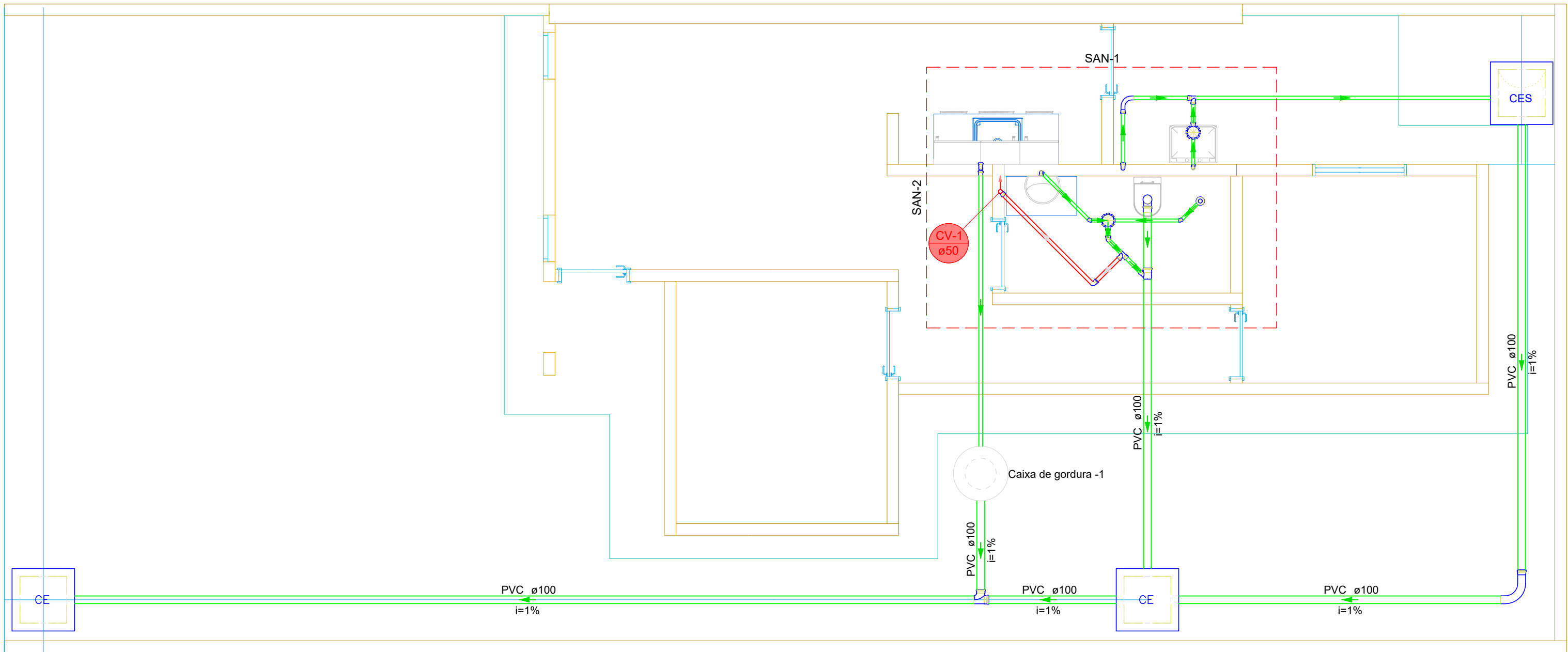
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAL

Obra	
RESIDENCIAL MACAUBAL/SP	
Projetado	Proprietário

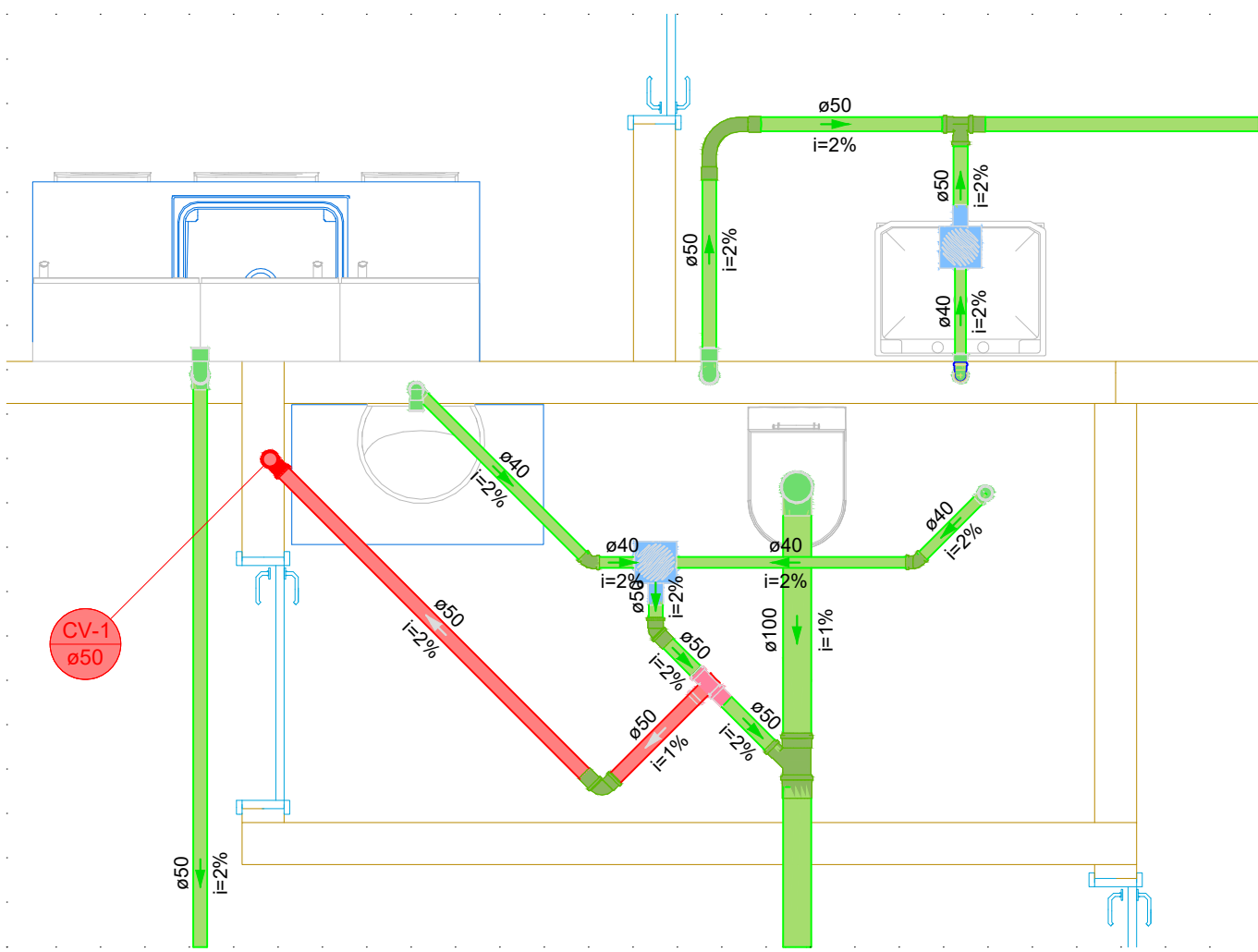
Projeto	
DAVID JR. MARTINS 507.007.244-0	
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAL/SP	

Projeto	
LAJE	
Pavimento	
Prancha	
2	
Conteúdo	
PLANTA BAIXA, ISOMÉTRICO, TABELA DE MATERIAIS	
Conjunto 1 Prancha 2	

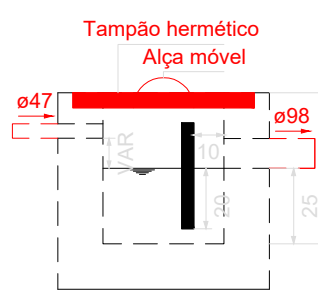
Data	07/2025	Escala	Indicada	Desenho	D.J.M.R	Conferência	F.S.F
------	---------	--------	----------	---------	---------	-------------	-------



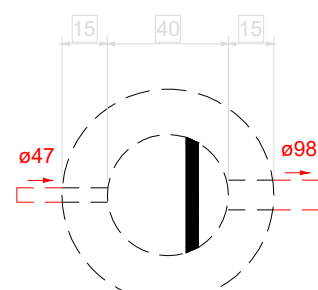
1 PLANTA BAIXA - TÉRREO
Escala: 1 : 50



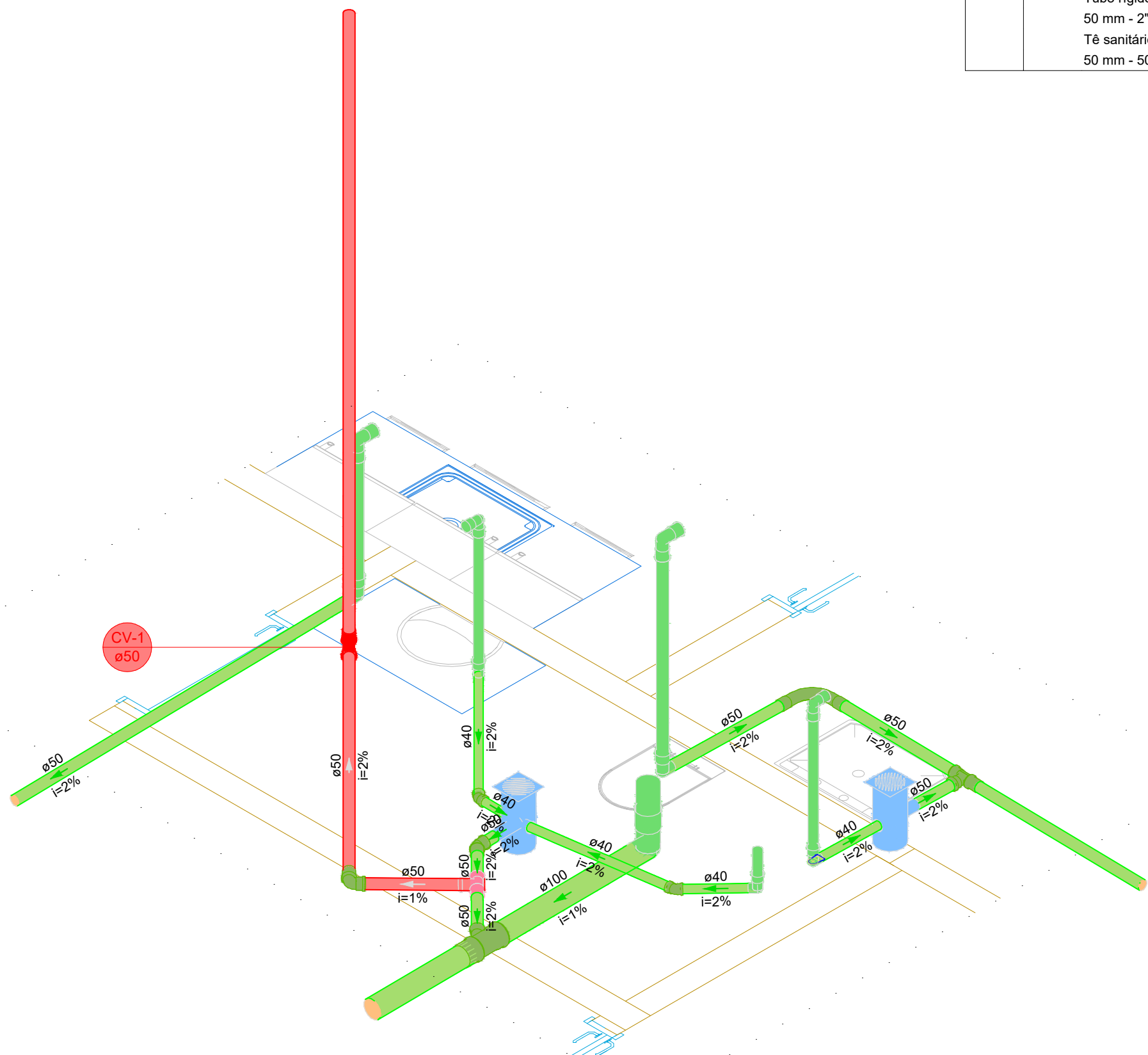
Detalhe SAN-1
Escala 1:25



Caixa de gordura - PLANTA BAIXA - TÉRREO
Corte 1 - ESC. 1:25



Caixa de gordura - PLANTA BAIXA - TÉRREO
Planta baixa - ESC. 1:25



3 ISOMÉTRICO - TÉRREO
Escala: 1 : 25

Lista de materiais - PLANTA BAIXA - TÉRREO		
Esgoto	Caixas de Passagem	
	Caixa de inspeção de esgoto sifonada CES- 60x60 cm	1 pç
PVC Acessórios	Caixa de inspeção esgoto simples CE- 60x60 cm	2 pç
	Caixa sifonada 150x150x50	2 pç
PVC Esgoto	Raio sifonado alt. reg. saída 40 100 mm - 40 mm	1 pç
	Sifão de copo p/ pia e lavatório 1" - 1.1/2"	1 pç
PVC Esgoto	Sifão flexível c/ Adaptador 1.1/2" - 1.1/2"	1 pç
	Válvula p/ lavatório e tanque 1"	1 pç
PVC Esgoto	Válvula p/ pia 1"	1 pç
	Válvula p/ tanque 1.1/2"	1 pç
Ventilação	Anel de borracha 100mm - 4"	5 pç
	Curva 90 curta 100 mm	1 pç
Ventilação	Curva 90 longa 100 mm	1 pç
	Joelho 45 50 mm	1 pç
Ventilação	Joelho 90 50 mm	5 pç
	Joelho 90 c/anel p/ esgoto secundário 40 mm - 1.1/2"	2 pç
Ventilação	Junção simples 100 mm - 50 mm	1 pç
	Luva simples 100 mm	1 pç
Ventilação	Tubo rígido c/ ponta lisa 100 mm - 4"	28.59 m
	40 mm	3.77 m
Ventilação	50 mm - 2"	11.17 m
	Tê sanitário 100 mm - 100 mm	1 pç
Ventilação	50 mm - 50 mm	1 pç
	Vedação p/ saída de vaso sanitário 100 mm	1 pç
Ventilação	Unidades de tratamento	
	Alça Ferro	1 pç
Ventilação	Argamassa	0.03 m³
	Tijolo Maciço	1 pç

Lista de materiais - PLANTA BAIXA - PAVIMENTO SUPERIOR		
Ventilação	PVC Esgoto	
	Anel de borracha 50mm - 2"	1 pç
Ventilação	Luva simples 50 mm	1 pç
	Tubo rígido c/ ponta lisa 50 mm - 2"	3.22 m

Lista de materiais - LAJE RESERVATÓRIO		
Ventilação	PVC Esgoto	
	Terminal de ventilação 50 mm	1 pç
Ventilação	Tubo rígido c/ ponta lisa 50 mm - 2"	2.6 m

Legenda de condutos - PLANTA BAIXA - TÉRREO	
Esgoto	
Ventilação	

Legenda - PLANTA BAIXA - TÉRREO		
CES	Caixas	Inspeção Esgoto Sifonada
CE	Caixas	Inspeção Esgoto Simples
Chuveiro Residencial		
Curva 90 longa		
Joelho 45		
Joelho 90		
Joelho 90- coluna sobe		
Junção simples		
Lavatório Residencial com sifão		
Máquina de Lavar Roupas DN 50mm		
Pia de Cozinha Residencial com Sifão 50mm		
Tanque de Lavar Roupas DN 40mm		
Te sanitário		
Vaso Sanitário c/ curva 90"		

NOTAS	
1. ESTE PROJETO É PROPRIEDADE DO PROJETISTA REGISTRADO NO SELO. CONFORME LEI Nº: 5194/86 NÃO DEVE SER UTILIZADO PARA QUALQUER OUTRA FINALIDADE QUE NÃO SE RELACIONE COM A EXECUÇÃO DA PRESENTE EDIFICAÇÃO, SENDO TERMINANTEMENTE VEDADA SUA COLOCAÇÃO A DISPOSIÇÃO DE TERCEIROS.	
2. O PROJETISTA NÃO SE RESPONSABILIZARÁ POR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DESTE PROJETO DURANTE SUA EXECUÇÃO. QUALQUER MODIFICAÇÃO, O MESMO DEVE SER CONTACTADO.	
3. ESTE PROJETO FOI BASEADO NO LAY-OUT E INFORMAÇÕES FORNECIDAS PELO ARQUITETO OU PROPRIETÁRIO.	
4. QUALQUER MODIFICAÇÃO OU DÚVIDA DEVERÁ SER IMEDIATAMENTE COMUNICADA POR ESCRITO AO PROJETISTA.	

APROVAÇÕES/OBSERVAÇÕES	

Nº	REVISÕES	DATA	APROVAÇÃO
00	Emissão inicial	12/07/2025	

--	--	--	--

Obra			
RESIDENCIAL			
MACAUBAL/SP			
Projeto	DAVID JR. MARTINS 507.007.244-0		Proprietário
Projeto	PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAL/SP		
Pavimento	TÉRREO		
Conteúdo	PLANTA BAIXA, ISOMETRICO, TABELA DE MATERIAIS		
Data		07/2025	Escala
Indicada			Desenho
D.J.M.R			Conferência
F.S.F			
Prancha		1	
Conjunto	1	Pran.	Tot.
1		1	